



Director:
RAUL RÉGO

Director Adjunto:
NUNO BREDERODE SANTOS

a Luta

TERÇA-FEIRA
9 DE JANEIRO
1979

N.º 1012 / ANO IV

PREÇO 7\$50

MEMÓRIAS DE UMA LUTA

"A Luta" iniciou a sua publicação num momento historicamente particularmente difícil. Havia sido abafada "República", no meio da revolução de que jamais desesperara e de que fora o grande catalizador. Esse Verão Quente de 1975 deixou cicatrizes fundas no corpo português, mas deu também a medida de como não estamos dispostos a perder de novo as liberdades civis e de que nos não deixaremos silenciar outra vez. O grupo espoliado do "República", com a conivência do Governo e do Conselho da Revolução de então, cerrou fileiras e foi com sacrifícios enormes e vontade indomável que saíram os números do "Jornal do Caso República". Lutávamos pela liberdade, pela convivência democrática.

Três meses depois de encerrada "República" e por entre manifestações e contramanifestações, com grande parte da Imprensa Portuguesa ferozmente manipulada e tornada em transmissora de desagregação e divisionismo nacional, em 25 de Agosto de 1975, saía o primeiro número de "A Luta", a nossa luta de sempre em prol da liberdade e da tolerância entre portugueses. Estava em gestação, na Assembleia Constituinte, a nova lei fundamental do País e a mesma violência insensata que fizera calar "República" iria até o sequestro da própria Assembleia da República, sem que as Forças Armadas ousassem intervir. Ao que chegámos! O Medo começava a alastrar como uma chaga. Nós resistimos, coesos, sem que o grupo abrisse fendas e a nós se vieram juntar algumas das vozes mais altas e mais firmes na defesa da dignidade da pátria. Num dos primeiros números do jornal eram essas vozes resistentes simbolizadas pela inspiração de Miguel Torga a cantar a "Liberdade" que tantos nos queriam de novo tirar. E, em 13 de Novembro, de 1975, do Palácio de S. Bento, onde me achava detido com os deputados, conhecendo a minha última prisão, eu tinha de ditar pelo telefone o artigo diário...

Foram difíceis os primeiros tempos da "Luta", com ameaças de toda a espécie, mas os apoios e amizades vieram, como nunca tinham faltado, nos tempos do totalitarismo, à "República". Fizemos o nosso caminho, com dignidade, e sempre em defesa daquilo que foi o nosso programa, a defesa da democracia e do pluralismo, no caminho para o socialismo que é o da Constituição Portuguesa. A independência, para nos deixar livre a consciência, custa cara. Não conhecemos nem a subserviência nem o ódio.

A democracia portuguesa foi fazendo o seu caminho com as dificuldades conhecidas. A um Governo provisório outro se sucedia até se entrar na vida constitucional; mas as

RAUL RÉGO

Continua na pág. 20

CARNE FOGE DOS TALHOS

A falta de carne que se tem vindo a fazer sentir nos últimos tempos, um pouco por toda a parte, agravou-se ontem, com a decisão da Associação de Comerciantes de Carne do Distrito de Lisboa e Outros. Hoje já eram raros os talhos onde se podia encontrar aquele alimento, situação que tende ainda a tornar-se mais grave no fim-de-semana.

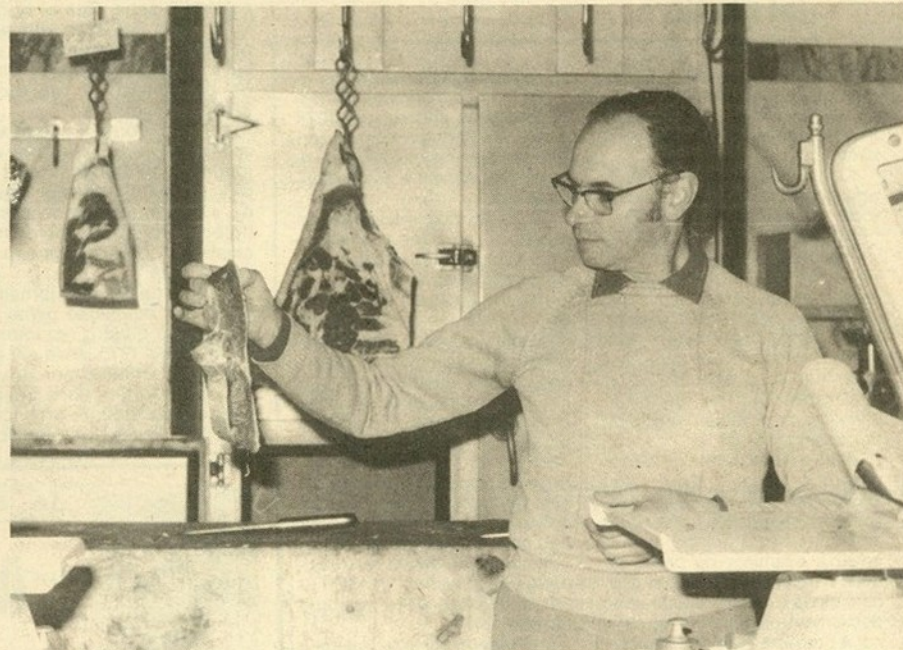
Efectivamente, os dois milhões e meio de consumidores do distrito de Lisboa e arredores não puderam encontrar nos talhos senão pequenas quantidades de carne de vaca congelada — já que a carne distribuída pela JNPP "não chega nem para amostra" — havendo ainda dificuldade em obter carne de porco, desta feita por causa da decisão dos industriais do sector de não a distribuírem devi-

do a estarem em desacordo com a tabela recentemente promulgada pelo Governo.

Numa ronda que fizemos por alguns talhos, entre Lisboa e Dafundo pudemos verificar que a falta de carne começa a tornar-se preocupante para alguns dos compradores, nomeadamente os que têm por obrigação confeccionar comida para os empregados de empresas, por exemplo. De qualquer modo, um certo desânimo estendia-se também a parte da população — já que a procura no princípio da semana é sempre menor — e podiam ouvir-se afirmações como "louvado seja Deus... não há nada!"

"Não há senão restos da semana passada. A Junta está a fornecer carne congelada, mas é coisa pouca, para o consumo do meu talho.

Continua na pág. 20



"A carne de vaca que tenho é esta. Não chega a meio quilo" — afirmou-nos esta manhã um dos talhantes que ouvimos, atestando a preocupante falta de carne que se tem feito sentir em Lisboa. E no fim-de-semana vai ser pior

«HITLER»
PROCURADO
PELA
JUDICIÁRIA

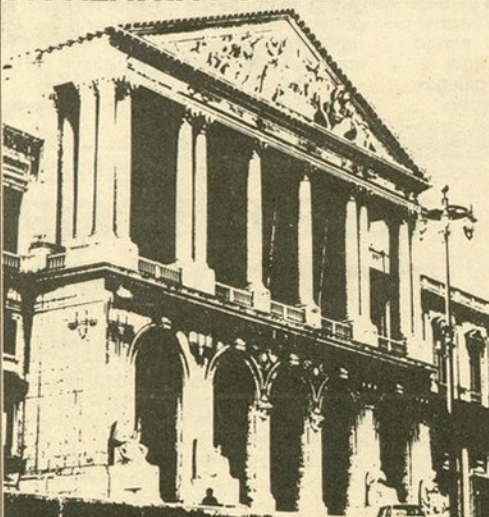
pag. 20

ASSASSINADO
EM MADRID
JUIZ
DO SUPREMO
TRIBUNAL

pag. 20

LEIA NO ÚLTIMO NÚMERO DE a Luta

A PALAVRA AO PARLAMENTO



ENTREVISTAS COM OS LÍDERES PARLAMENTARES

- Salgado Zenha
- Magalhães Mota
- Rui Pena
- Carlos Brito

(Suplemento
de 12 páginas)



ROSA CASACO — de fotógrafo
privativo de Salazar
a assassino de Humberto Delgado

centrais

TEXTOS DE:

- Alberto Arons de Carvalho
- Alfredo Barroso
- Augusto M. Seabra
- Beja Santos
- Delmiro Carreira
- Elina Guimarães
- Enrique Ruiz Garcia
- Jorge Listopad

O ABUTRE

humor negro para os seus dias cinzentos

de pedro



1978 ANO FEMININO

ELINA GUIMARÃES

Tenho por hábito, no início de um novo ano, fazer uma pequena resenha sobre o aspecto feminino do ano anterior. Isto é respeitante A METADE do género humano. É mesmo a terceira vez que o faço para a "Luta".

Para 1978 vou usar de método ligeiramente diferente, dada a extraordinária importância que esse ano teve para a mulher com a reforma do Código Civil que reconheceu o valor da dentro da família.

Mas é também necessário, no capítulo de perdas, noticiar a importante de Elaine Sanceieu, a historiadora que fez justiça às mulheres portuguesas e a perda de grandes mulheres que ficarão na História: Golda Meir e Margaret Mead.

Não vou falar aqui da acção política de Golda Meir nem do Estado de Israel. A sua biografia foi largamente difundida e os detalhes pouco adiantam. O que interessa é o facto de uma mulher, educada nos Estados Unidos, numa família de emigrantes modestos, ter chegado, não apenas pela inteligência, mas pela sua força interior, até aos mais elevados cargos do seu país e a enfileirar entre as grandes figuras internacionais.

Sua simples existência era, por si, a mais eloquente prova da capacidade feminina. E nunca manifestou atitudes masculinizadas.

É curioso notar que, no seu livro sobre Israel, Erico Veríssimo conta que visitou, com a esposa que o acompanhava, Ben Gourion, a conversação ele travada, que versou sobre alta

literatura. Pelo contrário, Golda Meir quis saber quantos filhos e netos eles tinham e interessou-se sinceramente pelo seu bem estar.

Atitude natural. Era mulher e agia como mulher. Era Ministra (com A) e não Ministro (com O).

Não há nenhuma razão para o hábito discriminativo de ignorar a gramática mantendo no masculino os cargos elevados exercidos por mulheres. Mas só casos modernos e menos vulgares. Se repararmos bem, vemos que seria absurdo dizer que Isabel II é "Rei" de Inglaterra ou que Maria Callas foi "um grande cantor"...

Dentro desta ordem de ideias direi que Magaret Mead foi UMA grande antropóloga entre todos, homens e mulheres, que existiram. Nesta ciência, que a levou a examinar de perto as mais primitivas civilizações que hoje ainda existem, estudou especialmente a condição feminina. A sua obra mais do que ficará na História; contribuirá para a História onde ela própria figurará não só pelo que fez, mas pelo que foi. Seus últimos anos foram consagrados ao ensino na prestigiosa Universidade de Colúmbia de Nova York.

Para nós, portugueses, é emocionante saber que um dos seus derradeiros interesses foi a tese sobre a mulher Portuguesa que uma sua discípula, a nossa compatriota Julieta Rodrigues, defendeu recentemente nessa Universidade. A própria Margaret Mead classificou a tese de "muito importante" e informou, espontaneamente, que tinha gostado muito de ter

a sua autora como aluna.

Em campo menos melancólico podemos afirmar que 1978 ficará, em Portugal, como o verdadeiro ano da mulher que, finalmente, atingiu a sua maioridade legal.

Agora já não cabe apenas ao marido e pai dirigir a família. A própria mulher faz efectivamente parte da mesma.

Pouco depois do 25 de Abril uma revista semanal portuguesa decidiu publicar uma antologia de ofensas à mulher, a apresentar pelas leitoras.

Eu colaborei enviando simplesmente cópias dos artigos do Código Civil Português de 1966 sobre o poder marital, pelo qual competia ao marido decidir de todos os actos da vida conjugal, e sobre o poder paternal, pelo qual pertencia ao pai orientar, representar e defender o filho "mesmo" NASCITURO, quer dizer, ainda no corpo da mãe!

Até agora considerava-se a mulher por si como ser de capacidade normal, capacidade que só perdia ao casar.

Hoje, a partir precisamente de 1978, o casamento é baseado na "igualdade de direitos e deveres dos Cônjuges", e o exercício do poder paternal pertence a ambos os pais.

A mulher já não se anula ao constituir família. Pelo contrário, enriquece essa família com a sua colaboração lúcida e amorável.

Mas, como diz com felicidade Françoise Parturier, cabe a nós mulheres esforçarmo-nos para que estas leis tenham FORÇA DE VIDA.

A CHAMADA CONSOLAÇÃO

Que uma grave crise afecta a Imprensa toda a gente o sabe. Que essa crise iria fazer de "A Luta" uma das suas vítimas era coisa em que ninguém acreditaria, tanto se arreigou nas pessoas aquele encolher de ombros despreocupado do género — "as desgraças acontecem sempre aos outros".

Não é o momento de analisar as razões utilizadas para explicar a crise da Imprensa e fazer longas conjecturas sobre a subida do preço do papel e das matérias-primas, sobre a publicidade, a distribuição, a concorrência e a nova tecnologia. Por um pouco de tudo isto, mais as vicissitudes próprias da sua existência, sucumbiu "A Luta".

Depois de ter sido jornalista do "República" até à sua ocupação pelos "gonçalvistas", entrei para o quadro redactorial de "A Luta" em Outubro de 1975. Dele sai em Maio do ano seguinte. O entusiasmo com que entrei foi bem diferente do que tinha quando sai. O combate antigonçalvista que preenchia o jornalismo de "A Luta", antes do 25 de Novembro, não soube

reconverter-se num projecto próprio a seguir a essa data. De jornalista passei pois, a mero leitor e nem sempre fiel.

Esse projecto próprio de jornalismo nasceu na remodelação do jornal em Agosto passado. Nas linhas e nas entrelinhas de um texto de Nuno Brederode Santos, publicado no suplemento de "fim de ano", está conceptualizado aquilo que o entusiasmo, a dedicação e a capacidade do José Pedro Castanheira e da redacção tentaram realizar em cada jornal. "A Luta" deixa de ser publicada precisamente nesta altura e parece-me que isso é duplamente doloroso, sobretudo, para os que a realizaram, mas também para os que se tornaram, como eu, seus fiéis leitores.

Mas esse projecto e essa capacidade de realização não morrem com "A Luta". É a chamada consolação a que se podem agarrar os optimistas ou os mais desesperados. Resta saber se conseguiremos passar agora, de novo, da mera fase do projecto.

ALBERTO ARONS DE CARVALHO



do México para a Luta

A MATÉRIA DOS FACTOS

ENRIQUE RUIZ GARCIA

HITLER ENTRE O MEDO AO PAI E A EXALTAÇÃO DA MÃE

Outro livro sobre a vida de Hitler. Desta feita de John Toland, historiador norte-americano, Prémio Pulitzer. A crescente abundância de literatura hitleriana (já o tinha assinalado em outras ocasiões), convida a uma cuidadosa reflexão. O perigo consiste em banalizar a história, quer dizer, em inseri-la na ambiguidade "psicológica". A partir daí tudo pode acontecer.

John Toland é um homem objectivo e brilhante. Contudo, volta às origens: a infância de Hitler. Aponta com clareza aquilo que já se conhecia: o temor a um pai despótico e arrogante (um pequeno funcionário) e a exaltação pela mãe. Depressão e sistema nervoso, capacidades e perfil, o

Continua na pág. 12

**TEMPO É TOYOTA!
NÃO O PERCA...
...E VÁ AO JAPÃO.**

Não perca tempo. Vá já ao stand TOYOTA da sua zona e veja os 777 prémios que a TOYOTA tem para si. Sete viagens ao lendário Japão. E muitos, muitos outros prémios. Você que dá sempre preferência à marca TOYOTA aproveite agora o lançamento do TOYOTA 70.000 e participe neste concurso!

TOYOTA
VEM PARA FICAR E FICAR MESMO

Salvador Castano
I.M.V.T. - S.A.R.L.

COLUNA

de Alfredo Barroso



UM AVISO SÉRIO

Sempre abertos às ideias, e especialmente às ideias de oposição, os regimes democráticos são naturalmente mais vulneráveis aos factores de instabilidade do que os regimes totalitários.

Nas sociedades abertas com uma longa prática da democracia, em que o exercício das liberdades públicas se enraizou profundamente na mentalidade política e social dominante, e a sua defesa procede necessariamente do funcionamento normal de instituições sólidas e eficazes, os factores de instabilidade podem ser facilmente controlados e contidos dentro de limites em que não façam perigar os próprios fundamentos e natureza do regime democrático.

Não assim em sociedades cuja experiência histórica se caracteriza por uma preocupante alternância entre regimes autoritários ou ditatoriais e regimes democráticos precários nunca realmente consolidados. Nestas sociedades, as experiências democráticas são regra geral bastante mais vulneráveis aos factores de instabilidade, e as próprias instituições em que essas experiências assentam podem servir aos inimigos da liberdade como instrumento de combate à democracia.

Os exemplos abundam na nossa história contemporânea, e seria ocioso estar aqui a citá-los. A sociedade portuguesa faz parte do segundo grupo acima referido, e sabemos como a experiência simultaneamente tão curta e tão complexa que temos vivido nos últimos anos é rica de ensinamentos e sérios avisos quanto ao perigo que representam certos factores de instabilidade para a própria sobrevivência do regime democrático.

Tem sido sobretudo no domínio dos meios de comunicação social que mais claramente se tem reflectido o peso de tais factores, e é através desses meios que mais nitidamente se tem procurado atacar os próprios fundamentos do regime democrático, as suas instituições legais e formações políticas mais representativas.

Sendo natural e lógico que os órgãos de comunicação social reflectam, ao menos aproximadamente, o peso específico das correntes políticas com maior representatividade popular expressa através dos mecanismos legais e democráticos de formação das maiorias, é precisamente o contrário que se tem verificado, de um modo geral, ao longo do processo de institucionalização da democracia em Portugal, nos últimos cinco anos.

Vêm estas breves considerações a propósito do encerra-

(Cont. na pág. seguinte)

Reestruturação sindical

INTER E UGT — QUE PROJECTOS?

DELMIRO CARREIRA *

A CGTP-IN acaba de divulgar os documentos-base para discussão dos organismos que vão estar presentes na 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical. Quem acompanha o que se passa no sindicalismo português não ignora certamente a importância que o Secretariado da CGTP vem dando a essa sua iniciativa, a qual situa no quadro da "aplicação prática da orientação traçada" pelo seu último Congresso.

Dos temas propostos para a Conferência, afiguram-se como os mais importantes os que procuram tratar de: situação actual da organização sindical e sua reestruturação, verticalização sindical, estrutura horizontal e organização dos trabalhadores na empresa.

Com um panorama de autêntica pulverização sindical, que uns dizem traduzir-se na existência de 368 Sindicatos representando 2100 trabalhadores e outros em mais de 490 Sindicatos, seria lógico admitir-se que quase 5 após o 25 de Abril, quando se prepara uma tal conferência, fossem apresentados planos concretos e coerentes para a reestruturação do movimento sindical autodenominado de unitário. Contudo a leitura dos documentos-base, permite concluir, como tentaremos adiante demonstrar, que os homens da CGTP preferem ter uma Confederação de centenas de pequenos sindicatos fracos, que dividem os próprios trabalhadores, mas que melhor controlam, do que ser a estrutura de cúpula de um movimento sindical que nada tenha a ver com o Corporativismo, que persiste no plano sindical, e pelos

vistos continuará a persistir.

Não deixa, aliás, de ser curioso constatar que o diagnóstico feito é em muitos aspectos correctos, mas que as "desculpas" apresentadas para o facto de muito pouco ter sido feito não podem deixar de se considerar bizarras. Com efeito, em resposta à acusação de que tem mantido a estrutura corporativa dos sindicatos que domina, responde a CGTP que "a essência do corporativismo é a negação da luta de classes" e que todas as modificações introduzidas na vida dos sindicatos "são alterações de significado e conteúdo radicalmente contrário, como é evidente, à doutrina corporativa dos fascistas".

Quer dizer que para a CGTP, a partir do momento em que a ditadura caiu e novas perspectivas se abriram aos trabalhadores para lutarem pelos seus interesses de classe, era perfeitamente correcto manter a estrutura da Organização sindical fascista, ou seja centenas de pequenos sindicatos por profissões e por distrito, salvo raras excepções, forma ideal de os manter divididos, e sujeitos com maior facilidade ao controlo de quem dominar as superestruturas: ontem o Ministério das Corporações, hoje outro tipo de organização não menos dominadora.

E dentro do raciocínio que os autores seguiram, não espanta que se possa ler mais adiante:

"A aceitar-se este tipo de acusações porque não é acusada a Assembleia da República de ser igual à Assembleia Nacional fascista, pois continua a utilizar as mesmas instalações

e o mesmo aparelho administrativo"?

É notoriamente um argumento demasiado pobre para uma Conferência com tantas ambições.

Quem será que acusa o Secretariado da CGTP de manter as estruturas corporativas só pelo facto de estar a funcionar nas antigas instalações da FNAT?

Quem será que alguma vez reclamou, como ponto fundamental para a eliminação das estruturas corporativas, que os sindicatos destruíssem à bomba ou vendessem as suas instalações, despedindo além disso todo o pessoal que neles trabalhava em 25 de Abril de 1974, só para não manterem as mesmas instalações e o mesmo aparelho administrativo?

A isto chama-se iludir os trabalhadores que por uma razão ou outra estão filiados em Sindicatos da INTER, com vista à manutenção das estruturas existentes.

De qualquer maneira, eis-nos cerca de 5 anos decorridos sobre a data em que os Sindicatos Corporativos foram ocupados, perante a 1.ª — sublinhe-se, primeira — Conferência de Organização da CGTP. Porquê, só agora? Quais as linhas de força orientadoras da reestruturação sindical, da corrente cegetista?

REESTRUTURAÇÃO SINDICAL SÓ AGORA, PORQUÊ?

Torna-se evidente que toda esta acção visa absorver o substancial das críticas que têm sido movidas à CGTP, no-

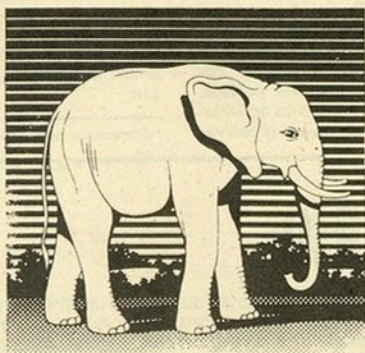
meadamente as concernentes à falta de democraticidade interna dos organismos que nela estão filiados e à pulverização de base que traduzem. Com efeito desde o lançamento da "Carta Aberta" que as correntes sindicais que se lhe opõem centram as suas críticas, fundamentalmente na forma como funcionam os principais órgãos dos sindicatos, nomeadamente as assembleias gerais, a ausência de possibilidades de expressão das correntes minoritárias (direito de tendência) e na falta de planos concretos para acabar com os sindicatos profissionais e em seu lugar fazer surgir outros por ramos de actividade.

A importância de que se revestem todos estes pontos para a manutenção do domínio a nível da Confederação, que por sua vez depende em boa parte da influência a nível dos Sindicatos, aconselhou, desde o 25 de Abril, os responsáveis da CGTP a não procederem a grandes alterações na estrutura herdada. Tratava-se de evitar que certas forças potencialmente existentes fossem desencadeadas, sendo certo que a implantação cegetista não garantia que fossem controladas.

É óbvio que as razões que se adiantavam e ainda hoje se proclamam (leiam-se os documentos-base para a Conferência) para não fazer essa reestruturação são outras, das quais citamos algumas:

— "Insuficiência de esclarecimento dos trabalhadores"; "As deficiências de um plano devidamente coordenado de acção conjunta de todos os sindicatos implicados num deter-

(Cont. na pág. seguinte)



ELEFANTE EM LOJA DE PORCELANAS

ARTIGO 1: ABERTURA DO FECHO

A loja está a fechar os taipais. Os cacos de porcelana ficam. E o elefante? Na reserva? No desemprego? Em todo o caso, seja qual for o lugar onde estiver, funcionará sempre ao seu modo: com ternura e verdade, desastrado sem tática, com o peso que lhe vem apenas da sua corpulência, apenas dela. Promete a si mesmo: será sempre como aquele famoso violinista que toca numa sala vazia como se estivesse no Albert Hall a abarrotar.

Elefante que toca um violino sem cordas, até ao seu regresso.

ARTIGO 2: ADEUS

Adeus, eléctricos do Dafundo. Parem hoje num minuto de silêncio. Adeus, tasca defronte da redacção: melhor lá que cá, ou melhor cá que lá? Adeus, porta de vidro da entrada, que simbolicamente não funcionava. Adeus, menina da caixa, pacientemente impaciente, como nós, como nós.

Adeus amigos que nunca me perguntaram donde venho, quem sou, o que voto e o que vou escrever. Adeus, mesa juncada de papeis, Monte Branco, atrás da qual se escondia Raúl Régio com o fato às riscas largas cortado pelo alfaiate de Trás-os-Montes.

Adeus, sala vasta com as máquinas de escrever num jogo de matraquilhos, alegres, horizontais, agora verticais, em descansa. Adeus, pinguinha escondida de Fernando Peres, agora seca; máquina tími-



da e gaguejante nas vogais finais de Francisco Bêlard, serenidade feita de barba, de Francisco José Oliveira, passo de jaguar, digamos de gato, de José Gabriel Viegas, adeus, opiniões claras de Manuel Giraldes, nunca tão claramente traduzidas em forma de letra, onde está a ternura cansada e maternal de Maria Augusta Silva que Sottomayor Cardia não mereceu, digo eu, adeus, reservado Pedro Foyos, e vocês, amigos da documentação, célula viva da memória artificial, e também a célula do contra, e ainda bem, porque o contra é prova de vida. Quem nasce no mundo afim de nada perturbar, não merece nem respeito nem paciência. Adeus, Victor Direito, companheiro magro, com piadas em forma de epílogo. Adeus, seu Nuno Brederode Santos, capitão do barco em mar de papel.

ARTIGO 3: JORNALISMO

Jornalismo: amores e traficâncias pedagógicas. O poder feito de fraquezas, a força feita de fragilidade, humana e institucional. As cunhas que se metem em nome da justiça. As mentiras dos números de tiragem, mas que toda a gente sabe. Porém, o sofrimento verdadeiro é lacónico, disse alguns alguém. Caluda.

Jornalismo: escrever para os homens do nosso tempo que vão morrendo connosco, e não para os homens hipotéticos, imortais e longínquos.

Jornalista? Como o picheleiro. Em vias de desaparecimento. Jornalista? Como o poeta. Primeiro, cidadão. Depois, medium. Depois, o esforço de objectivar a experiência do cidadão pela prática da escrita. Quando vale, torna-se magnetizador.

Jornalista faz arte a partir da vida. Pão nosso.

ARTIGO 4: INTERNACIONAL

... porque é bastardo do tempo aquele que não conhece o domínio de si próprio... (Shakespeare).

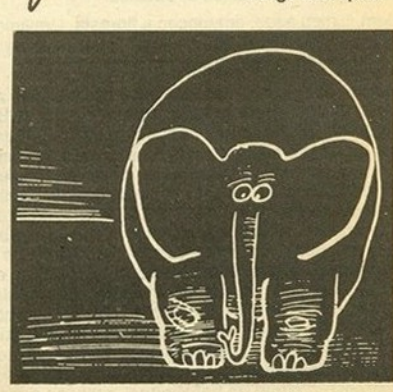
Bastardos de todo o mundo, uni-vos!

ARTIGO 5: ATÉ AMANHÃ

Tchecov: "Sou bastante alegre para estar triste..."

Estamos bastante tristes para sermos alegres.

Frio. Transparência do ar. 9 de Janeiro de 1979. A Luta. O luto. Até amanhã. Em tempos melhores.



«A LENDA DE UAM SAMBU»

Memória absurda, dedicada a todos os camaradas de «A Luta»

BEJA SANTOS

Cheguei a Missirá a 2 de Agosto de 1968. Na véspera, Uam, um mansoanque, fora evacuado para o hospital de Bissau com o peito estilhaçado, em resultado do levantamento indevido de uma mina. Uam, só o vim a conhecer em Abril de 1969, quando regressou a Missirá com Binta, a sua mulher, já totalmente restabelecido. Era uma figura singular: tinha um riso lento, pois sabia rir devagar, como devagar se apaga o fogo no capim esverdeado do Outono. Nasceria no Morés, era um gamo. Os lóbulos das orelhas estavam cortados pois fora torturado no princípio da guerrilha. Fora ferido com gravidade em duas emboscadas. E o seu peito era um peito de estilhaços, travessuras de amor-próprio, pois ninguém lhe mandara ser sapador por conta própria, a levantar minas e petardos nas picadas. Muitos estilhaços ficaram-lhe alojados no peito, ainda. Formavam-se nódulos, e algumas vezes foi a Bambadina extrair pedaços de ferro e aço perante o pasmo do cirurgião. Era um prazer passar os meus serões com Uam, ouvir-lhe as lendas dos mansoanques, ao fim da tarde ele despia o camuflado, adornava-se de amuletos, fetiches, punha um manto com as cores de Navarra, era quase a figura de um zulu apostado ao sol tropical fenecido. Pedi-lhe insistentemente para ir a uma junta médica, ele já não estava em condições de ser um operacional. Negou-se a tudo, e, apertando os lábios, seguia sempre na vanguarda dos patrulhamentos.

Um dia perguntei a Abdulai Rachide, o marabú da etnia Mandinga, se os mansoanques eram islamizados. Abdulai disse-me que não, os mansoanques eram totemistas, acreditavam nos elementos da natureza, nas piras de fogo, nos símbolos aquáticos, enfim, gente abjurada por Alá, denegados pelo Corão. Uam disse-me uma vez: "Logo que morra vou tocar batuque no céu, assim vestido, um batuque para os meus avós."

Meses depois, eu e o pelotão de caçadores nativos abandonámos Missirá, no coração do Cuor. Uam disse-me: "Vou ficar mais longe da minha tabanca, os meus filhos vão nascer longe de Sará." A saúde de Uam piorou, e era com um desespero nos olhos, a fumar o seu "canhoto" chupado que ele nos via partir nos "unimogs" envolvidos em poeira. Uam passou a ir só às emboscadas junto do aquartelamento.

Ora, coube-nos na sorte ir para Samba Silate, perto de Unduma, na noite de 31 de Dezembro de 1969. Quando passávamos por Samba Silate, Uam contava-me: "Há muito tempo atrás, muito antes da guerra, aqui se travavam lutas medonhas entre os caçadores do mato, na pista dos búfalos, aqui é a cova do lagarto do rio, aqui a terra cheira a morango, os morcegos têm medo de Samba Silate."

Foi uma noite difícil, até porque os do Xime embebedaram-se, festejaram a meia-noite aos tiros, tropejavam os morteiros, houve bazucadas para o outro lado do rio, eu ligava afilto para o quartel para saber o que era aquilo, se devíamos ir em auxílio do Xime flagelado.

"Não vás, que os gajos estão com um pifo, não te metas na picada!"

E o dia nasceu húmido, dentro do orvalho descorado. Trópegos, com os cunhetes das munições à cabeça, lá fomos bamboleando o corpo até Amédela onde nos esperavam as viaturas. Então, sentemo-nos ao lado do condutor, Sambu sobe para o banco, nas mãos a automática, arrumadas as munições, tudo a postos, vamos regressar. O Quebá Sissé faz questão de ir a pé. Insisto: "Não, sobe, vem conosco. A seguir ao almoço temos que ir para uma operação em Massambu, temos que descansar, vão ser dois dias sem pregar olho." Sambu dá a mão a Quebá e ouvem-se dois tiros, os dois tiros mais absurdos da minha vida pois o nosso querido Quebá, inadvertidamente, ao balancear-se para o assento mete o indicador no gatilho da sua arma e desfeca mortalmente no ventre de Sambu. Estupefacto, estende os braços a Sambu. "Alfero, estou pronto!" O "unimog" parte à desfilada a servir os quilómetros que nos separam de Bambadina. Quando o deitámos no posto médico, Uam é um moribundo que laqueia do ventre toda a esperança que a guerra aspira fundo. É dia de Ano Bom, é Sambu, o amigo que morreu de olhos abertos, ensinando-nos que há segundos para tudo, até para a semente de uma arma, Sambu que se nos ficou na vereda da estrada, acima do rio, o lento rio como o seu riso é um corpo capinado.

Um helicóptero ainda o leva a Bissau. No arame farpado, transida pelo absurdo, Binta arranca os cabelos.

Uam, o meu aedo, emudeceu a floresta. Um anjo lhe acobertou a nudeza de dois tiros. O dia nasceu alto, punha-se um calor que previa tornados, febres, o vértice das picadas.

Todos nós acompanhamos com o olhar aquele ponto do helicóptero que rumava, desenganado, para o hospital de Bissau. De repente, Mamadu Camará gritou: "Escutem, que barulho é este no céu?". Porque de facto o céu sacudia-se, vociferava sons ininteligíveis, a galáxia estava em fúria, mas também os bissilões se vergavam para terra. Era dia de Ano Bom, mas um dia de guerra, daqueles onde se lê a cinza na palma das mãos. Mas lá em cima havia festa. Uam cumpria a sua promessa. Acima dos estilhaços da vida, das balas trespassantes, o gamo antigo, porventura com o seu manto de cores de Navarra, zulu esfingico, torcionava-se no batuque. Sim, enquanto nós cá em baixo, contritos, víamos partir aquela enorme pira humana, quer dizer, o corpo finalmente perdido de Sambu, ele no céu cumpria a sua festa, um batuque trepidante contra a raiva dos duendes, num campo de mandioca. O céu estava em festejo. No seu batuque, Uam comunicava-nos que a guerra era inútil, um efémero cornado da morte. Desapareceu o ponto do helicóptero, calou-se a majestade daquele batuque.

Em dia de Ano Bom, enquanto seguíamos na picada para Mansambu, nasceu a lenda de Uam Sambu.

REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

(Cont. da pág. anterior)

minado processo de verticalização...": "Os sentimentos elitistas e "classistas" que ainda existem em muitos trabalhadores, e de que muitas vezes nem os dirigentes e activistas sindicais se libertaram..."; etc., etc.

Mesmo aceitando estes argumentos não podem deixar de se considerar como "lágrimas de crocodilo" as que a corrente intersindicalista verte, por hoje na Quimigal se constatar a existência de mais de 60 sindicatos para 9600 trabalhadores, na Petrogal 70 para 6800 trabalhadores, na EDP 100 para 12 000 trabalhadores, etc., pois o que qualquer trabalhador destas empresas constatará e certificará é que em cerca de 5 anos esses sindicatos, a maioria dos quais filiados na CGTP, se preocuparam em esclarecer os trabalhadores, elaborar um plano devidamente coordenado, lutar contra os sentimentos elitistas e "classistas", etc. Bem pelo contrário o que essas associações, que deveriam ser de classe, fizeram, foi empenhar os seus fundos e a militância dos seus activistas mais solidários:

— na luta contra o que chamaram de "colarinhos brancos"; na subordinação dos sectores profissionais menos numerosos, quando se tratava de contratação colectiva, aos de maior expressão quantitativa; nas grandes manifestações que o aparelho partidário a que estavam enfeudados lhes "encaminhava"; enfim na segregação de todos os que, discordando dos métodos e processos utilizados, ousavam levantar a sua voz, rotulando-os de divisionistas.

Porquê então tanto empenhamento agora na reestruturação do seu movimento sindical, quando é a própria CGTP a afirmar que "ao dividir os trabalhadores de uma mesma fábrica ou de uma empresa por 10, 20, 30 e até mais sindicatos, o que o fascismo pretendia era o enfraquecimento organizativo dos trabalhadores e, conseqüentemente, a sua debilidade reivindicativa face ao patronato nos aspectos económicos e face ao Governo nos aspectos políticos"?

A resposta deve procurar-se no quadro das profundas muta-

ções que o movimento sindical português está a sofrer e na tentativa de a CGTP, para não se deixar ultrapassar, aparecer como a única central sindical, capaz de, na prática, proceder à reestruturação que hoje todos reconhecem haver necessidades. Este objectivo é tanto mais importante na medida em que embora apenas de uma forma vaga, se anunciaram já iniciativas. A CGTP tem de correr agora certos riscos — o desencadear das tais forças que pode não controlar — porque a tendência se lhe afigura imparável restando-lhe a antecipação.

UGT NÃO PODE REPETIR OS ERROS DA INTER

Perante isto, quais os planos da UGT? Tratando-se, como é óbvio, da única organização que pode fazer uma verdadeira concorrência, neste e noutros domínios, a UGT não pode cometer os mesmos erros, nomeadamente os que tenham a ver com a manutenção dos sindicatos profissionais. Se é certo que algumas situações como é o caso dos profissionais de escritórios — para citar apenas um exemplo — exigem muita pedagogia e esclarecimento para que a sua integração em sindicatos por ramos de actividade se faça sem convulsões e traumatismos de maior importância ter sempre presente que o objectivo final não pode ser sacrificado à tentativa fácil de manter a mais larga e contínua influência nessa zona. Neste caso certos indícios serão preocupantes, ainda que os dirigentes da UGT possam afirmar que nela estão filiados umas dezenas de sindicatos. O caminho será o de fazer justificar exemplarmente o do SIMA — Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins, mesmo que se lhe possam apontar defeitos na sua constituição, talvez muito desligado daquilo que deveria ser a sua base de arranque: secções sindicais da SIMA solidamente implantadas nas empresas e que desde logo marcassem uma posição clara de defesa dos interesses dos trabalhadores, nos inúmeros conflitos que diariamente estalam um pouco por todo o lado.

Para que a UGT seja uma es-

perança para os trabalhadores que se não reconhecem na CGTP e prosiga objectivos condizentes com os interesses de classe dos explorados e mais desfavorecidos deste País, torna-se, contudo, necessário, que as suas iniciativas sejam transparentes e perceptíveis pelos trabalhadores. A criação de novos sindicatos por ramos de actividades, a título de exemplo, não é nenhuma acção conspirativa que deva ser apenas do conhecimento de uns poucos. Impõe-se, pois, a divulgação de planos coerentes que possam ser discutidos abertamente em todos os locais, principalmente nos de trabalho.

QUE LINHAS ORIENTADORAS DA REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

A leitura do documento-base a que se tem vindo a fazer referência fornece a sensação de que, apesar do tempo decorrido, a CGTP não sabe ainda, ou não quer divulgar, o que fazer neste domínio. O mínimo que seria de esperar era a indicação — não taxativa, é certo — dos sectores em que se visam criar sindicatos por ramos de actividade e qual o seu âmbito geográfico, para a partir daí se começar a dar os passos necessários.

Debalde se procura este plano nos documentos. Incapacidade ou qualquer outra razão? Talvez seja mais correcto admitir-se que face a certas debilidades dos que se lhe opõem, a CGTP prefere durante algum tempo manter certas estruturas, operando pequenas modificações, tentando amarrar os trabalhadores a uma certa contratação colectiva que dá um certo ar de verticalização sindical. Ganharão, assim, tempo para ir passando para as mãos das Federações muito do poder que pertencia aos Sindicatos.

É lícito pensar que a CGTP vai continuar a ter nos próximos anos umas duas centenas de sindicatos filiados, dispondo cada um deles de cada vez menor influência, quer ao nível da intervenção na contratação colectiva, quer ao nível político. Um e outro aspecto da actividade sindical serão progressiva-

mente assumidos pelas Federações, por um lado, e pelas Uniões e pela Confederação, por outro.

O papel das Uniões de Sindicatos, numa primeira fase instaladas a nível distrital e agora a conhecer um processo de expansão a nível concelhio, merece à CGTP especiais atenções, pois o seu papel é fundamental na organização e dinamização do seu movimento, dado serem as Uniões que asseguram o desenvolvimento descentralizado da acção da Confederação.

Quer isto dizer, que as acções de massas, a intervenção na vida económica e social do País, suporte indispensável do conteúdo político em que assenta a CGTP, passam em boa medida pelas Uniões locais de Sindicatos, enquanto a parte mais ligada à acção contratual segue pela via das Federações.

Em síntese, e repetindo, o futuro que se pode antever é: poucas modificações no número de sindicatos, mais força para as Federações e desenvolvimento dos poderes das Uniões e Confederação.

Perante os contornos mal definidos, apesar de tudo, de uma proposta de reestruturação sindical apresentada pela CGTP, novamente se coloca a questão de saber quais os projectos da UGT.

É certo que um movimento como a UGT, ainda em fase constituinte, não tem possibilidades de, desde logo, apresentar respostas e planos para todas as questões, mas é necessário ter presente que é no terreno que se joga o futuro e nele a UGT tem de rapidamente aparecer como verdadeiro concorrente da CGTP. Esta luta — que tem de ser correcta — não se pode desenvolver apenas em termos de confrontação verbal, pois os trabalhadores depressa se aperceberão que os seus problemas concretos não estão em jogo, os quais exigem estruturas organizativas adequadas, formadas por militantes sindicais que mereçam a sua confiança nos locais onde a luta é mais difícil, onde se jogam muitas vezes a estabilidade de emprego e os meios de subsistência da família — as empresas.

* Sindicalista; deputado do PS.

UM AVISO SÉRIO

(Cont. da pág. anterior)

mento do jornal "A Luta", e dos vários significados que de tal facto se podem e devem retirar. Para além das razões de ordem económica e financeira que determinaram o encerramento deste jornal, é decerto o seu significado político que mais importa sublinhar.

Outros órgãos de informação que, a crer nos "deficits" muito vultuosos que apresentam, deveriam estar logicamente em condições económicas e financeiras bem mais precárias do que a "A Luta", parece não terem sequer a sua sobrevivência seriamente ameaçada.

Mas o único órgão de informação diária que se sabia estar mais ou menos afecto ao partido político com maior representação na Assembleia da República — o Partido Socialista — não resiste à primeira crise económico-financeira que o ataca, e vê-se constrangido a cessar a sua publicação, precisamente quando se acentua de novo a hostilidade da maioria dos órgãos de informação, estatizados ou não, contra aquele partido.

Eis um aviso sério — aparentemente não tão dramático, mas porventura mais ameaçador do que o do caso "República" — que nos deveria alertar para os perigos que novamente se perfilam contra a democracia neste País.

Não deixa, aliás, de constituir amarga ironia da nossa história constatar-mos que o partido que nos últimos cinco anos mais se bateu em defesa da liberdade de expressão e de informação, e pelo direito dos outros partidos, grupos ou instituições disporem de órgãos de comunicação social próprios independentes do Estado (há quem se tenha esquecido já do caso da "Rádio Renascença"!), se veja agora privado do único jornal diário que lhe era afecto, sem que aqueles que tanto devem à sua acção corajosa, e com ela tanto beneficiaram, ergam uma voz indignada, ou pelo menos solidária, face a tão lamentável acontecimento.

O actual regime — não se duvide! — dificilmente poderá sobreviver sem que todas as correntes políticas democráticas que nele coexistem, e nomeadamente as que conquistaram maior expressão eleitoral, disponham de condições pelo menos idênticas de comunicação das suas ideias, opiniões e pontos de vista.

É que a liberdade não existe no estado natural. Uma vez conquistada, é preciso protegê-la e defendê-la. E em democracia, os órgãos de comunicação social são um instrumento essencial de protecção e defesa da liberdade.

Quando o partido político que dispõe da maior representatividade popular se vê praticamente privado de órgãos de informação diária que lhe sejam afectos, ao mesmo tempo que proliferam os órgãos de comunicação social dominados por minorias activamente apostadas no derrube da democracia, e quando tudo isto se passa perante o regozijo mais ou menos confesso dos restantes partidos democráticos e o silêncio que diários cúmplices dos que ocupam o Poder, nada de bom se pode augurar quanto ao futuro da democracia neste País.

Sabendo-se que não rareiam os que já se atrevem a esfregar as mãos, em privado ou em público, na antevisão de restauradas vinganças e ajustes de contas pessoais e políticas, e sabendo-se que não são poucos os que, dominados por frustrações e rancores, preferem que o actual regime consinta enfim em desistir-se para lhes dar razão, não será diminuta a atenção nem pequena a coragem que se pode e se deve exigir dos democratas sinceramente empenhados em defender, com firmeza e sem desfalecimentos, a sobrevivência da liberdade e o futuro da democracia neste País!

O encerramento de "A Luta" representa com certeza uma derrota para o regime democrático. Se pequena, se grande, é ainda cedo para se saber. Perdida, porém, esta batalha, o que agora importa, isso sim, é evitar que se perca a guerra!

1978 - 1979

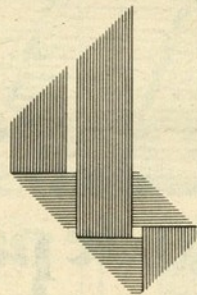
**Em 365 dias,
concretizamos o nosso
programa de implantação
como Banco dinâmico e
eficiente.
No país e no estrangeiro.**

Estendemos a nossa acção a novas áreas.
Estimulamos e incrementamos actividades produtivas.
Criamos os processos que melhor permitam
decisões rápidas e uma correcta aplicação das
políticas de crédito.

Em mais de 100 balcões, em todo o país, damos
resposta a qualquer problema ou consulta financeira.
E não só em Portugal.

Os nossos Escritórios no estrangeiro colaboram
activamente com o Comércio e a Indústria, facili-
tando as suas relações nos mercados internacionais.
Os portugueses que trabalham fora do País
encontram em nós um apoio amigo e constante.
Somos um Banco voltado para as realidades do
momento. Temos um plano de expansão ao
serviço da economia nacional.

Vamos cumprir.



UNIÃO DE BANCOS
PORTUGUESES

conte connosco

PESCADAS 125 BALEIAS NOS AÇORES

Cento e vinte e cinco baleias foram pescadas o ano passado pelos baleeiros das ilhas do Pico, Faial e Graciosa, o que significa uma subida de 23 em relação ao ano anterior. No mesmo período, foram pescadas 2500 toneladas de pescado e no que diz respeito ao atum deram entrada cerca de cinco mil toneladas.

Neste trabalho empregaram-se 400 pescadores e 25 traineiras.

Entretanto, da Ilha de S. Miguel deverá seguir brevemente para Angola um carregamento de 3400 toneladas de batata, a bordo de um cargueiro soviético. O excedente de batata o ano passado em S. Miguel foi de cerca de 8 mil toneladas, das quais se conseguiu colocar 1300 no continente.

TRÊS MILHÕES DE VEÍCULOS ATRAVESSARAM NO ANO FINDO A PONTE DE VILA FRANCA

Durante o ano de 1978 cerca de três milhões de veículos atravessaram nos dois sentidos, a Ponte de Vila Franca de Xira. Os dois milhões 885 mil e 366 veículos que utilizaram a ponte para percorrerem nos dois sentidos cerca de dois quilómetros deixaram nas bilheteiras da portagem 35 milhões 131 mil e 611 escudos e 50 centavos.

O chefe da portagem disse à ANOP que o movimento foi superior ao do ano passado e que na Ponte de Vila Franca de Xira a portagem não é funcional em dias de grande movimento de tráfego, chegando as bichas de veículos a atingir extensões de 15 a 20 quilómetros.

No ano anterior, a Ponte de Vila Franca de Xira registou um movimento de 2 milhões 693 mil e 359 veículos e uma receita de 33 milhões 331 mil 876 escudos e cinquenta centavos.

CIRCUITO COMERCIAL E INDUSTRIAL

Relacionado com o tráfego, o mesmo informador disse que o maior movimento é o do circuito comercial e industrial, proveniente da Beira Baixa, Baixo Alentejo, Alto Alentejo e parte do Algarve com destino a Lisboa e Norte do País.

A Ponte de Vila Franca foi inaugurada em 28 de Dezembro de 1951 e passou a funcionar em Março de 1952.

MAIS 5 AMBULÂNCIAS OFERECIDAS PELA GULBENKIAN A BOMBEIROS

A Fundação Gulbenkian, em cerimónia realizada ontem junto do seu edifício-sede, ofereceu mais cinco ambulâncias às seguintes corporações de bombeiros: Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, Associação dos Bombeiros Voluntários de S. Mamede de Riba Tua, Associação dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere e Associação dos Bombeiros Voluntários de Constância (Secção de Santa Margarida) e ainda uma outra destinada aos Bombeiros da Horta (Faial), nos Açores.

Com a entrega destas ambulâncias, a Fundação Gulbenkian já concedeu subsídios no valor de 23 345 024\$70, os quais permitiram a aquisição de 186 ambulâncias, oferecidas a diversas corporações de bom-

beiros do País.

O critério que presidiu à escolha das associações de bombeiros beneficiadas é o de se preferir sempre as que prestam serviços em regiões rurais populosas e sem recursos médicos adequados. O conhecido número de acidentes nas estradas e o número elevado de doentes que carecem de recorrer aos hospitais implicam a necessidade de um número de ambulâncias indispensáveis às necessidades do País. Daqui, portanto, a acção sempre persistente e humanitária da Fundação Gulbenkian, que anualmente oferece algumas ambulâncias a corporações de bombeiros, por entre cerca de 100 pedidos que todos os anos são formulados àquela instituição.

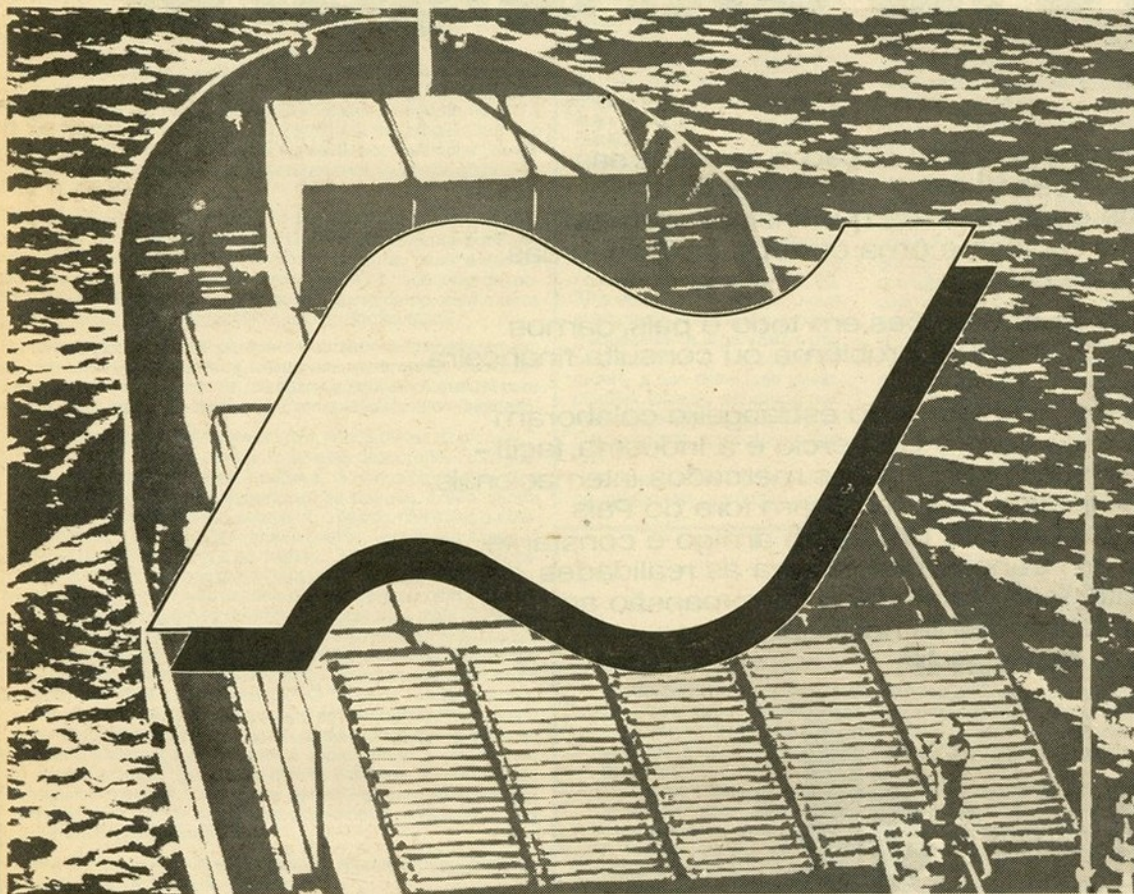
As ambulâncias encontravam-se estacionadas junto das

instalações da Fundação e foram entregues às direcções das respectivas corporações pelo dr. José de Azeredo Perdigão, presidente do Conselho de Administração da Gulbenkian, em nome desta instituição, acto a que assistiram, além dos funcionários da Fundação, o dr. Reimão Pinto, director do Serviço de Saúde e Protecção Social da Gulbenkian, directores das associações e bombeiros voluntários.

O dr. Azeredo Perdigão proferiu algumas palavras, tendo agradecido o valioso contributo Serra e Moura, pela Liga dos Bombeiros Portugueses, e Francisco Paula Cardoso, presidente da Câmara Municipal e do Alijé e director da Associação dos Bombeiros de Riba Tua.

PUBLINTER

Somos uma nova empresa



Ponto de encontro ponto de partida para um arranque mais forte!



Com a prática e a experiência das transportadoras Companhia Nacional de Navegação — CNN e



Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos CTM, veio agora colaborar a nossa vocação organizativa e coordenadora para um melhor aproveitamento das potencialidades daquelas Empresas e fomento do transporte marítimo português, actividade essencial no desenvolvimento da economia do nosso país.

Por isso a NAVIS — Navegação de Portugal, E.P., faz ponto de honra em ser o ponto de encontro e o ponto de partida para um arranque mais forte!

NAVIS
NAVEGAÇÃO DE PORTUGAL, E.P.

Portugal no mar a transportar

EM NOVEMBRO: GNR CHAMADA A INTERVIR EM 1502 CASOS DE «ACÇÃO VIOLENTA»

Uma escalada de violência parece tornar-se evidente a partir de números referidos pela GNR. Aquela corporação, durante o passado mês de Novembro, foi chamada a intervir em 1502 casos de "acção violenta contra pessoas", ou seja mais de 50 intervenções diárias.

Naquele período, a GNR (que, recorde-se, actua apenas fora das grandes cidades) foi forçada a intervir em 2300 casos de criminalidade (ou seja: a média de 70 por dia), dos quais 71 por cento se caracterizaram por actos de violência.

Um homicídio em cada três dias (52 no total do mês) caracterizou o mês de Novembro, no qual se registaram ainda 1424 casos de ofensas corporais (a média de 47 em cada dia). Enquanto o aumento de casos de ofensas corporais se situa dentro da margem de oscilação habitual, diz a GNR, o dos casos de homicídios "ultrapassa qual-

quer previsão e sai nitidamente do campo das oscilações habituais".

Violência que tem também o seu ponto alto no desporto com 37 casos assinalados de alteração de ordem pública, 17 (praticamente metade) registaram-se em recintos desportivos.

Num outro campo, no dos atentados contra a propriedade pública e privada, os números baixaram. Verificaram-se "apenas" 646 casos (mais de 21 por dia), sendo os mais evidentes 202 roubos e 36 casos de fogo posto. A GNR entende que este decréscimo é devido às capturas de marginais realizadas pelas forças de segurança.

Um outro campo, que já foi dramático, mostra tendência a acalmar: o dos engenhos explosivos. "Apenas" seis em Novembro, embora um tenha provocado a morte de um subchefe e ferimentos em dois agentes.

O HOSPITAL DE ÁGUEDA EM SITUAÇÃO DRAMÁTICA

O governador civil do distrito de Aveiro solicitou ao secretário de Estado da Saúde uma audiência destinada à resolução da dramática situação económico-financeira com que se debate O Hospital de Águeda.

Enquanto que os Serviços Médico-Sociais da Previdência deviam no fim de Dezembro último três mil e 500 contos ao corpo clínico daquele hospital, a dívida do estabelecimento hospitalar de Águeda aos seus

150 fornecedores ascendia aos 10 mil contos.

CIRURGIA DIGESTIVA

Alguns dos melhores nomes da cirurgia digestiva mundial participarão no Porto, no próximo dia 29, na III Reunião Internacional de Cirurgia Digestiva. Este encontro é uma iniciativa de um secretariado constituído pelo prof. Araújo Teixeira e drs. Miguel Matos, Rocha Reis, Costa Cabral, Jorge Mota e Mário Peres.

A CARTA QUE NÃO QUERIA ESCREVER

Amigos:

É hoje um dia triste para todos nós. Custa-me muito separar-me de vós depois de todos estes anos de boa e sã camaradagem, de plena identidade de desejos não realizados, e de ideais.

Mas, acreditai. Podeis sair de cabeça bem levantada pelo dever cumprido e pelo trabalho sempre honesto e criterioso desempenhado no nosso querido jornal.

A nossa luta ainda não terminou. Agora, mais do que nunca, mais unidos, há que combater por um Portugal melhor...

A "LUTA" não acabou e vai continuar.

Lisboa, 9/1/79.

A.C. (Revisão)

BANCO MUNDIAL EMPRESTA MAIS 58 MILHÕES PARA SECTOR ADUBEIRO

O Banco Mundial concedeu um empréstimo a Portugal no valor de 58 milhões de dólares (cerca de 2,6 milhões de contos) destinado a modernizar a produção de adubos e a aumentar o seu rendimento — foi anunciado ontem em Washington por um porta-voz do banco. O projecto, avaliado em 242 milhões de dólares (cerca de 11 milhões de contos), prevê a construção de uma fábrica de

amoniaco, com a capacidade de 900 toneladas por dia, e de duas fábricas de ácido nítrico, com uma capacidade diária de 360 toneladas cada, bem como a modernização de uma unidade de ureia e de uma outra de nitrato de amónio. O empréstimo foi concedido por um prazo de 15 anos de juro de 7,35% e só começará a ser pago a partir do quarto ano da sua utilização.

GOVERNO SUSPENDE INQUÉRITO DA CT DO GABINETE DE SINES

O Governo suspendeu, através de um despacho do secretário de Estado do Planeamento, um inquérito da CT do Complexo de Sines, entre o pessoal, procurando apurar da sua opinião sobre o projecto, os objectivos, funções, gestão e funcionamento do Gabinete da Área de Sines. O despacho do secretário de Estado homologou um outro do director daquele gabinete, eng. Ferro Gomes, que mandava suspender imediatamente o inquérito em curso e determinava que os funcionários ou agentes da CT recolhes-

sem e entregassem, no prazo de três dias, todos os exemplares do inquérito, pondo termos a actuações análogas, sem autorização das entidades competentes. A Direcção do GAS considera que os temas versados no inquérito constituem matéria política da competência do Governo e dos actos de gestão que lhe cabem a si e que o inquérito foi lançado "no prévio conhecimento da resolução do Conselho de Ministros sobre as intervenções das CT's na gestão dos organismos públicos".

104 ANOS DE SOCIALISMO EM PORTUGAL

Passa amanhã o 104.º aniversário das primeiras manifestações de socialismo no nosso País, de que o actual Partido Socialista constitui o legítimo herdeiro.

De acordo com um relatório de Mário Soares, intitulado "Construir uma nova vida, destruir o sistema", lido em 19 de Abril de 1975, na RFA, durante o congresso constitutivo do PS, "as origens do Partido Socialista encontram-se na actividade militante de Antero de Quental e de José Fontana — os quais, com homens como Botelho Reis, Azevedo Gneco, Nobre França e Eduardo Maia, redigiram o primeiro programa socialista, formaram núcleos operários, associações de classe e cooperativas".

Formalmente, o PS constituiu-se em 10 de Janeiro de 1875, na sequência de contactos estabelecidos com delegados da Internacional.

No referido relatório, Mário Soares reconhece que "o socialismo não tem uma grande tradição em Portugal". Classifica Henriques Nogueira, republicano federalista, Sousa Brandão e Lopes de Mendonça como precursores, mas "a grande figura tutelar do socialismo português foi — e é — Antero de Quental".

Depois de considerar que "o movimento socialista foi batido, entre 1880 e 1920, no favor das massas populares, pelo republicanismo", o secretário-geral do PS acrescenta que, "durante a I República" (1910-1926) "a vida do PS não foi brilhante". Tinha então o nome de *Secção Portuguesa da Internacional Operária* (SPIO). Segundo Mário Soares, "nas vésperas da ditadura militar, a classe operária era dominada pelo anarcosindicalismo e os socialistas não se opunham frontalmente aos partidos republicanos burgueses".

"Durante os primeiros tempos da ditadura militar e do Estado Novo, o PS foi sempre perdendo influência, acabando por se desagregar de facto. Não soube adaptar-se à clandestinidade nem resistiu à repressão. Assim, a partir da guerra de Espanha (1936-1939), o Partido Comunista, fundado em 1921, começa a ganhar o favor da classe operária portuguesa, batendo simultaneamente o anarquismo e o socialismo."

RECONSTRUÇÃO DO PS

"Por volta de 1941-1942 — prossegue Mário Soares — começaram a ser feitas tentativas para reconstruir, na clandestinidade, um Partido Socialista, tendo sido criados sucessivamente o "Grupo de Acção e Doutrinação Socialista", a "União Socialista", o "Partido Trabalhista" e a "Frente Socialista".

"Estas tentativas acabaram todas por fracassar, em virtude da repressão e, sobretudo, da guerra-fria, que obrigou os socialistas a tomarem posições centristas (atlantistas), cortando-se verdadeiramente da esquerda e das classes trabalhadoras."

Em 1953-1954 constituiu-se a *Resistência Republicana e Socialista*, que esteve na origem de algumas iniciativas políticas importantes, como a campanha do general Humberto Delgado, a criação das *Juntas Patrióticas de Libertação Nacional* (em 1959) e a elaboração e divulgação do *Programa para a Democratização da República* (1961) e, em 1964, em Genebra, a constituição da *Acção Socialista Portuguesa*, ratificada posteriormente por uma convenção nacional realizada em Lisboa. Os seus principais impulsores foram Mário Soares, Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa.

A ASP, ainda de acordo com o relatório de Mário Soares, foi, entre 1964 e 1968, "a grande animadora da luta legal, tendo tido papel importante na campanha eleitoral de 1965, no processo derivado do assassinio do general Humberto Delgado, no caso escandaloso dos *ballet rose*, no documento colectivo de análise dos 40 anos do regime, na luta contra a repressão, etc."

Em 1972, a ASP foi admitida, por aclamação, na Internacional Socialista, durante o Congresso de Viena, e, no ano seguinte, em Bad Mustereifel, deliberou a transformação no actual Partido Socialista.

PROPOSTA PARA OS ANOS 80

O PS continua a debater a nível nacional o documento-proposta para os anos 80. Hoje, pelas 21.30, há uma sessão na secção de Sintra, com David Simões e Sousa Gomes, sobre o capítulo VI. Amanhã, à mesma hora, em Cascais, com Armando Santos e Jorge Sampaio (cap. VI), e quinta-feira, em Algés, com A. Henrique e João Cravinho (cap. III) e em Santa Iria de Azóia, com João Queirós e Dieter Dellinger (cap. V).

Entretanto, a Juventude Socialista anuncia vitórias em eleições associativas de listas apoiadas por militantes seus na Escola de Olhão e liceu da Guarda e Marinha Grande.

Por outro lado, uma lista afecta à JS ganhou as eleições para os Conselhos Pedagógico e Directivo do liceu de Tomar.

Esta tarde, às 15 horas, no liceu Dom Dinis, a JS promove um colóquio sobre a "nova ordem económica internacional", com João Cravinho. Amanhã, às 10h, novo colóquio sobre "direitos do homem", com José Carlos de Vasconcelos e José Leitão. E sexta-feira, um colóquio sobre a "Constituição de 1976", com José Leitão.

IMPrensa PRIVADA DE PORTUGAL E ESPANHA RECLAMA CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA

Dezasseis directores de jornais privados de Portugal e Espanha aprovaram ontem um manifesto em que requerem aos governos dos dois países a consolidação dos passivos das empresas jornalísticas e a concessão de um subsídio não reembolsável equivalente a 25% do investimento total proposto para renovação e ampliação tecnológicas.

O documento intitulado "Manifesto do Estoril" foi aprovado no 1.º Encontro Ibérico da Imprensa Privada e entregue ontem ao primeiro-ministro Mota Pinto, devendo sê-lo ainda ao primeiro-ministro espanhol Adolfo Suarez.

O documento reclama a concessão de um subsídio de papel sobre os exemplares vendidos em cada ano no correspondente a 50 gramas de papel de jornal por exemplar vendido.

No capítulo dos auxílios financeiros, para além de consolidação dos passivos em condições a determinar "mas sempre com 4 anos de diferimento de pagamento de juros e de amortização do capital e um prazo total não inferior a 12

anos, com juros bonificados no período final" reclama-se o estabelecimento de linhas de crédito de capital circulante até à percentagem de 20% da facturação dos anos precedentes.

No que respeita aos auxílios para renovação tecnológica os representantes de Imprensa privada reclamam, para além do subsídio a fundo perdido um crédito oficial para investimento que chegue aos 90% de resto do montante do mesmo investimento. Os subscritores do "Manifesto do Estoril" sustentam que este tipo de ajudas deve ser fornecido para investimentos já realizados no que respeita à parte em dívida.

O documento reclama ainda reduções de 50% nos preços do telexes, telefones e telegramas de imprensa e ainda nos transportes, porte pago na distribuição postal de jornais a assinantes, descontos nos transportes de jornalistas e reduções dos impostos.

Se as medidas previstas no "Manifesto do Estoril" tivessem sido já adoptadas, este jornal não cessaria concerteza a sua publicação. Mas tendo os governos vistas curtas para encerrar os problemas da imprensa elas não passam, por enquanto, de uma reivindicação.

Que valha ao menos aos que ficam.

NÃO HÁ CONDIÇÕES PARA O CONGRESSO DOS PROFESSORES

— sustenta a direcção do Norte

Um porta-voz da direcção do Sindicato dos Professores da Zona Norte disse hoje ao nosso jornal que "neste momento não existem condições para a realização do congresso constitutivo da Federação", devido, sobretudo, à incoerência da actual direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, cujos elementos insistem em fazer declarações públicas que contrariam frontalmente os acordos estabelecidos entre os dirigentes das diversas organizações sindicais do País.

Conforme nos foi sublinhado, "a actual direcção da Grande Lisboa, na sua actual composição, não tem idoneidade para dar a sua contribuição à realização de um Congresso que seja de unidade dos professores".

Nas actuais circunstâncias — foi-nos frisado — "assistiríamos à reedição do segundo Encontro da Figueira da Foz" — um acontecimento degradante.

Após sublinhar que a direcção da Grande Lisboa não cumpre os acordos que faz com as outras direcções, o nosso informador acentuou que a data da realização do Congresso está dependente de uma clarificação na direcção daquele sindicato.

Como se sabe, a criação de uma Federação dos Professores tem sido defendida pelos sindicatos do Norte, do Centro e do Sul. Todavia, através de uma manobra, não muito habilidosa, a direcção da Grande Lisboa, "na sua actual composição", tenta fazer crer que ela é que quer a Federação...

PRORROGAÇÃO DO RECENSEAMENTO E ALTERAÇÕES À LEI ELEITORAL

— entre os assuntos em agenda da A.R. que volta a reunir em plenário

A Assembleia da República, que volta a reunir esta tarde em plenário, após as férias da época de Natal, vai apreciar um diploma do Governo propondo o prolongamento por mais 15 dias de recenseamento eleitoral, a alteração da Lei Eleitoral vetada pelo Presidente da República, sob parecer do Conselho da Revolução, a Lei do Orçamento e do Plano para 1979 e um projecto de bases gerais do ensino particular e cooperativo. Nesta primeira sessão de 1979, figuram ainda alguns pontos da última reunião plenária de 1978.

O Parlamento deverá ainda eleger os seus representantes no Conselho de Imprensa e na Comissão Consultiva para as Regiões Autónomas e dar o seu parecer se autoriza a deputada Helena Roseta a ser demandada criminalmente por difamação e abuso de liberdade de Imprensa ou se se mantêm sobre ela as imunidades parlamentares.

Este volume de trabalho não permitirá que sejam apreciados e discutidos hoje todos os temas previstos, mas dá-se como certo que o diploma do Governo sobre a prorrogação do prazo

de recenseamento, apresentada com o pedido de prioridade e urgência, venha a ser votado, tanto mais que os líderes dos grupos parlamentares, ouvidos antecipadamente, parecer ter mostrado a sua concordância.

Entretanto, amanhã de manhã deverá ter lugar uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares para apreciação de propostas de revisão do estatuto dos deputados, a distribuição de salas e outras alterações nas instalações dos grupos parlamentares, na mesa da Presidência e na própria Presidência da Assembleia.

DOIS MORTOS NUM CHOQUE DE COMBOIOS

Dois comboios de mercadorias chocaram frontalmente, esta madrugada, no lugar de Vinhas, Campo (Valongo), nas imediações do Porto, na linha do Douro. Morreram dois trabalhadores da CP, ao que se su-

põe o maquinista de uma das composições e o ajudante da outra. Dois outros ficaram feridos e estão hospitalizados.

O sinistro ficou a dever-se, segundo as primeiras conclusões, à circunstância de um

dos comboios não ter parado na estação de Valongo, como lhe competia, continuando a sua marcha até embater com outra composição, que avançava na mesma linha em sentido contrário.



CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE LOURES

AVISO

Faz-se público que foi prorrogado por mais 7 dias, o prazo do concurso para adjudicação da empreitada de "CONSTRUÇÃO de 13 IMÓVEIS NA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO", pelo que o mesmo termina no próximo dia 23 do corrente.

Paços do Concelho, 5 de Janeiro de 1979.

Por delegação do Presidente, o vereador José A. Borges Neves

ANDAR VENDE-SE

Próximo do Estádio da Luz (Benfica). 4 assoalhadas — 1200 contos. Respostas para o telef. 530060, depois das 20 horas

JOALHARIA Mergulhão

Fornecedora do Corpo Diplomático: Serviços de chá, faqueiros e outras peças de gosto artístico
Rua de S. Paulo, 162
Telef. 36 00 13 LISBOA

NOVA EDITORA MUSICAL

"Rádio Produção Europa" é uma nova discográfica portuguesa, que em pouco tempo editou já 7 LP e 8 "singles". Registamos uma reposição mundial — mas novidade entre nós — de música orquestral cantada por Gerry Rafferty, álbum que RPE lançou em simultâneo com as edições norte-americana e britânica. Outra produção recente é a de "The Wild Places", LP de Duncan Browne. Quanto a "Meal Ticket", de Pierce/Jones, já disponível em "single", vai sair em LP.

ESCRITÓRIOS DE LISBOA TOMAM DIA 18 DUAS DAS MAIS IMPORTANTES DECISÕES DA SUA EXISTÊNCIA: ESTATUTOS E UGT

Realiza-se no dia 18 uma assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa para, por voto directo, universal e secreto, escolha dos novos estatutos, e legitimar a adesão à UGT. Observadores sindicais consideram estas duas decisões como, porventura, as mais importantes até ao momento tomadas por aquela associação de classe, pelo que prevêem a mais maciça participação de eleitores de sempre, uma vez que poderá estar em jogo todo o sindicalismo democrático no nosso País e os associados por certo saberão dignificar a prática democrática.

No que diz respeito aos estatutos, concorrem três projectos: A, apresentado pela actual direcção e apresentando importantes inovações, a nível daquele sindicato, todas elas apontando de forma bem marcada para o projecto de sindicalismo democrático por certo perfilado pela esmagadora maioria dos associados; B, apresentado pelo PCP, UEDS, MES e BASE-FUT, tendente a fazer integrar aquele sindicato nas estruturas corporativistas da Inter, ao contrário do que a maioria dos associados tem vindo reiteradamente a votar; C, apresentado pelo MRPP.

A proposta A apresenta estatutos democráticos, coerentes e inovadores, por forma a eliminar as deficiências e os atropelos que os actuais permitem, em cumprimento do programa de acção dos corpos gerentes, votado maioritariamente pela classe em 26 de Janeiro passado. Propõe o alargamento do âmbito territorial e profissional, encetando a verticalização às empresas predominantemente de serviços, com a alteração da actual designação para Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços (SITESE). Serão eliminadas as assembleias gerais de braço no ar, pela forma tumultuosa como têm decorrido, em que minorias activas manipulam e decidem por todos.

Apenas será mantida a assembleia geral eleitoral, em que todos elegerão, por voto secreto e directo, os corpos gerentes e os delegados ao congresso — estes proporcionalmente — garantindo representatividade a todas as tendências existentes no seio dos trabalhadores. Nos intervalos do congresso funcionará o conselho permanente, a eleger entre os delegados daquele. É consagrada a democracia sindical, não só pelo congresso e conselho permanente, mas também por uma real descentralização, fazendo funcionar as delega-

ções regionais e instituindo as comissões profissionais e interprofissionais.

Os princípios fundamentais da acção a desenvolver, pelo SITESE são a independência face ao Estado, partidos, religiões e patronato; a defesa da democracia política como meio de alcançar a democracia económica, social e cultural; a instituição do Estado de direito, como garantia de igualdade perante a lei; a plena validade dos direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem; a prática do sindicalismo democrático, conforme os princípios da liberdade sindical definidos pela Organização Internacional do Trabalho; a realização dos ideais da liberdade, igualdade e solidariedade; o direito ao trabalho, à sua livre escolha, à livre negociação de convenções colectivas de trabalho e à greve; o direito à segurança de emprego permanente e à protecção na doença, no desemprego e na velhice; o direito à formação e orientação profissional e a uma política social de protecção aos jovens trabalhadores e aos trabalhadores-estudantes. O objectivo geral do SITESE é a edificação de uma sociedade mais justa, livre e igualitária, da qual estejam banidas todas as formas de opressão, exploração e alienação.

Os órgãos deliberativos são a assembleia geral eleitoral, o congresso, o conselho permanente, a direcção e a comissão disciplinar. O coordenador é o Conselho Coordenador, que preside à assembleia geral, ao congresso e ao conselho permanente. Os consultivos são a comissão fiscalizadora de contas, as comissões profissionais e interprofissionais e a assembleia de delegados sindicais.

Os sócios elegem directamente o congresso, os corpos gerentes (direcção, conselho coordenador e comissão fiscalizadora de contas), as comissões profissionais e interprofissionais e os delegados sindicais.

Entre os direitos dos sócios contam-se os de beneficiar do apoio sindical jurídico e judiciário do sindicato em tudo o que se relacione com a sua actividade laboral; recorrer, para o congresso, de decisões dos órgãos directivos, sempre que estes contrariem os estatutos; beneficiar do fundo de greve nos termos determinados pelo conselho permanente; beneficiar de compreensão por salários perdidos relativamente a actividades sindicais; beneficiar dos serviços prestados pelos departamentos de formação profissional, turismo social e pela cooperativa de consumo (a constituir em breve).

ESCRITÓRIOS DO PORTO: 75,3% DE SINS À UGT

Os trabalhadores do Sindicato de Escritórios do distrito do Porto votaram, esmagadoramente, pela adesão à UGT. De acordo com os dados definitivos tornados públicos, 75,3% votaram pelo sim e 22,1% votaram pela negativa. Registraram-se 0,2% de brancos e 2,2% de nulos.

SINDEQF: 97,2% SINS À UGT

O Sindicato Democrático da Química e Farmacêutica foi um dos subscritores da formação da UGT, por iniciativa da comissão instaladora nacional, baseada nos seus estatutos. Mas para a inscrição na central democrática entenderam os seus responsáveis ser seu dever auscultar a opinião dos sócios quanto a atitude a tomar. Assim, foram os seus membros chamados a pronunciarem-se, por voto directo e secreto.

A resposta foi dada nas urnas por 97,2% de votos afirmativos, tendo-se verificado 1,9% de nulos e 0,9% de nãos.

ESCRITÓRIOS DE PORTALEGRE: REFERENDO DIA 16

O referendo para a adesão à UGT, que o Sindicato dos Escritórios de Portalegre tinha inicialmente previsto para depois de amanhã, foi adiado para o dia 16, em ordem a permitir uma participação maciça dos associados naquela importante decisão para a vida da associação de classe cujos filiados vêm perfilhando os princípios do sindicalismo democrático.

MINEIROS DE ALJUSTREL ESCLARECEM-SE SOBRE UGT

Realizou-se recentemente uma sessão de esclarecimento sobre a UGT em que participaram dezenas de mineiros de Aljustrel. A reunião ficou pautada por assinalável êxito. Também em Pombal se realizou uma sessão de esclarecimento para os trabalhadores daquela vila, que manifestaram o seu gozo pela iniciativa.



Rebordosa

Freguesia do Concelho de Paredes ■ Distrito do Porto ■
População: 6505 (censo de 1970) ■ Principais
actividades económicas: Agricultura,
Indústria e Comércio
de Mobiliário

A partir de agora com o apoio directo do

BPA

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



O 126.º Balcão BPA
LUGAR DO VALE - TELEF. 943182



José António Saraiva
Júlio Henriques



O Estado Novo: Crónica e História/1

O 28 DE MAIO E O FIM DO LIBERALISMO*

*DAS LUTAS LIBERAIS DE OITOCENTOS
AO ADVENTO DA REPÚBLICA



Livraria Bertrand

A História é normalmente a história das células vivas de um Tempo — e este livro, em certo sentido, é o seu contrário: a procura, num Tempo, das suas células mortas.

A LUTA NO CAMBOJA PARECE CONTINUAR

Extensas regiões do Camboja encontram-se hoje sob controlo do Conselho Revolucionário Popular, pró-vietnamita, mas círculos diplomáticos ocidentais de Bangkok afirmaram julgar que a luta continuava em vários pontos do país.

Na vizinha Tailândia, as autoridades de distritos fronteiriços disseram que poderia chegar à raia, ainda hoje, grupos de soldados khmeres vermelhos leais ao governo de Pol Pot e agora em fuga face à alegada invasão vietnamita.

Hoje de manhã, foi ouvido no posto fronteiriço tailandês de Aranyaprathet, cerca de 330 quilómetros leste de Bangkok, o troar longínquo de tiros de artilharia.

A Frente Unida de Salvação Nacional do Kampuchea (FUNSK) formou ontem à noite uma administração para "gerir

o país" a partir de Phnom Penh, a capital. Não se sabe ainda exactamente qual o território cambojano que os rebeldes controlam mas, segundo fontes diplomáticas ocidentais de Bangkok, é nitidamente pelo menos metade, enquanto várias regiões estariam a ser disputadas.

Significativamente, mesmo apesar de os rebeldes terem asseverado que o país se encontra sob o seu domínio, abs-tiveram-se, até agora, de anunciar a tomada de oito das 19 províncias do país.

O Ministério tailandês do Interior anunciou estarem a ser efectuados, por um Boeing-707 das linhas aéreas da China, voos para retirada de mais de 600 conselheiros e diplomatas chineses que atravessaram a fronteira do Camboja para a Tailândia após a queda de Phnom Penh.

A nova chefia do país prometeu entretanto realizar eleições gerais e promulgar uma nova Constituição socialista. Segundo parece, o novo regime permitiria que as populações regressassem às cidades e às vilas, depois de terem sido forçadas a ir para o campo pelos khmeres vermelhos.

No que se refere a política externa, membros do grupo que formam a nova administração afirmaram que o governo será não-alinhado e restabelecerá a solidariedade com o Vietname e relações amigáveis com o Laos, a Tailândia e outras nações do Sueste da Ásia.

Enquanto alguns países não-comunistas dessas regiões do Mundo poderão encarar com alarme a tomada do poder em Phnom Penh, com apoio vietnamita, o Laos acolheu o acontecimento com agrado.

Numa mensagem aos chefes rebeldes, após a queda de Phnom Penh, o governo laociano afirmou: "A vitória fortalecerá as relações entre os nossos dois países e levará a verdadeira paz ao Camboja".

SIHANOUK RELATA O SEU ISOLAMENTO IMPOSTO PELOS KHMERES VERMELHOS

Na sua residência vigiada, em Phnom Penh, o príncipe Norodom Sihanouk tomava conhecimento das informações da Imprensa internacional sobre as violações dos direitos do Homem no Camboja, através de um posto de rádio, o seu único ponto de ligação com o mundo exterior.

O ex-chefe do Estado cambojano — que hoje chegou a Tóquio, a caminho de Nova York, onde defenderá o que afirma ser a causa do seu país perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas — descreveu ontem, numa conferência de Imprensa, em Pequim, o isolamento quase total a que o obrigou o regime Khmer Vermelho, sem no entanto dissimular os "privilégios" da sua situação.

Ironizando com a "agradável amizade" dos dirigentes de Phnom Penh, Sihanouk argumentou que o regime de Pol Pot tinha mesmo "violado em certa medida a sua Constituição", ao conceder-lhe o "privilégio de não trabalhar".

Sihanouk, regressado de Phnom Penh em Agosto de 1975, na companhia da princesa Mônica e da sua família, foi então separado das suas duas filhas de um casamento anterior, dado que elas eram também mães de família.

Ouvia todos os dias a Voz da América em inglês e em Khmer, a BBC, a NHK japonesa, todas as emissoras do Mundo. "Sabia tudo sobre o Camboja" — disse agora.

Sihanouk referiu vários apelos de personalidades estrangeiras sobre os direitos do Ho-

mem no Camboja, massacres de populações mencionadas pela Imprensa Ocidental, etc.

Acreditava Sihanouk num "exterminio" da população? "É uma questão terrível, gostaria de evitá-la" — respondeu inicialmente. Porém, depois afirmou: "Eu não vi ninguém massacrar. Não gosto de falar daquilo que não conheço bem. Espero que aquilo que se disse no estrangeiro não se tenha realmente passado. Enfim, isso é o que eu desejo."

O ex-chefe do Estado lamentou, em particular, não poder ler jornais durante a sua estada em Phnom Penh. E precisou: "Tinha apenas os meus livros e os meus jornais, anteriores a 1975."

Quando, a seu próprio pedido, abandonou o palácio real, para que este fosse transformado em museu, foi alojado numa residência com três divisões, "muito confortável, com um belo jardim, uma pequena piscina e ar condicionado". Disse ainda Sihanouk: "Era muito bem alimentado, e aliás até engordei. Não posso queixar-me, foram muito correctos."

Evocando esse tempo de reclusão, o príncipe lamentou ainda não lhe ter sido possível "ver a cara do novo Papa, o polaco". Referindo-se à sua chegada a Pequim, citou o vice-primeiro-ministro chinês Deng Xiaoping, segundo o qual os meios diplomáticos na capital da China consideraram tardio o seu regresso, acrescentando: "Sihanouk deveria ter voltado há cinco ou seis meses. Agora, é talvez tarde demais."

Preocupação em Washington

POSSÍVEL CONFLITO SINO-SOVIÉTICO

O governo dos Estados Unidos condenou ontem a invasão do Camboja pelo Vietname e mostrou-se preocupado com a possibilidade de a guerra se converter num conflito sino-soviético.

O informador oficial da Secretaria de Estado, Hoding Carter, embora não se referisse especificamente a Pequim e a Moscovo, indicou a apreensão dos EUA face à possibilidade de "o conflito regional envolver mais parte fora dessa região concreta".

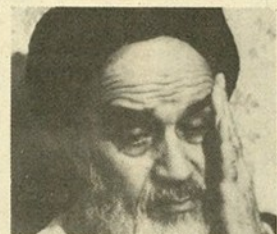
E acrescentou: "Para evitar esse perigo, os Estados Unidos lançaram um apelo a todos os países interessados na paz para evitarem que o conflito entre o Camboja e o Vietname atinja maiores proporções, para o que mantiveram contactos directos com dirigentes de alguns governos".

As preocupações norte-americanas baseiam-se em informações recebidas pela Secretaria de Estado, que confirmam a concentração de tropas e de armamento chineses na fronteira sino-vietnamita depois da queda do regime de Pol Pot, aliado de Pequim.

Nas últimas horas, segundo Washington, a China deslocou — além de tropas e artilharia pesada — grande parte dos seus aviões de combate para posições a menos de 20 quilómetros da fronteira. Na altura da queda de Phnom Penh, encontravam-se no Camboja cerca de 20 mil conselheiros militares chineses, segundo as estimativas norte-americanas, desconhecendo-se de momento a sua sorte.

Por outro lado, fontes oficiais de Washington indicaram que, nas últimas 24 horas, também se registaram movimentos de tropas soviéticas para junto da fronteira com a China. O Vietname assinou há dois meses um tratado de amizade com Moscovo, tendo posteriormente as autoridades soviéticas advertido Pequim, em várias ocasiões, de que considerariam uma ameaça directa à URSS qualquer acção militar contra Hanoi.

Na sua edição de ontem, o jornal parisiense "Le Monde" afirmava em editorial: "A intervenção do Vietname no Camboja perturbou o equilíbrio de forças na Ásia e poderá levar outros países a intervir na confrontação entre Pequim e Moscovo".



O Ayatollah Khomeini e Karim Sanjabi, dois dirigentes da oposição iraniana, que se opõem ao novo governo civil, chefiado por Shapour Bakhtiar



RECRUDESCEU A VIOLÊNCIA EM CIDADES DO IRÃO

O recrudescimento da violência em várias cidades do Irão e a renúncia do ministro designado da Defesa, general Fereidun Jam, eram tidos ontem, em Teerão, como obstáculos sérios ao êxito do novo gabinete civil dirigido por Shapour Bakhtiar. Na capital, ao longo do dia, cerca de cem mil manifestantes entraram em confronto com as forças militares, havendo pelo menos cinco mortos e numerosos feridos.

Registaram-se manifestações semelhantes, no âmbito da jornada de luto convocada de Paris pelo dirigente religioso Ayatollah Khomeini, noutros

pontos do Irão, especialmente nas cidades sagradas de Mashhad e de Qom, onde os manifestantes incendiaram bancos, cinemas e estabelecimentos comerciais.

Quanto à renúncia do ministro da Defesa, fontes de Teerão admitem que o general Fereidun Jam tenha sido pressionado pelos altos comandos militares.

O presidente da Frente Nacional, Karim Sandjabi, afirmou hoje que o governo de Shapour Bakhtiar não poderá "em caso nenhum" ser uma solução para a crise iraniana.

ORDEM DE GREVE GERAL RENOVADA NO PERU

As organizações sindicais e políticas que têm estado a fazer apelo a uma greve geral de três dias, no Peru, a partir de hoje, renovaram a sua ordem apesar da tensão que se manifesta no país, agudizada no sábado pela declaração do estado de emergência.

Os dirigentes destas organizações consideram que mais de um milhão de trabalhadores, equivalente a um quarto da população activa, deixará o trabalho, nos sectores mais importantes da economia.

A polícia peruana continua a operar detenções e a proibir reuniões, tentando enfraquecer o movimento grevista.

Entretanto, a Assembleia Constituinte reuniu ontem em sessão secreta para discutir as moções apresentadas pelos partidos de esquerda no sentido de serem anuladas as medidas de emergência decretadas pelo governo militar.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPREITADA N.º 21/78 DE "CONSTRUÇÃO DE 120 FOGOS NO PLANO INTEGRADO DE SETÚBAL — EDIFÍCIO E4"

- 1 — Preço base. 76 430 149\$60
- Caução provisória. 1 910 754\$00
- Prazo de execução 540 Dias
- Descrição 76 T2 + 44 T3

- 2 — Alvará exigido:
 - 1.ª Subcategoria da Categoria I para empreiteiros de Obras Públicas.
 - Categoria única para industriais de Construção Civil.
 - Classe e Subclasse correspondentes ao valor da proposta apresentada.

- 3 — Data, hora limite e local para entrega das propostas:
 - Até às 17.00 horas do dia 21 de Fevereiro de 1979, no Fundo de Fomento da Habitação/Secção de Expediente Técnico, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 — 4.º andar em Lisboa.

- 4 — Local, dia e hora do acto público do concurso:
 - No mesmo edifício, 8.º andar, pelas 15.00 horas do dia 22 de Fevereiro de 1979.

- 5 — Local e horário para exame do processo:
 - No mesmo edifício, 1.º andar (Biblioteca), às horas normais de expediente.

- 6 — Chama-se a atenção dos concorrentes para os pontos 1.6 e 1.9 do Programa de Concurso do Caderno de Encargos.

Fundo de Fomento da Habitação, em 4 de Janeiro de 1979

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE OBRAS, Serafim de Oliveira Engenheiro

ACORDO ARGENTINA-CHILE

A Argentina e o Chile assinaram ontem à noite, em Montevideo, um acordo no qual se comprometem a não recorrer à força nas suas relações mútuas e a conseguir o regresso gradual à situação existente no início do ano de 1977.

A assinatura do documento foi feita no Palácio Taranto, em Montevideo, no Uruguai, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países e pelo enviado do Papa, o cardeal António Samore.

As duas partes concordaram em pedir formalmente a mediação do Papa, sendo patente que ambas fizeram concessões.

aconteceu ainda...

Egipto-Israel: negociações

O Egipto e Israel concordaram formalmente em prosseguir as negociações para um tratado de paz — disseram fontes diplomáticas em Washington.

A secretaria de Estado norte-americana estaria a contactar Israel, depois de o Egipto ter anunciado a sua anuência à ideia de novas negociações.

EUA: racionamento?

O secretário da Energia norte-americana, James Schlesinger, referiu ontem pela primeira vez, numa entrevista dada à TV, a possibilidade de um racionamento de gasolina nos Estados Unidos como consequência da crise no Irão.

Grã-Bretanha: greves

Os receios de uma crise nacional de combustível na Grã-Bretanha diminuíram hoje depois de os motoristas dos camiões-tanques terem chegado a acordo com duas companhias petrolíferas sobre a disputa salarial, mas outras greves selvagens de camionistas estão a pôr em causa a distribuição de produtos alimentares e industriais.

Turquia: choque de comboios

Morreram pelo menos 22 pessoas num desastre que ocorreu hoje na Turquia com dois comboios de passageiros próximo de Ancara: uma das composições parou repentinamente e a outra foi embater vio-

lentamente com a sua recta-guarda.

Letelier: Julgamento

Três exilados cubanos vão hoje a julgamento em Washington em ligação com o assassinio do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros chileno Orlando Letelier, morto em Setembro de 1976, na capital norte-americana, pela explosão de uma bomba no automóvel em que seguia.

Júpiter: Estrela?

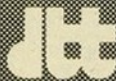
O planeta Júpiter começou a emitir energia própria, o que leva o astrónomo argentino Hector Vila a pensar que não serão necessários muitos séculos para que se adquira todas as características de uma estrela.

EM PROL DA VERDADE

O como e o porquê
de um crime político:
A MORTE DE DELGADO

VALÉRIO OCHIETTO

COLLECÇÃO



DOCUMENTOS DE TODOS OS TEMPOS

Uma outra realidade sobre um crime político. Factos, episódios e documentos históricos apresentados finalmente sem pressões político-partidárias.

Em Prol da Verdade — um livro, uma aventura. Uma viagem alucinante ao interior do regime de Salazar e da oposição no exterior: Paris, Argel, Roma, Rio de Janeiro, Praga, a rota de um livro, a história de um homem. *Em Prol da Verdade* — um grande furo jornalístico, um grande livro, um grande escritor — Valério Ochetto.

UMA EDIÇÃO



LIVRARIA BERTRAND

APARTADO 37 - AMADORA

HITLER ENTRE O MEDO AO PAI

Continuação da pág. 2

preto no branco que é capaz de, logo à partida, converter um homem num monstro. Demasiado simples e demasiado primitivo. Portanto, para destruir.

Os efeitos dessa dicotomia — o temor do pai e a reverência acrítica à mãe — dissimulam e omitem algo muito mais sério: as condições sociais e históricas que possibilitaram a ascensão do grande comediante ao cenário trágico.

O pai não é somente um pequeno funcionário, subalterno — por isso, todas as arrogâncias do Império — que irá exprimir, pela via burocrática os seus ressentimentos de classe. Isso seria demasiado insignificante. O verdadeiro pai de Hitler é o grupo económico que financia a sua ascensão em nome de interesses concretos. Os Krupps podem encabeçá-lo, mas não são os únicos.

Foi o capitalismo alemão, o capitalismo mais altamente concentrado e monopolista, que utilizou a debilidade típica de Hitler (a debilidade dos personagens autoritários deveria constituir uma vasta fonte de advertências sociológicas) para tornar possível a transformação económica que, de um país com milhões de desempregados, converteu a Alemanha numa potência armada.

Foi esse capitalismo monopolista germânico que fez a primeira experiência de armamentismo no mundo industrial por via directa, quer dizer, com todas as consequências e em todos os sectores da vida económica. Numa situação desesperada como a alemã (inflação galopante e desemprego maciço) a mutação das formas socio-económicas requeria — pensava o grupo Krupp — um poder totalitário e não uma transformação política que mudaria a experiência social. A assumpção da primeira categoria por meio da simplificação informativa, a alienação ideológica e a repressão violenta constituíram escalões essenciais, mas não únicos, do processo. Era preciso procurar, desde a "teologia da culpa", ao grande culpado da crise social. Encontrou-se, rapidamente um: O JUDEU.

Foi (e é) significativo o silêncio do mundo, durante vários anos, pela ideologia anti-semita da Alemanha. Porquê? Porque em numerosas nações industrializadas existia, também, em estado larvar, essa gigantesca manipulação do processo social. Se há "um culpado", a responsabilidade social diminui e portanto, o exercício crítico transforma-se numa ninharia.

A explicação dos problemas sociais a partir da psicologia, pode ter consequências muito graves. Vicia o analista na mézina que ele pretender: a irresponsabilidade social; habitua-o ao narcisismo individualizado (sem um ego amadurecido que assumia a sua própria densidade social); convida à ocultação por detrás dos fantasmas familiares, sem se compreender que a família, como primeira célula das tiranias confessadas ou inconfessadas, é um fenómeno histórico e que o homem produtor de história é, ao tempo, o seu principal produto.

Banalizando-se Hitler — atrás dos seus fantasmas burocráticos e despóticos, ou dos seus idílios e sensíveis retratos maternos — existe o perigo de banalizar uma época social inteira sem apreender, como totalidade, os elementos substanciais do processo. Não é necessário dizer que o capitalismo monopolista desenvolvido através de Hitler teve depois continuidade.

Não é desnecessário esquecer que o armamentismo (pese embora a essa imensa mole entorpecente dos argumentos moralizantes) continua a ser um instrumento de domínio e desenvolvimento das forças produtivas nos países e nas economias industriais. Um dos seus recursos de poder tecnológico.

Convém ter em conta na memória, que o fantasma histórico chamado Franklin Delano Roosevelt não transformou a economia norte-americana da manhã para a noite. Roosevelt não fez passar a sociedade americana da "Grande Depressão" para a "Prosperidade". Até 1940, quer dizer, até um ano depois do início da II Guerra Mundial, isto é, quando os Estados Unidos se tinham convertido no principal fornecedor de material de guerra para as democracias ocidentais, não recuperaram os norte-americanos o rendimento per capita de 1929 e só em 1941, quando o país estava em plena guerra mundial, se reduziu o seu desemprego de 10% para 4,9 por cento.

Se iludirmos estes factos, nada de verdadeiro ficará de pé. O produto real de uma sociedade ou de um homem é, no fim de contas, o produto social. Seria pueril entender os seus erros e crimes, somente a partir dos fantasmas infantis primários, sem considerar todo o processo de acumulação e desacumulação social que associam os fantasmas iniciais aos duros fantasmas dos factos e classes sociais.

Explicar certas sociedades em função dos seus fantasmas e não pela sua ideologia de classe e formação histórica, real, é muito perigoso. A acumulação e a desacumulação originária funcionam na realidade. Não oniricamente, não como um sonho.

Depressa iremos saber em pormenor, toda a vida sexual de Hitler (a quem faltava, certamente, um testículo) e todas as suas erotomanias, mas a estrutura de classe que tornou possível a sobrevivência do império dos Krupp pode ficar ignorada, como se se tratasse de algo accidental.

É revelante que não se tenha descoberto desentranhado com clareza que a prática social da burguesia é tornar possível o seu poder através dos outros. Quer dizer, o que resume a prática da Revolução burguesa consiste na sua constante capacidade para tornar evidente o excessivo e iludir o estrutural e fundamental. Para que isso seja possível, exige-se na prática social dos outros, ou seja, precisa-se da dominação ideológica como se essa dominação fosse a prática da liberdade. Daí que se pretenda explicar hoje, Hitler, nada mais que como "psicologia" e não como prática concreta de um modelo económico de domínio, cujos grupos de poder têm sobrevivido intactos.



Caminhos de Ferro
Portugueses

AVISO

AOS UTENTES DA LINHA DE SINTRA

NOVOS COMBOIOS
E NOVOS HORÁRIOS

A partir de 2 de Janeiro a CP lança na Linha de Sintra mais dois comboios por hora nos períodos de ponta, quer da manhã quer da tarde, o que conduz a uma cadência de circulações praticamente de quatro em quatro minutos.

Dai derivam alterações nos horários, pelo que se pede a atenção dos senhores utentes para tal facto.

Mais se solicita a colaboração de todos na facilitação da rapidez das entradas a saídas nos comboios, para melhor se assegurar a manutenção da cadência acima referida.

EPUL EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA

VENDA DE ANDARES NO RESTELO
3 E 5 ASSOALHADAS

Até às 17.30 horas do próximo dia 30 de Janeiro de 1979, a EPUL, Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, recebe, na sua sede, à Alameda das Linhas de Torres, 198/200, propostas para aquisição dos andares que tem para venda nos blocos 10, 5A e 5b2 situados nas Ruas Luís Pedroso de Barros, Pero de Alenquer e Gonçalo Velho Cabral, no Restelo.

As características dos andares, condições de venda e normas a que deverão obedecer as propostas, cuja observância é condição essencial para que sejam consideradas, estão à disposição dos interessados nos seguintes locais e horários:

Serviços Comerciais da EPUL — Alameda das Linhas de Torres 198/200 Telefone — 793166/9, das segundas, às sextas-feiras das 9.30 horas às 12.30 horas.

No local do Empreendimento — das segundas às sextas-feiras das 14.30 horas às 17.30 horas e aos sábados das 9.30 horas às 17.30 horas.

EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA

O Administrador-delegado,
(Augusto Teles Marques)

HABITAÇÃO

CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO PARA HABITAÇÃO ENTRE O F. F. H. E A EMPRESA PRUMO

- Entradas de 5, 10 ou 15%
- Empréstimo a juro bonificado, até 95%
- Isenção de pagamento de: sisa, registo predial e de imposto predial durante 12 anos

NO CENTRO DA VILA DA MOITA

2 assoalhadas	690 000\$00
3 assoalhadas	834 000\$00
4 assoalhadas	981 000\$00

Comercialização pelos S. M. H. da Câmara Municipal da MOITA — Telef. 239005

1012 NÚMEROS DEPOIS

Esta edição é a última de "A Luta". E, tal como no primeiro número, saído em 25 de Agosto de 1975, esta secção entende ter para com o leitor uma palavra. Agora, e por força das circunstâncias, de balanço. Ficamos por aí, já que a autocritica vale pelo que vale, e quando é feita em consciência por cada um.

Escrevemos há 1012 números, dirigindo-nos ao vasto público que acompanha o desenrolar da actividade desportiva: "é considerando a realidade muito concreta que é essa camada de potenciais leitores — conformados com a informação de um "nacional-desportivo" que não tocava nos verdadeiros problemas do nosso desporto — que pensamos uma página que, não caindo numa total abstracção teórica, trate, de uma forma crítica, aberta e participativa, tudo quanto conduz à criação de um novo desporto dirigido progressivamente a mais vastas camadas da população". Escrevemos e temos consciência que foi por essa ideia que nos norteámos.

Nessa posição, sabemos que fugimos à entrevista com intenção única que fosse a bajulação, na mira exclusiva da "venda de papel".

Nessa intenção, debatemos os problemas de maior acuidade que, ao longo destes três anos e meio, se colocaram ao desporto português, mantendo uma atitude crítica, divulgando o nosso ponto de vista, as nossas concepções, mas jamais caindo no seguidismo partidário ou no seguidismo fulanista, arastando com isso a incompreensão de quem vê na imprensa um papel de propaganda e não de informação ou de esclarecimento.

Nessa intenção, conseguimos um espaço informativo minimamente compatível com o objectivo proposto, mas que, sem balofas grandezas, valeu pela diferença de objectivos propostos e pelas características pouco frequentes na imprensa portuguesa.

Na hora de terminar, e estando de nós muito distante a ideia de que fomos perfeitos, temos para o público que nos acompanhou duas palavras: a primeira é a de que estamos conscientes das limitações de que pecou esta secção; a outra é mais pessoal, mas vale pelo propósito — se tivéssemos de recomeçar não nos desviaríamos do rumo.

MANUEL ARONS DE CARVALHO
ILÍDIO TRINDADE
FERNANDO NOGUEIRA

AGOSTINHO REGRESSA AO LAR?

Joaquim Agostinho, o "mosqueteiro" da pedala lusa, volta a dar que falar. Não tanto pelo que fez em cima da bicicleta, mas pelo que poderá vir a fazer com as cores do Sporting, naquele que será um regresso ao lar.

Correndo, desde que em 75 abandonou o Sporting, no profissionalismo internacional, onde o terceiro lugar alcançado no último "tour" constituiu marco na sua carreira, Agostinho acaba de ser contactado pelo presidente do Sporting, João Rocha, para formar equipa e voltar ao nosso amadorismo. Esteve no último sábado em Alvalade a assistir ao jogo entre os "leões" e o Boavista e, no final, ouviu as pretensões do presidente de Alvalade.

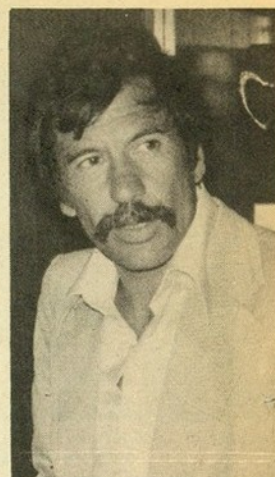
Agostinho ainda não se decidiu porque está ligado por contrato à Flandria e, antes de fazer qualquer opção, tem de conversar a preceito com os seus actuais patrões. Daí que tenha partido para França, donde só regressará na próxima quinta-feira. Agostinho tentará conciliar a possibilidade de correr pela Flandria e pelo Sporting, facto que se afigura difícil, já que não pode acumular a situação de amador (no Sporting) com a de profissional (na Flandria).



MEDEIROS NA CORDA BAMBA

António Medeiros é um homem no arame "azul". É tradição: quando uma equipa soma pontos e averba êxitos, o treinador é o melhor do mundo; passado esses tempos e quando se entra no período das vacas magras, e em resultados, o "mister" deixa de ser bestial. E o Belenense está com 15 pontos, a dois do Beira Mar (quatro classificado a contar do final da tabela), com quem perdeu o último jogo — derrota que é a causa próxima do possível afastamento de Medeiros.

A notícia corre com insistência, e é mesmo público que alguns jogadores, de entre os 11 que terminam o seu contrato no final da época, só estarão dispostos a permanecerem em Belém se Medeiros abandonar o clube. Nomes que terão tomado esta posição, ao certo não se podem indicar, mas os 11 futebolistas que no final da época terminam os seus contratos são: Carlos Pereira, Clésio, Delgado, Alinho, Eurico, Guilherme, Isidro, José Pereira, Lima, Rui Paulino e Vasques. Medeiros, por seu lado, está contratualmente ligado ao Belenense até 31 de Julho, a data que marca o final da época de futebol.



Fazendo 75 anos em 28 de Fevereiro

BENFICA ACELERA COMEMORAÇÕES

Pontos «quentes» foram também abordados

Completando os seus 75 anos precisamente no dia 28 de Fevereiro, o Benfica intensifica as comemorações das Bodas de Diamante, trazendo até nós a equipa francesa do Nantes, promovendo um festival artístico com Amália Rodrigues, realizando um sarau de ginástica e uma grande movimentação das suas modalidades amadoras. As comemorações terminarão no dia 3 de Março com uma sessão solene.

Com Ferreira Queimado e a sua equipa, o Benfica promoveu ontem uma conferência de imprensa durante a qual deu a conhecer as realizações previstas, ao mesmo tempo que, a solicitação dos jornalistas, outros temas "quentes" foram abordados.

O PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES

Assim, relativamente às actividades previstas para as comemorações das "Bodas de Diamante", destacamos:

— 13 de Janeiro: Benfica-Nantes em futebol, às 15.30 (recorde-se que o Nantes foi eliminado pelo Benfica na primeira eliminatória da Taça UEFA deste ano, com 2-0 lá e 0-0 cá).

— 15 de Janeiro: Espectáculo de variedades no Monumental, com a presença, entre outros, de Amália Rodrigues, Grupo de Bailado Gulbenkian, Paulo Carvalho, Guida Scarlatti, Tonicha, etc.

— 18 de Fevereiro (dia do Benfica-Belenenses em futebol): movimentação de todas as modalidades do clube, entre as 9 e as 14 horas.

— 28 de Fevereiro: Festival gimnodesportivo no Coliseu;

— 2 de Março: Sessão Solene de Encerramento, durante a qual José Hermano Saraiva proferirá uma conferência sobre o desporto e o papel desempenhado pelo Benfica.

PONTOS «QUENTES»

Naturalmente que com o presidente do Benfica ali à mão os jornalistas aproveitaram e falaram sobre outros temas, de momento muito em foco. Transferências, relações entre clubes, subsídios, digressão à China, foram alguns dos temas focados.

TRANSFERÊNCIAS: Desmentido o interesse do Benfica em contratar o portista Gomes, dadas as relações neste campo mantidas com o F.C. Porto e que têm impedido transferências de jogadores de um para outro clube. Relativamente ao Sporting, com quem, segundo o presidente do Benfica, os "encarnados" têm procurado manter um clima de respeito mútuo, não há qualquer acordo desse género, aliás pretendido pelos "leões".

SUBSÍDIOS: Considerando ser o Benfica o clube que menos tem beneficiado no capítulo de subsídios estatais, Ferreira Queimado lembrou o "alarido" feito à volta do subsídio de 16 mil contos para o Pavilhão (cujo preço, devido à obrigatoriedade de concurso público, subiu entretanto de 26 para 40 mil contos), citou o exemplo da piscina (que custou oito mil contos, tendo o clube recebido apenas 700) e afirmou estar o Benfica na disposição de pôr o problema das dívidas bancárias (a serem cobertas por um contrato de publicidade) ao Governo,



Ferreira Queimado deu notícias do Benfica

ainda que calmamente e a seu tempo. A propósito, frisou que no recente almoço com João Rocha e Veiga Simão (retribuição de um outro há tempos realizado) se trocaram apenas opiniões sobre diversos problemas.

TORNEIO DO REAL MADRID: Anunciando a realização de jogos particulares internacionais na Luz, às quartas-feiras, o presidente do Benfica referiu-se também à possível presença do Benfica no Torneio

do Real Madrid entre clubes campeões europeus, em substituição do Liverpool que terá desistido.

ANDEBOL NA CHINA: Foi negada a veracidade da notícia que dava como muito possível a presença do andebol benfiquista na China.

QUOTIZAÇÃO: O Benfica tem actualmente perto de 50 mil sócios, sendo as receitas de quotização de 1978 de 34 mil contos, de longe as maiores de sempre.

UM POUCO DE TUDO

• **ANTÓNIO RISCADO** brilhou no corta-mato para trabalhadores disputado na Irlanda, ao classificar-se na segunda posição, tal e qual a classificação colectiva da representação do Inatel, composta por mais três atletas. As posições dos restantes portugueses: José Neiva, 9.º; Joaquim Pereira, 11.º; Manuel Coelho, 17.º.

• **LISBOA GINÁSIO** venceu ontem à noite o Audio por 3-0 em jogo da primeira jornada do "Nacional" de voleibol (zona Sul), iniciado no sábado passado.

• **FILOMENA PALMA** ginasta portuguesa presente nos últimos "Mundiais", foi distinguida com a medalha de bons serviços da Federação Portuguesa de Ginástica, pelos seus esforços em prol da modalidade.

FLORES DE ESTUFA NO «CROSS» DAS AMENDOEIRAS

Vilamoura vai ver, no próximo dia 21, um valente "bouquet" de flores de estufa do atletismo mundial, que se deslocam ao Algarve para participarem no terceiro grande "Cross" Internacional das Amendoeiras em Flor, prova organizada pela Federação Portuguesa de Atletismo, em colaboração com a Comissão Regional de Turismo do Algarve.

Entre os nomes apontados como certos para Vilamoura, contam-se: o recordista do mundo dos 3000, 3000 obstáculos, 5000 e 10000 metros, o queniano Henry Rono, o vencedor da competição em 78, o americano Greg Mayer; o vencedor da recente edição da S. Silvestre, o francês Bouster; e ainda o suíço Tomas Schnyder, o sueco Dan Glans, o holandês Piet Vonk, o galês David James e o colombiano Tibuiza (vencedor da S. Silvestre em 76 e 77).

A presença de tais nomes, que é uma garantia para o êxito competitivo da prova, vai levar a Europa a transmiti-la em directo durante 10 minutos, além de trazer a Portugal vários jornalistas especializados da França, Estados Unidos e Inglaterra. A RTP fará, também, a transmissão directa do "cross".

ATELETISMO
3º cross internacional das amendoeiras em flor
VILAMOURA Algarve-Portugal
21 de Janeiro de 1979

VIAGENS OUTONO - INVERNO

ALGARVE
SERRA DA ESTRELA
PORTO e VIGO
MADEIRA * AÇORES
AÇORES e MADEIRA
MADRID * BENIDORM
COSTA DEL SOL
PALMA DE MAIORÇA
PARIS * GENEVE
PARIS e GENEVE
PARIS e MILÃO
ROMA * ATENAS
ROMA e VIENA
BERLIN * COPENHAGUE
MARROCOS * LONDRES

PREÇOS DESDE **1.000\$**

INFORMAÇÕES E RESERVAS

TURI

AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO
TURIGÊS - Av. Bombelkunt de Algés, 117 Loja A1 - ALGÉS
Tel. 2102723 - 2102744 - 2102770
TURIBARRE - 5 da Graça 5 Tel. 2078005/6/7 - BARREIRO
TURIMUNDUS - Av. Rep. da Guiné - Bissau, 16/18 - SETÚBAL
Tel. 29486
TURINFANTE - Av. S. João de Deus, Loja B - PORTIMÃO
Tel. 24163/4/5

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios, para uma reunião geral, a realizar nos dias 8 e 15 do próximo mês de Janeiro, às 21 horas, na sede da VOZ DO OPERÁRIO, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — Novos Estatutos
- 2 — Adesão A UGT

COMPARECE!
PARTICIPA NA VIDA DO TEU SINDICATO!

Lisboa, 14 de Dezembro de 1978
Pela DIRECÇÃO
António Janeiro

PORTUGAL EUROPA FACE AO MERCADO COMUM

J. CÂNDIDO DE AZEVEDO

Um autêntico dossier do processo de integração de Portugal no Mercado Comum: — livro profundo, objectivo, sério e desapassionado.

Um tema escaldante da actualidade política e económica portuguesa.

Colecção
DOCUMENTOS DE TODOS OS TEMPOS



uma edição

LIVRARIA BERTRAND
APARTADO 37—AMADORA



SURDOS CASA SONOTONE

ANO NOVO APARELHOS NOVOS

Acabam de chegar os últimos modelos para 1979. Lindos óculos de condução óssea só de encostar à cabeça sem fios nem pipetas. Fazemos exame e demonstrações que são gratuitas. Fazemos trocas. Prestamos assistência técnica permanente em todo o País. LARINGS ELECTRONICAS para os operados à laringe. Pilhas de todas as voltagens. Pedimos uma visita com a qual ficamos muito agradecidos em:

LISBOA — Poço do Borratém, 33 S/L — Telef: 868352
PORTO — Praça da Batalha, 92 — 1.º — Telef: 315602



Futebol sua problemática

PROF. RUI SILVA

ACÇÃO NEGATIVA DO FUTEBOL SOBRE O JOGADOR

No nosso último escrito para este jornal, referimos as incidências positivas que o futebol pode ter sobre o jogador.

Por esse trabalho verificámos que, sendo o praticante, regra geral, um indivíduo pertencente a reduzido meio social, ao "mergulhar" em ambientes de outra extensão e sofrendo a influência de diferentes motivações, acultura-se e valoriza-se. Os mecanismos das integrações entre o "eu" e os "outros" e das hierarquias que se lhe deparam, favorecem-lhe, da mesma forma, o desenvolvimento de sentimentos éticos, etc.

Como todos sabemos, porém, as repercussões negativas do jogo, sobre o praticante, são também tão evidentes e numerosas que ninguém as poderá tomar por meros acidentes. Por isso resolvemos transcrevê-las (de forma sumária)... para o leitor que eventualmente se interesse por estes problemas.

Vejam os então:

a) A grandeza e o conceito público de qualquer clube de futebol poderemos dizer que é função única e exclusiva do número e da importância das vitórias por ele conseguidas.

Assim sendo, não admira que para a conquista desses tão almejados e necessários êxitos se usem muitas vezes, processos passíveis de censura e reprovação.

Sendo o jogador o principal elemento "detonador" do jogo (a ele cabe o papel de isco, necessário para apanhar-se o peixe representado pelas vitórias...) não será de estranhar que os clubes o procurem da melhor qualidade, sem se pouparem a esforços (com a finalidade de obterem boa pesca...).

Surge assim o negócio que se verifica na compra de qualquer artigo, que seria de admitir se o produto procurado não fosse... um ser humano.

Até 25 de Abril de 1974, as colectividades chegavam a ser "desonestas" na sua acção de contratar os jogadores, para as representarem.

Em tais contratações a personalidade dos jogadores — por altos proventos que recebessem — saía sempre aviltada. (Será que as coisas mudaram?..)

b) O facto de um indivíduo receber somas mais ou menos avultadas pelos seus dotes de habilidade e de força física, é explorado por certos elementos de uma dada imprensa que, através de uma linguagem "imprópria" e sen-

sacionalista, transforma o jogador num ídolo para as multidões, originando assim "vedetismos" sempre perniciosos. Quanto mais incenso tais jornais derramarem sobre os ídolos (que a multidão chega a amar freneticamente...), mais jornais serão vendidos, como é óbvio.

Acontece, no entanto, que o sensacionalismo usado por esses periódicos, leva os jogadores a subirem a escada da fama, mas sem terem em conta o seu carácter transitório e débil. Por tal razão, o jogador idolatrado (pelas suas fintas, seus remates certos ou defesas aparatosas...), quando passada a época dos êxitos, tem à sua espera (normalmente...) a frustração que o atingirá, muitas vezes, com ressaibos de tragédia...

Se o ídolo caído tiver necessidade de continuar a ganhar o seu sustento, servindo-se do futebol, na qualidade de jogador, a sua vida será um inferno. Sairá das equipas de categoria e percorrerá toda uma estrada em que, quanto mais se descer, mais espinhos se colhem...

c) Também o "dopping" ou dopagem dos jogadores (bem como o "suborno" dos mesmos), são actos que se praticam e que algumas vezes chegam ao conhecimento do público, originando situações mais ou menos "escandalosas"...

Se considerarmos que "dopping" significa "substâncias destinadas a aumentar artificialmente o rendimento, tendo em vista a competição, manobra que prejudica a desportiva e a integridade física e psíquica do atleta;

Se considerarmos que ainda há bem pouco tempo foi detectado um caso de "dopping", entre crianças de 12/14 anos, empenhadas em provas de natação, na Inglaterra (bem como de outros atletas, noutros povos, em diferentes latitudes...);

Facilmente se concluirá da valia e repercussão das vitórias desportivas, em qualquer parte do mundo...

Lamentando que o meu trabalho indicativo das incidências negativas que o futebol pode exercer sobre o jogador, seja publicado exactamente no número significativo da "extinção" deste jornal, permito-me desejar que o positivismo que é inerente a tudo quanto significa VIDA venha a prevalecer sobre o negativismo da mesma...

Hóquei: Torneio de Abertura quase decidido

SPORTING EMPATA, BENFICA VENCEDOR

O Benfica é o virtual vencedor do Torneio de Abertura de hóquei em patins após o empate consentido ontem pelo Sporting frente ao Oeiras, em encontro realizado no Pavilhão do Sesimbra. Os "leões" marcaram cinco golos, revelando uma vez mais que possuem o melhor ataque do torneio, mas foram "traídos" pela sua defesa que não se mostrou de novo à altura das pretensões "leónicas".

O Benfica venceu o Campo de Ourique por 2-1, resultado que mostra bem as dificuldades por que passou. Assim totalizou 36 pontos, mais dois do que o Sporting.

Tem agora um quociente de golos marcados/sofridos de 2,7, enquanto os seus rivais apenas têm um quociente de 2,2. Quer isto dizer que mesmo que os "leões" vençam o próximo encontro e o Benfica perca frente ao Cascais seriam necessários aos "leões" qualquer coisa como sete golos de diferença. Não é impossível, mas é muito difícil.

Nos outros resultados ressaltam as vitórias do Sesimbra sobre o Cascais (4-2) e do Be-

36 pontos, mais dois do que o Sporting.

Tem agora um quociente de golos marcados/sofridos de 2,7, enquanto os seus rivais apenas têm um quociente de 2,2. Quer isto dizer que mesmo que os "leões" vençam o próximo encontro e o Benfica perca frente ao Cascais seriam necessários aos "leões" qualquer coisa como sete golos de diferença. Não é impossível, mas é muito difícil.

Nos outros resultados ressaltam as vitórias do Sesimbra sobre o Cascais (4-2) e do Be-

nenses sobre a Salesiana (3-0). Assim, e beneficiando da derrota do Campo de Ourique, os "azuis" terão assegurado o quarto lugar, atrás do Benfica, Sporting e Oeiras.

Classificações:

	I.	V.	E.	D.	B.	P.
BENFICA	13	10	3	—	53-19	36
Sporting	13	8	5	—	86-39	34
Oeiras	13	7	2	4	38-35	29
Belenenses	13	5	2	6	44-45	25
C. Ourique	13	4	1	8	40-58	22
Cascais	13	4	—	9	31-44	21
Sesimbra	13	4	—	9	25-64	21
Salesiana	13	1	3	9	18-43	18

«TAÇA» NA LUZ: ALIADOS AUSENTE AMANHÃ?

O encontro entre o Benfica e o Aliados do Lordelo, para a Taça de Portugal, que se deve (deveria?) efectuar amanhã, no Estádio da Luz, está a gerar certa celeuma à sua volta, sendo incerta a sua realização. Como se sabe, o Benfica pretende que o jogo seja antecipado, e não que se realize no próximo domingo (dado que defronta o Nantes no sábado), pelo que enviou aos Aliados a respectiva notificação.

Ora, a comunicação do clube da Luz foi enviada com data de 26 do mês passado, pelo que o clube nortenho não foi avisado com os 20 dias de antecedência regulamentares.

Assim, o Aliados tem desenvolvido diligências várias no sentido de não comparecer na Luz, amanhã.

Até ao momento, a posição da FPF é a de que o encontro está marcado para dia 10 do corrente. No entanto, após a apresentação do caso ao con-

sultor jurídico da Federação o rumo dos acontecimentos pode vir a sofrer uma alteração. Com efeito, e segundo a direcção do Lordelo, aquele caudico mostrou-se confuso, devendo o Aliados entrar em contacto com a FPF (hoje) no sentido de averiguar em que pé ficaram as coisas.

Deste modo, a incerteza sobre a realização do Benfica-Lordelo, amanhã, permanece.

JOGOS ANTECIPADOS PARA SÁBADO

Entretanto, muitos dos jogos da eliminatória de domingo foram antecipados para sábado. São eles: Tirsense-Bucelenses, Académico de Coimbra-União de Lamas, 1.º de Maio Sarilhense-Vitória de Lisboa, Académico de Viseu-Monção, Gouveia-Marrazes, Merelinenses-Varzim e Estrela de Portalegre-Naval 1.º de Maio. Todos os encontros se realizam às 15 horas.



O realizador Ferenc Kósa

CINEMA HÚNGARO NA GULBENKIAN

Inicia-se já depois de amanhã, na Fundação Gulbenkian, o Ciclo de Cinema Húngaro, uma iniciativa conjunta daquela Fundação e da Embaixada da Hungria em Lisboa.

Durante o ciclo serão projectados dez filmes inéditos — nunca exibidos comercialmente em Portugal — na sua versão original (todos com legendas em francês, à excepção de "A Dama de Constantinopla", legendado em inglês).

O ciclo abre no dia 11 com "Como lá em casa", um filme de Márta Meszáros realizado em 1978, e prossegue com o

seguinte calendário: dia 12, "Os dez mil sóis", de Ferenc Kósa (1967); dia 13, "Os Ventos da História", de Miklos Jancsó (1968); dia 14, "A Dama de Constantinopla"; de Judit Elék (1969); dia 15, "De Olhos Vendados", de András Kovács (1974); dia 16, "Labirinto", de András Kovács (1976); dia 17, "Por Electra", de Miklos Jancsó (1974); dia 18, "Um Estranho Papel", de Pál Sándor (1976); dia 19, "Uma Vida Bem Vulgar", de Imre Gyongyossy e Barna Kabay; dia 20, "Filme/Romance — As Três Irmãs", de István Dárday.



Márta Meszáros, realizadora de "Como lá em Casa", o filme que inaugura o Ciclo do Cinema Húngaro

flash

TEATRO AMADOR

Numa iniciativa da delegação regional do FAOJ e da Casa de Cultura Juvenil de Lisboa, vai ser apresentado um ciclo de teatro amador que se prolongará até ao dia 25 de Abril.

Está assim previsto um conjunto de cem espectáculos, em que intervêm 55 grupos de teatro amador — 40 de teatro para adultos e 15 de teatro infantil — sendo objectivos essenciais deste empreendimento apoiar o teatro amador ao nível distrital, assim como proceder a um intercâmbio de experiências, e à dinamização de grupos juvenis.

O ciclo teve início nos dias 6 e 7, no concelho de Alenquer e os grupos percorrerão, na generalidade, todo o distrito.

HISTÓRIA DE ARTE

Prosseguem amanhã, no Museu Gulbenkian, os Cursos de História de Arte sobre o "Século XIX" que estão a decorrer semanalmente, às quartas-feiras a partir das 18 horas, e que se dirigem em especial a professores do Ensino Secundário, das disciplinas de História e Desenho, alunos do Ensino Secundário que se destinam aos Cursos de Letras e Belas-Artes e alunos dos Cursos de Escolas de Artes e das Faculdades de Letras e ao Pessoal Técnico dos Museus. O curso como já noticiámos é regido por Manuel Rio-Carvalho.

CURSO DE PORTUGUÊS

O poeta micalense Eduíno Jesus vai realizar durante esta semana, no Instituto Universitário dos Açores, em Ponta Delgada, um Curso Intensivo de Gramática Generativa, destinado aos alunos de Português deste estabelecimento.

Ensaísta e pedagogo, Eduíno Jesus está presenteemente incluído no grupo de catedráticos que procedem a reciclagem de professores do Ensino Básico e Secundário. O IUA (Instituto Universitário dos Açores) comemora o seu terceiro aniversário, cerimónia a que devem estar presentes, entre outros, o presidente do Governo Regional, Mota Amaral, e o secretário de Estado da Cultura. Aproveitando o acontecimento o Instituto inaugura, em Ponta Delgada, as novas instalações dos Serviços Sociais Universitários.

JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS REBELO AJUDANTE DO CARTÓRIO NOTARIAL DE LOURINHÃ

Certifico que por escritura de 28 de Dezembro de 1978, lavrada de fls. 63v a fls. 65 do respectivo livro A-524, deste Cartório os srs. José Rasteiro e mulher Luísa da Conceição Rasteiro, casados segundo o regime da comunhão geral, naturais da freguesia e concelho da Lourinhã, onde residem habitualmente no lugar de Serra do Calvo, se declaram donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem de um prédio constituído por terra de semeadura no sítio do Vale Longo, da freguesia e concelho de Lourinhã, com a área de 2080 m², a confrontar do norte com caminho, sul e nascente com César Pereira e Eduardo Lains e do poente com Manuel de Matos, não descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho e inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 51 da secção M, com o rendimento colectável de 113\$00, donde resulta o valor matricial de 2260\$00, e a que atribuem igual valor;


Que, eles outorgantes possuem o referido prédio há mais de trinta anos sem a menor oposição de quem quer que seja desde o seu início, posse que sempre exerceram sem interrupção e ostensivamente com conhecimento e acatamento de toda a gente, sendo por isso, uma posse pacífica, contínua e pública, pois sempre cultivaram e cultivam o referido prédio, recolhendo os respectivos frutos, pagaram e pagam as respectivas contribuições, praticando, assim, os actos normais que definem a qualidade de proprietários;

Tais factos integram a figura jurídica da usucapição pela qual fizeram a aquisição deste prédio e que ora invocam não tendo assim dada esta forma de aquisição documento que lhes permita fazer a prova do seu direito de propriedade perfeita.

Extraído em conformidade com o original para efeitos de publicação. Declara-se que na parte omitida nada há em contrário ou além do que nesta certidão se narra ou transcreve.

Lourinhã, aos vinte e nove de Dezembro de mil novecentos e setenta e oito.

O Ajudante
José Alberto dos Santos Rebelo



**Se tem 18 anos ou mais
inscreva-se no recenseamento**

só recenseado poderá votar

MAI/STAPE

Escreva sempre o CÓDIGO POSTAL na sua correspondência

Sempre que enviar uma carta ou uma encomenda, verifique se não se esqueceu de pôr o seu Código Postal na última linha do remetente.

As pessoas a quem escreve precisam de ficar a saber qual é o seu Código Postal, para o indicarem quando lhe responderem. Lembre-se: o Código Postal faz parte da sua direcção.

E ao escrever o endereço, ponha sempre na última linha — sem pontos, nem traços de separação — o Código Postal da pessoa a quem escreve.

Colabore com os Correios. Estamos ao seu serviço.




CÓDIGO POSTAL
meio caminho andado

UM DIA, DOIS TEMAS, CINCO ANDAMENTOS

AUGUSTO M. SEABRA

ANDANTE "Requiem aeternam dona eis" — pois é, a frase era mais ou menos inevitável; só que lhe falta algo de estrutural, algo que um papel não pode transmitir (nem mesmo, por si só, o duma partitura), algo que é efectivamente o texto a que me refiro, onde a frase se inscreve. O texto ou melhor os textos, os de Mozart, Berlioz ou Verdi. Qual o texto (e o contexto) onde se vai inscrever outro "requiem"? Suspensão que precede um

ALLEGRO AGITATO (será dum "Dies Irae"? — Nem só para a comunicação social é particularmente negro o início deste ano de 1979. Hoje mesmo, pouco depois das 21h, algo de praticamente inédito em Portugal — no S. Carlos, no início de "La Traviata" os músicos da respectiva Orquestra paralisarão durante 15 minutos. Num sector como noutro, a lógica oficial parece ser, senão a da rentabilidade, a do mínimo custo possível; como se, para lembrar uma comparação que muito (e justamente) se tem feito, os "serviços públicos" se resumissem a atirar pedras ao mar de Sines. Num sector co-

mo outro, onde estão os apoios às iniciativas autónomas de cidadãos (única, mas fundamental, perspectiva onde inscrevo alguma imprensa dita privada, na perspectiva, pluralista e independente, do socialismo)? Dir-me-ão talvez que, no caso da Orquestra, esta não é exactamente a iniciativa autónoma; só que a lógica oficial (não reduzível apenas aos que circunstância no momento presente ocupam o poder político) que conduziu a um estado de coisas que está na origem daquela paralisação (a saber — questões salariais e a não publicação duma portaria que regulamente a situação da orquestra, por elaborar desde a integração no S. Carlos da antiga Orquestra Filarmónica de Lisboa, isto é, desde Agosto de 75) é a mesma que asfixia quase todas as iniciativas de músicos. Pelos vistos de serviço público são apenas as "estrelas" operáticas, de resto pessoas muito estimáveis, que ainda mais o seriam, se por cá outros fossem também abrangidos por apoios.

ADAGIO — de cores bem carregadas, talvez as de uma "Mar-

cha Fúnebre". Curta, prolongada? A do tempo psicológico de cada um (que espero seja o mais breve possível assim como o tempo real, para os camaradas de "A LUTA")...

RONDO — Era aqui mesmo em "A LUTA" que em 31/12/78 se dizia que o ano que então findava tinha sido marcado na cultura, por um face a face Mourão-Ferreira/António Reis. Mas não na música. Uma iniciativa importante como as das comemorações do Dia Internacional e da Semana Nacional da Música. (coordenadas por uma comissão nomeada ainda por António Reis) não foi, não podia ser, senão circunstancial. O que de facto caracterizou o ano de 78, foi a crise profunda das estruturas oficiais ligadas à música (e a consequente falta de apoio às restantes). Grande protegido, o S. Carlos foi dirigido retrógrada e autocraticamente, com resultados que começam a estar bem à vista, mesmo de quem não os quis ver. E quanto tempo pode ainda durar a presente situação da Orquestra da RDP?

FINAL —

LEONEL MOURA

— «POTLATCH» NA QUADRAM

Estará patente até ao próximo dia 15, na galeria Quadrum, uma exposição de Leonel Moura, composta por dois trabalhos de 78 e por uma série de obras mais recentes que têm por tema a morte do artista.

Leonel Moura reflecte, nesses trabalhos, sobre a morte simbólica do artista, partindo do "desejo de buscar um novo papel social" e "procurar novas formas da sua actividade". Nesse sentido a exposição "faz constantes referências ao conceito antropológico "Potlatch", talvez como sugestão para uma nova prática artística".

Leonel Moura tem realizado várias exposições individuais e colectivas em Portugal e no estrangeiro. Tem ainda colaborado com textos de análise em várias publicações, sendo ultimamente colaborador do suplemento cultural do "Diário de Notícias". A Fundação Calouste Gulbenkian concedeu-lhe uma bolsa de investigação para o ano em curso.

MORREU CHARLIE MINGUS



Charlie Mingus

Charlie Mingus, um dos grandes compositores e contra-baixistas do jazz norte-americano, faleceu na Cidade do México, vitimado por um ataque cardíaco, com 56 anos, segundo revelou ontem à noite o seu agente em Nova York. A seu pedido, a mulher de Mingus, Susan, levou as suas cinzas para o sopé dos Himalaias e espalhou-as no rio Ganges.

Mingus, que morreu no passado sábado, foi uma figura de destaque no jazz norte-americano, desde os anos 50 e o público português ainda teve oportunidade de ouvi-lo ao vivo num dos últimos Cascais/Jazz.

Charlie Mingus tornou-se conhecido como um grande inovador. Apontando Duke Ellington como o músico que mais o influenciara, Mingus tocou também, nos anos 40, com grandes nomes como Louis Armstrong ou Lionel Hampton, e actuou frequentemente com Charlie Parker, Stan Getz e Bud Powell. Entre as suas obras mais famosas destacam-se "Eat that Chicken", "Wednesday Niggt Prayer" e "Meaning and Moaning".

NOVOS LIVROS PORTUGUESES

Últimos livros: enumeramos hoje alguns dos títulos recentemente saídos ou ainda no prelo. Para esta também última notícia bibliográfica, elegemos as edições de autores portugueses, com destaque para a poesia: poesia para este Inverno.

"A Herança de Hölderlin" (ed. Assírio & Alvim) é, ao que sabemos, o primeiro livro de poemas publicado por Diogo Pires Aurélio, cuja atenção à poesia era já do domínio público enquanto crítico literário. Afirmando-se "produto romântico", a invocação do autor é já indício de que se trata de "outra coisa", tal como a intertextualidade cria um campo aparente de influências, sob o qual se abre curso à decifração das "heranças" reais do texto. Livro que situa já o autor entre os mais interessantes "novíssimos" da nossa poesia — Franco-Alexandre, Nuno Guimarães, Fernandes Jorge, Joaquim M. Magalhães, Rui Diniz, Nuno Júdice e poucos mais.

Na Regra do Jogo, registamos três títulos de 1978: "Aquele que quer morrer", de Manuel António Pina, "Vinte e nove poemas" de João Miguel Fernandes Jorge e "António Palolo" de Joaquim Manuel Magalhães. Fernando António Almeida, depois de "Memória de Portugal", tem polycopiado os seus poemas "da gaveta". Dele saíram "Alguns meses do ano" e "Escritos no tempo da guerra".

De Jorge de Sena anuncia-se "40 anos de serviço", poesia. Do mesmo escritor o prefácio à nova edição da obra poética de Helder Macedo. António Ramos Rosa lança nova recolha poética, "As marcas no deserto".

Em prosa, um poeta fala da poesia, da estética, da comunicação. É Alberto Pimenta em "O Silên-

cio dos Poetas", precedido de "Reflexões sobre a função da arte literária". Raro e inesperado este livro ensaístico que pela solidez da sua análise, aliçada em fontes pouco citadas e conhecidas entre nós, vai provavelmente provocar um grande silêncio (não dos poetas). Fundamental. Refira-se ainda o atraente aspecto gráfico, trabalho — entre outros dos melhores que a Regra do Jogo tem apresentado — de José Manuel Serrano.

De Herberto Helder esgotou-se "O Corpo, o Lixo e a Obra" e aí está 2.ª edição, pirata, ao dobro do preço. Ainda poesia no regresso de Armando da Silva Carvalho: "Técnicas de Engate".

David Mourão-Ferreira reedita "Gaivotas em Terra", Vergílio Ferreira "Invocação ao Meu Corpo" e nas obras completas de Némésio sairá "A mocidade de Hercúlo". D. Sebastião e o centenário da trágica batalha, ocorrido em 78, reacenderam o interesse por uma história a refazer. Saiu o 1.º volume de um trabalho de investigação de António Belard da Fonseca ("D. Sebastião — antes e depois de Alcácer-Quibir"), além de uma outra obra com igual título, (não recebida aqui), de outro autor, de carácter predominantemente descritivo.

De Fernando Gandra saiu um ensaio que mereceria aqui referência extensa, se tempos e espaços a propiciassem: "Para uma arqueologia do discurso imperial" (de que "Abril" publicara um extracto), nos "Cadernos de filosofia" da Regra do Jogo. Eduardo Paiva Raposo lança uma "Introdução à gramática generativa" e Fiama Hasse Pais Brandão publica "Poe ou o corvo" (teatro). Na ficção, "Cortes" de Almeida Faria, veio criar expectativa sobre o terceiro livro, da trilogia aberta com "A Paixão"; 1979 (ou os anos 80?) dirá.

TINTIN FAZ 50 ANOS

"O meu único rival internacional é o Tintin", disse um dia o general De Gaulle ao escritor francês André Malraux. Estas palavras do general prestavam homenagem ao herói mais célebre da banda desenhada mundial que festeja amanhã os seus cinquenta anos em Bruxelas.

Há meio século, na mesma data, a 10 de Janeiro de 1929, Tintin e o seu fiel cão Milou (Ron-Ron), um fox-terrier, apareciam pela primeira vez num semanário católico de Bruxelas destinado à infância, "Le Petit Vingtième".

O "Pai" de Tintin, o belga Georges Remi, "Hergé" (as suas iniciais invertidas R.G.), nascido em 22 de Maio de 1907, continua espantado com o extraordinário sucesso do seu herói, cujas aventuras conta em 23 albumaluns, traduzidos em 25 línguas e vendidos a 55 milhões de exemplares em cerca de 30 países.

"Quando iniciei a minha carreira no "Petit Vingtième", diz Hergé, tinha vinte e um anos e sonhava tornar-me um grande repórter (...), percorrer o mundo.

"Nunca o fui, ou melhor sim, através do Tintin, o único jornalista que praticamente nunca escreveu uma linha".

A primeira "reportagem" do Tintin foi no "País dos Soviéticos", publicado em 1929, re-

conhecendo Hergé, hoje em dia, que continha um anticomunismo primário.

"Naquela época, acrescenta, o jornal católico para o qual eu trabalhava atacava violentamente os "bolcheviques". Talvez essa também seja uma das razões porque nenhuma das aventuras do meu herói foi traduzida ou publicada nos países da Europa de Leste."

Quando Tintin percorreu a União Soviética, tinha, segundo Hergé, 14 anos. Cinquenta anos depois apenas envelheceu três anos, mas acrescenta que, durante todo este período, Tintin e Milou estiveram na América, no Congo (ex-Belga), no Oriente, na China, na Escócia, na Síldávia (país imaginário algures nos Balcãs), no Golfo, na Lua, no Tibete e na América do Sul.

"É o mais jovem quinquagenário que jamais encontrei!" gosta de dizer Hergé. Além disso, sempre usou umas calças de golfe (excepto desde há dois anos) e nunca mudou de penteado.

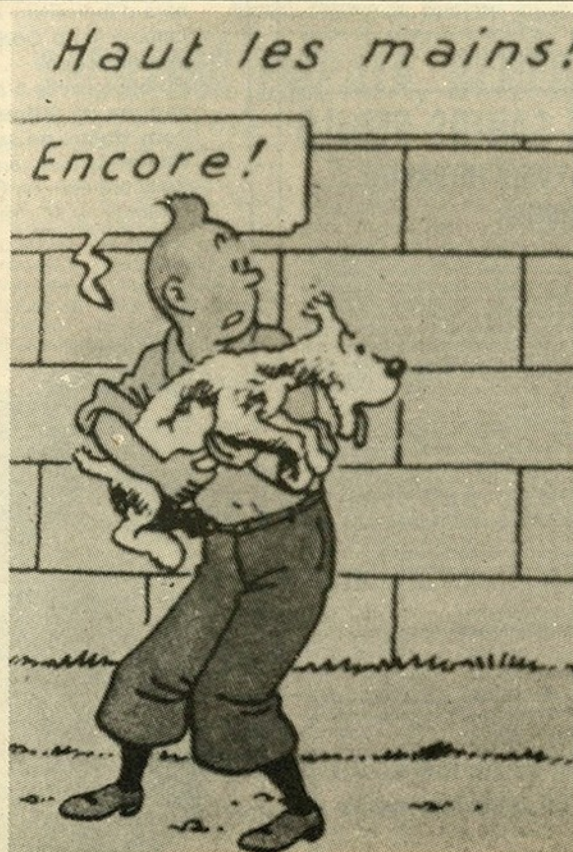
CAVALEIRO DOS TEMPOS MODERNOS

Segundo Hergé, Tintin pode ser considerado como o protótipo do herói positivo: digno cavaleiro dos tempos modernos, defensor dos oprimidos, acredi-

tando na amizade (não no amor, não se lhe conhece namorada), gostando da aventura, da natureza e dos animais. "Reflecte assim um pouco, diz Hergé, a minha visão do Mundo, próximo do escutismo".

Tintin não é de esquerda nem de direita, sendo provavelmente essa uma das razões do seu sucesso. E Hergé continua: "Tintin exprime as minhas emoções e as minhas experiências. Por outro lado, sou distraído como o professor Tourriesol (Girassol, o genial inventor surdo como uma porta), e as fúrias do capitão Haddock são às vezes as minhas e canto tão mal como a Castafiora. Tintin gosta de ordem, mas lembrem-se da acção ridícula dos polícias Dupond e Dupont, cujo chapéu de coco e bengala, já fora de moda nos anos trinta, resistiram a todas as peripécias duma vida profissional agitada. "Tintin faz tanto parte de mim que desaparecemos juntos", afirma categoricamente Hergé.

Por enquanto, Hergé está a preparar uma nova aventura que decorrerá no meio da pintura moderna. Só aparecerá dentro de dois anos, tempo que leva a criar cada uma das suas aventuras. Se Tintin não envelheceu, Hergé, o seu "pai" conservou todo o vigor de um herói que sempre se dirigiu aos jovens dos 7 aos 77 anos.



Tintin aos cinquenta anos: o tipo do herói positivo, digno cavaleiro dos tempos modernos, defensor dos oprimidos

Publicações

«CELULÓIDE»

O número duplo de "Celulóide", referente a Dezembro de 1979, insere notícias e comentários sobre os festivais de cinema de Santarém (8.ª edição), Corunha (6.º Festival de Cinema de Humor) e Berlim-78. Artigos sobre Nagisa Oshima, o "hard-core" e "O homem de mármore" (último filme de Wadja), um estudo de F. Gonçalves Lavrador sobre a "Sinfonia do Donbass" de Vertov, resenhas de livros e o índice da revista correspondente a 1978 completam este número da publicação cinéfila de Rio Maior.

ARQUITECTURA EM CANNES

O arquitecto britânico Sir Hubert Benett foi designado na sexta-feira pelo Conselho Municipal de Cannes como laureado no Concurso Internacional de Arquitectura para a Reconstrução do Palácio dos Festivais. Em mais de cem projectos o Conselho seleccionou cinco, acabando por preferir o de Sir Hubert Benett, arquitecto da Grande Londres, e de três associados e seus correspondentes em França, Druet, Delangere e Félière. O projecto inclui um casino e um parque de estacionamento em terrenos conquistados ao mar.

televisão

UMA LOUCURA QUE ACABA E OUTRA QUE COMEÇA

Poucos meses faltavam para o final de uma luta tenaz e sangrenta: a guerra de 14-18. Os alemães haviam abandonado uma cidade onde haviam instalado um mecanismo que a transformaria em cinzas. É então que Plumpick, um soldado escocês, se evidencia: vai à cidade com a missão difícil de encontrar e despoletar tal mecanismo. O espanto dominou-o ao verificar que a cidade estava ocupada, pura e simplesmente,

por animais do Zoo e seres humanos completamente doidos. Tão loucos que permaneceram, enquanto os seus conterrâneos, os menos loucos, haviam fugido.

Solicitado, o exército aliado dirigiu-se imediatamente à cidade. As hostes inimigas também ocorrem em grande número. É o fim, marcado pelos terríveis recontros na praça pública entre os dois exércitos. Contudo, os loucos continuavam a dar li-

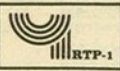
vre curso à sua fantasia: coroaram rei Plumpick e casaram-no com uma encantadora jovem. É esta que durante a luta descobriu o mecanismo, salvando assim a cidade e os loucos.

E tudo volta ao princípio: as feras foram para as jaulas do Zoo e os loucos para dentro do hospício... Uma loucura que acaba e outra que começa logo à noite na RTP-1 com o filme "O Rei dos Doidos".

Jean Claude-Brialy, Genevieve Bujold, Françoise Christophe, Micheline Presle, Adolfo Celi, Julien Guilomar, Daniel Boulanger. Realização: Philippe de Broca. Notável meditação de Philippe de Broca (pleno de "savoir-faire" de ironia e inteligência e do celebrado espírito francês) sobre o Homem e a loucura. Como alguém escreveu: "...inda restam alguns homens civilizados, feitos à imagem e semelhança de algo inimitável que os transcende. "O rei dos doidos" é para eles".

23.20 — 24 HORAS
As notícias mais importantes das últimas 24 horas.

23.35 — Fecho.



20.30 — Abertura
20.32 — PALAVRAS HERDADAS
Programa dedicado a Júlio César Machado.

20.55 — ESPAÇO AUDIO-VISUAL
BIRGIT NILSON. Vida e passagens de algumas representações da célebre cantora de Ópera. Trechos de Verdi, Puccini e Wagner.

22.00 — INFORMAÇÃO/2
22.40 — EU, CLÁUDIO
Com a morte de Cláudio termina esta série.

23.35 — Fecho.

HOJE

18.25 — Abertura e SUMÁRIO
Títulos de Actualidade Nacional e Internacional

18.30 — HÁ FITAS
"OS CINCO" (13.º e último episódio). Realização de Peter Duffell. "Os Cinco vão passar uns dias à Quinta Finniston, onde estão hospedados uns americanos, pai e filho, um tanto mal encarados e que querem comprar todas as velharias que existem na Quinta por um preço ridículo...

19.05 — PAÍS, PAÍS
A reportagem e a notícia regionais

19.25 — CIÊNCIA A CADA PASSO, A CADA PASSO CIÊNCIA
No programa de hoje, o Prof. António Manuel e os Drs. António Tenrinho e José Madeira Nunes apresentam-nos as rubricas Ciências Físicas e Ciências Naturais. Produção de José Manuel Tudela.

20.00 — JORNAL RTP-1
O país e o estrangeiro através da notícia e da imagem. Boletim Meteorológico.

20.35 — O ASTRO
(Episódio n.º 62)

21.05 — ZOOM
Magazine de actualidades internacionais.

21.35 — A COMÉDIA E A VIDA
"O Rei dos Doidos". ("King of Hearts"). Intérpretes: Alan Bates, Pierre Brasseur,



R. Graves, o autor



Cláudio, o imperador



Nero, o sucessor

O FIM DA LUTA PELO PODER

"Eu, Cláudio", uma excelente adaptação televisiva da autoria de Jack Pulman, tem hoje o seu último episódio. Com o fim desta série terminam as sangüinolentas lutas pelo poder na Roma antiga.

Cláudio, proclamado Imperador depois do assassinio de Calígula e que havia de mandar matar a sua terceira mulher? Esqueceremos alguma vez Nero, o imperador louco, que, para seu prazer, mandou incendiar Roma e perseguir os cristãos?

Para os telespectadores, uma certeza: "Eu, Cláudio" termina hoje e com ele terminam as maquiavélicas conspirações da luta pelo poder...

Para Robert Graves, o autor

Alguma vez esqueceremos

AMANHÃ

18.30 — Abertura e SUMÁRIO
18.35 — BINÁRIO
19.05 — PAÍS, PAÍS
19.25 — CALDO DE PEDRA
20.00 — JORNAL RTP-1
20.40 — O ASTRO
21.20 — VAMOS JOGAR NO TOTOBO-
LA
21.30 — ISTO AGORA É OUTRA LOIÇA



22.25 — O PLANETA DOS MACACOS
23.30 — 24 HORAS
23.45 — Fecho

20.30 — Abertura
20.32 — À VOLTA DA CIDADE
21.00 — DIRECTÍSSIMO
22.00 — INFORMAÇÃO/2
22.30 — DIRECTÍSSIMO (2.ª parte)
23.30 — Fecho

farmácias

LISBOA

(até às 22h)
Baixa — AMERICANA, Cç de Santana 1-3; Calvário — COSTA, Rua dos Lusíadas 30-32; Campo Grande-Av. Brasil — RAINHA SANTA, Rua Afonso L. Vieira 57 B; Chile-Alto São João — VERAL, Rua Morais Soares 109-111; Esc. Pol. São Bento — SÃO MARÇAL, Rua São Marçal 100-102; Est. Unidos América — CELTA, Rua Moura Girão 3 B; Prazeres — UNIÃO, Rua Saraiva Carvalho 145 F; Rego — PRATES & MOTA, Rua Beneficência 91-93; Saldanha — AVENIDAS, Av. da República 27 A; Vale de S. António — SANTO ANTONIO, Rua Leite Vasconcelos 72 C; Amadora — IGREJA, Pç Igreja 22 A; Brandão — CORREIA, Est. Principal Lote 172; Burca — VAZ MARTINS, Rua António Ferro 6 A; Castelo — LEMOS, Rua de Goa 21 A; Moscavide — VARELA, Av. Moscavide 44 B; Prior Velho — MATOS, Tv Priors (Viv. Morgadinho).

(serviço permanente)
Alfama-São Tomé — ZILER, Rua São Tomé 54-56; Aqueduto Águas Livres — RUALTO, Rua Alto do Carvalho 5 B; Av. D. Rodrigo da Cunha — AEROPORTO, Av. Alm. Gago Coutinho 101 D; Benfice-2ª Circular — BENFILIZ, Est. de Benfice 444 A; Boa-Hora-Ajudá — BOA-HORA, Rua dos Quartos 25-27; Charneca-Lumiar — SÃO BARTOLOMEU, V. Paulo Jorge, 1-Galinheiras; Jardim Constantino — PORTUGAL, Rua Rebelo da Silva 11-13; Hotel Sheraton — OLIVEIRA VIEGAS, Rua Viriato 29-29 A; Janelas Verdes — REIS GARRIDO, Rua das Janelas Verdes 90; Madre de Deus — ROMANA, Rua Actor Augusto de Melo 7 A; Olivais Sul — LEMOS, Rua Cidade da Beira Lot 19 Loja A; Praça de Londres — ALGARVE, Av. Roma 7 B; Algés — MIRAFLORES, Rua Dr. Ant. Granjo 2 B; Odivelas — MONSERRATE, Rua Guil. Gomes Fernandes 31 A; Olivais Basto — NOVA, Rua Guinê 15 B; Pontinha — PONTINHA, Est. Santo Elói 4 Lote SE; Sacavém — MARIA, Rua Salvador Allende Lote 2 A; Venda Nova — FLAMA, Rua Elias Garcia 78 B.

ARREDORES

(serviço permanente)
VILA FRANCA DE XIRA — César; CAMARATE — Nova; LOURES — Sálvia; MAFRA — Medeiros.

LINHA DO ESTORIL:

(até às 21h)
CASCAIS — Marginal; ALCABIDECE — Carvalho; PAREDE/JUNQUEIRO — Mendes; S. DOMINGOS DE RANA — Godinho Silveira; PORTO SALVO — Ferreira Bastos.

(até às 22h)
AMOREIRA — Amoreira; NOVA OIRAS — Leal; CARCAVELOS — Vilar.

(serviço permanente)
CASCAIS — Nova Farmácia; MONTE ESTORIL — Lopes; PAREDE — Artur Brandão; CARCAVELOS — Central; OIRAS — Mourão Vaz, Lda.

LINHA DE SINTRA:

(até às 21h)
MERCÊS — Claro Russo.

(até às 22h)
RIO DE MOURO — Riomouro.

(serviço permanente)
QUELUZ — Serra & Pinto; AGUALVAICAVÉM — Araújo e Sá; ALGUEIRÃO — Rodrigues Rato; SINTRA — Gomes da Silva.

MARGEM SUL:

(serviço permanente)
ALMADA — Central; LARANJEIRO — Moderna; COSTA DA CAPARICA — Higiénica; BARREIRO — Santa Marta.

COIMBRA

(serviço permanente)
VILAÇA — R. Ferreira Borges, 32 — Tel. 22043.

PORTO

TURNO 4 (de dia e só até às 22 horas)
CORREIA DE ARAUJO — Rua de Santa Catarina, 259; NOVA AVENIDA — Avenida Fernão de Magalhães, 692; PINHEIRO MANSO — Rua São João de Brito, 25-29; SANTA TERESA — Praça Guilherme Gomes Fernandes, 100; SILVA PEREIRA — Rua de Costa Cabral, 293; BOA HORA — Rua da Boa Hora, 80; TERREIRO — Rua da Reboleira, 21.

(de dia e toda a noite)
GONDARÉM — Rua de Gondarém, 360 — FOZ ALVES — Praça do Exército Libertador, 62; BARROS — Rua do Loureiro, 104; CAMEIRA — Rua do Heroísmo, 90.

Sr. Camionista
Ao conduzir um veículo pesado, tome todas as precauções para uma boa arrumação da carga.

circular e viver.

exposições

CASA DE S. SEBASTIÃO — (Biblioteca Municipal — Vila do Conde) — Exposição de gravura moderna portuguesa. (até 1/11)

CASINO ESTORIL — (Galeria de arte — Estoril) — Exposição de cerâmica de Porches. Diariamente das 14h às 24h.

CECA e MECA — (Rua da Prata, 71 — 1.º Esq.) — Exposição de mantas típicas alentejanas, executadas manualmente em pura lã. Diariamente das 10 h. às 20 h. Fecha sáb. e dom.

FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA — (Porto) — Exposição de pintura de João Dixó.

FUNDAÇÃO GULBENKIAN (Av. de Berna, 45) — GALERIA DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS — Exposição de desenhos, gravuras e aquarelas de Lasar Segall. ZONA DOS CONGRESSOS — Exposição integrada nas comemorações do 150.º aniversário do nascimento de Leon Tolstói: 112 painéis com reproduções fotográficas sobre a vida e obra deste escritor russo. Diariamente das 10.30 às 12.30 e das 14.30 às 18h. Sáb. e dom. até às 19h.

GALERIA DE ARTE MODERNA (Mercado do Povo — Belém) — "Inventário II" — Exposição do conjunto de obras pertencentes à Secretaria de Estado da Cultura. Diariamente das 18 às 24 h.

GALERIA 111 — (Campo Grande, 111) — Exposição de "Objectos" de Emilia Nadal; exposição de gravura de Bartolomeu dos Santos. Diariamente das 10h às 13h e das 15h às 19h. Sáb. até às 13h. Fecha aos dom. (a partir de 20/12).

GALERIA JN — (R. Gonçalo Cristóvão, Porto) — Exposição de Noronha da Costa. Diariamente das 15h às 20h 6.ª das 9h às 23h. Fecha sáb. e dom.

GALERIA S. FRANCISCO — (R. Ivens, 40) — Exposição de pintura "nail" de Augusto Pinheiro. Diariamente das 10h às 13h e das 15h às 19h. Sáb. até às 13h. Fecha aos dom.

GALERIA S. MAMEDE — (R. da Escola Politécnica, 165) — Exposição da serigrafia de Vieira da Silva. Diariamente das 10.30 às 13h e das 15h às 19h. Fecha aos dom. e 2.ª de manhã.

MUSEU NACIONAL SOARES DOS REIS — (H. D. Manuel II — Porto) — Exposição de fotografia de Jacques Minassian. Diariamente das 10h às 12h e das 14h às 17h. Fecha às 2.ª.

SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES — (R. Barata Salgueiro) — "30.ª Exposição de Artes Plásticas" — Grupo de Artistas Portugueses: GALERIA DE ARTE MODERNA — 1.ª andar: exposição de cerâmica de Jorge Mealha; cave: exposição de tapeçaria contemporânea de Ângela e Ana Isabel. Diariamente das 14h às 20h.

bolso

9-1-79

ESTADO			
	EST	COMPRA	VENDA
Cons. 2 ¼%	175\$00		
Cons. 3%	185\$00		
Cons. 3 ½%	205\$00		
Cent. 4%	480\$00	480\$00	
Tes. 15 ¼% - 75	510\$00	510\$00	515\$00
Ext. 3% - 1.ª S.		660\$00	
Ext. 3% - 3.ª S.		750\$00	
Tes. B. Ang. cp		1420\$00	1450\$00
Tes. BNU cp		1620\$00	
Tes. B. Port. cp		1500\$00	

FUNDOS PUBLICOS:

Ag. Lx. 6%	640\$00	
CM L 6,75%	725\$00	800\$00
CP 5,5%	500\$00	
CP 6,75%	700\$00	
Corr. 6,75%	720\$00	
Metro 5,75%	800\$00	
TLP 5,75%	780\$00	850\$00
Tur. 5,75%	800\$00	

ELECTRICAS

Gás 5%	640\$00	
Gás 6%	680\$00	
Gás 7%	650\$00	650\$00
HE Cáv. 6%	700\$00	750\$00
HE Douro 6%	680\$00	680\$00
HESE 6%	640\$00	
HE 2z. 6%	650\$00	
N. Elect. 6%	610\$00	
PEI Conv.	620\$00	
UEP 6%	630\$00	
UEP 7%	690\$00	

DIVERSAS

Telef. 5%	670\$00	
Cr. Pred. 5%	620\$00	
B. Fom. 6,5%	760\$00	760\$00
Lisnave 6%	700\$00	
Sacor 5%	800\$00	
Sacor 7%	760\$00	
Sider 6%	590\$00	
CUF 6%	670\$00	

ACÇÕES

Ag. da Curia		30\$00
Ag. do Luso		
Vidago		520\$00
COMPAL		350\$00
Ind. Aliança		
S. Padarias		
Port. e Colón	250\$00	270\$00
EFACEC		1000\$00
F. Ramada	265\$00	
Fornos Elect.	115\$00	110\$00
LISNAVE	1050\$00	1220\$00
U. Fab. Farm.		650\$00
Rád. Marconi	210\$00	
Torres Novas		150\$00
Pesca Lus.ª		
Ceram. Lus.ª		
Prestamta		
Moagem Lis		
EMPOR		180\$00

câmbio

8.1.79 COMPHA VENDA

Rand (Africa do Sul)	38\$05	43\$05
Marco (Alemanha)	24\$85	25\$95
Xelim (Austria)	3\$30	3\$50
Franco (Belgica)	1\$51,5	1\$61,5
Cruzeiro (Brasil)	1\$40	2\$00
Dólar (Canadá) not. de 1 e 2	38\$25	40\$25
Dólar (Canadá) not. maiores	38\$75	40\$75
Coroa (Dinamarca)	6\$90	9\$30
Peseta (Espanha)	\$62,7	\$72,7
Dólar (EUA) not. de 5 e 100	46\$05	48\$05
Dólar (EUA) not. de 1 e 2	45\$55	47\$55
Markka (Finlândia)	11\$60	12\$20
Franco (França)	10\$85	11\$45
Florim (Holanda)	23\$05	24\$05
Libra (Inglaterra)	93\$00	97\$00
Lira (Itália)	\$05,0	\$06,0
Yene (Japão)	\$21,2	\$24,2
Coroa (Noruega)	\$905	\$955
Coroa (Suécia)	10\$60	11\$20
Franco (Suíça)	27\$80	28\$90
Bolivar (Venezuela)	\$650	10\$50

telefones

Sapadores Bombeiros	322222
Voluntários de Lisboa	323372
Voluntários da Ajuda	327413
Voluntários Beato e Olivais	361095
Voluntários Lisbonenses	547017/547553
Voluntários de Campo de Ourique	686824
Crus de Malta	532796
Hospital de S. José — banco — inf.	872240
Hospital de Santa Maria	775171
Hospital da Marina	863143
Hospital Militar Principal	604181
Centro Luta Contra Venenos	
inf. gratuitas sobre intoxicações	761178
Enfermagem Permanente	776171
Posto Socorros Voluntários Lisb.	538524
Automóvel Clube de Portugal	
Pronto-socorro para sócios	775475
Polícia Segurança Pública	366141-366563
PSP Serviço de Emergência	115
GNR — Brigada de Trânsito	670022
Polícia Judiciária — Piquete	535380
Guarda Fiscal	849363
Polícia Marítima	608104
Gás e Electricidade	538841
Águas de Lisboa	361361
depois das 18 horas	361353
Caminhos de Ferro — Informações	326226
Aeroportos — Informações	802060
Porto de Lisboa — Informações	36 62 15

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

S.O.S. CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA — Serviço à todas as marcas

Com Rádio-Telefone para maior rapidez. Deslocações e orçamentos grátis

Telefones 88 27 86 - 89 98 26 - 83 42 71

AVENIDA S. JOÃO DE DEUS, 13 - B — RUA MACAU, 8

fabricado em Portugal

SALTO DE CAVALO

F	D	E	S	V	I	O	N	H			
S	O	A	I	S	B	U	P	A	O	A	
E	E	I	O	D	Q	U	M	+	A	E	
R	O	E	G	É	R	R	A	U			
I	R	P	A	N	Ã	L	E	Q	U	U	
R	I	A	S	P	R	N	+	M	S	E	
R	A	+	E	L	H	S	S	O	X	M	S
N	T	E	E	O	+	M	A	A	C		

Começando nos quadrados assinalados com + e terminando nos assinalados com + + lerá 2 provérbios.

SINONIMOS

										●
●				●						
				●	●					
		●								●
				●						
●	●									●

Inscrévendo em cada quadrado uma sílaba, escreva os sinónimos de: HORIZONTAIS — Volume, ramagem, fim, prematuro, alvo, oferta, saque, garoto, mancha, cura, infusão; VERTICAIS — aqui, anuira, imobilizado, tranquilidade, leite, batráquio, porco, entrega, janota, decidido, habita, encontra.

PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA 987

1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													

Horizontais: 1 — Relação. Também não. Capa sem mangas. 2 — Vazia. Alá! Mar. 3 — Que se tiraram. Nome de homem. 4 — Gradeais com arames. Pilhéria. 5 — Curar. Agarro no ar aquilo que me atiram. 7 — Terreno com árvores de fruto. Bebida que se obtém pela fermentação do arroz. 8 — Nome de mulher. Margens elevadas. 9 — Senhor. Ratarías. 10 — Membro empenado das aves. Onda. Sobrepelez. 11 — Letras gregas. Gênio. Suas.

Verticais: 1 — Flores da roseira. Cometer faltas. 2 — Esvaçiar. Que tem muitas folhas. 3 — O mesmo que lacre. Seios de mulher. 4 — Querida. 5 — Caminhar dentro de água. Pouco vulgares. 6 — Prendei com gavinhas. Cilindro. 7 — Dinheiro. Terreno de areia. 8 — Dar à luz. Folhosa. 9 — Povo da Cítila. 10 — Estacionar. Edifício religioso em Meca. 11 — Grão de trigo. Tostas.

PROBLEMA CXII

1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													

Horizontais: 1 — Astros formados por núcleo, cabeleira e cauda. Bom gosto na comida. 2 — Consolar. Simples. 3 — Prejudicar. Relativo ao calcanhar. 4 — Modo. Adicionar. Com. 5 — Doçura. Ruído. Ofereces. 6 — Maior. Mesada. 7 — Unificadas. 8 — Abreviatura de átomo. Deitar goma em. Multidão. 9 — Alegres. Medí a tara de. 10 — Adores. Nome de mulher. 11 — Abundância. Unirás pelo matrimónio.

Verticais: 1 — Guardam segredo. Conversar. 2 — Sobrecarregar. Reguem. Receio. 3 — Notas musicais. Mentira. Conceder. 4 — Mascas de tabaco. Pregas. 5 — Grandes frios. Pronome pessoal. 6 — Ataque de paralisia. Dente queixal. Avé-Maria (abrev.). Tu. 7 — O mesmo que tão. Indiques nos documentos o dia em que são feitos. 8 — Oceano. Matar. 9 — Apócope de selo. Ofereças. Raer. 10 — Bebidas feitas de arroz fermentado. Altar. 11 — Correias que suspendem os estribos. Ratavas.

CHARADAS

Arrume na quadrícula acima as palavras: ÚTIL, BEBÉ, SACO, ELOS, ESTA, OUSA, ELAS, BICA, BELO, EL, AS, BE, TA, BA.

EPENTÉTICAS

não há quem o VENÇA quando faz TRAPAÇA (2.3)

todos tinham RE-CEIO de utilizar aquele SISTEMA de transporte (2.3)

ONDE ESTÃO AS DIFERENÇAS ?



Estes dois desenhos são aparentemente iguais. Entre ambos, porém, existem oito diferenças que o leitor poderá assinalar.

SOLUÇÕES: desapareceu um galão na manga direita do polícia; o bípode do polícia; a posição da luz; o poste da tabuleta; a espingarda do ladrão; as lanternas de baixo da casa; a perna do ladrão na cancela; um pássaro a mais.

SOLUÇÕES

PROBLEMA 987: Rol, Nem, Opa, Oca, Rai, Apar, D, A, Pomar, Aracá, Ema, Ar, rbas, Cam, Roetas, Asa, Oia, Oba, Fos, Sol, Sas.

PROBLEMA CXII: Cometas, Sal, Ant, mer, Mero, Lesar, Talar, Ar, Somar, Co, Mel, Som, Des, Mor, Mes, F, Anadas, R, Al, Somar, Mo, Ledas, Tarel, Ames, Teresa, For, Casaras.

SALTO DE CAVALO: Mais depressa se agarrar um mentiroso que um coxo. Não a pelas grandes orelhas que o bur-ro vai à feira.

SINONIMOS: CAPACIDADE, RAMA, TERMO, CEDE, MIRA DE RAPINA, RA, PAZ, NOOIA, TOGA, CHA, CA, CEDE, PARADO, PAZ, CAMA, RA, TO, DA, PINÇA, DETERMINADO, MORA, ACHA.

EPENTÉTICAS: BATA-BATOTA; MEDO; METODO.

CHARADA: BELO, BE, EL, UTIL, BA, SACO, ESTA, AS; BEBE; ELAS, OUSA, TA, BICA, ELOS.

HUMOR

MINISTÉRIO DO TRABALHO



— É o fim... o fim... o fim... Mas o que é que o leva a dizer isso?

HAGAR, o Terrível



Por DIK BROWNE

GARTH



Por FRANK BELLAMY

MEMÓRIAS DE UMA LUTA

Continuação da pág. 1

mazelas de 48 anos de imobilidade são grandes e o organismo está longe de ter a força e o vigor indispensáveis a uma verdadeira consciência nacional. A imprensa ressentida-se dos males que nos afectam como os sectores da vida portuguesa. As injustiças mais flagrantes querem ser consagradas na nossa sociedade como se foram da mais lídima mentalidade democrática.

O golpe de 11 de Março de 1975 desencadeou uma série de nacionalizações sem critério, abarcando nelas grande parte da imprensa diária portuguesa. Criou-se assim um divisionismo claro entre jornais e jornais; uns que vivem só dos seus leitores e anunciantes e outros que vivem do tesouro público. Quem compra hoje um jornal estatizado paga-o duas vezes. Desde sempre reclamamos contra tal injustiça que é a negação da mais elementar democracia. Mas ninguém nos ouviu até agora. Os sucessivos governos e ministros, provisórios ou constitucionais, optaram pelo mais cómodo que é protelar os problemas. Embora protelá-los seja agravá-los.

"A Luta" foi vítima dessa espécie de totalitarismo divisionista da Imprensa Portuguesa. Que continua. Em determinada altura, o nosso jornal foi distribuído pela Regimprensa, empresa intervencionada e com a responsabilidade do Estado, portanto. Essa responsabilidade do Estado foi-nos confirmada por ministros ou secretários da Comunicação Social. Verificou-se, todavia, que a distribuidora recebia o dinheiro das vendas mas foi adiando o dar contas e fazer dele entrega. Assim se chegou a uma dívida de 11 mil contos que, com os encargos das letras, aumentou mais três mil e quatrocentos contos.

Esses 14 400 contos não nos foram até hoje pagos, nem pela Regimprensa nem pelo Estado, que era intervencionista e responsável pela empresa, na altura. Assistimos ao espectáculo indigno, num país democrático, de o Estado pagar todas as dívidas de alguns jornais e os alimentar mensalmente cobrindo o défice que eles apresentam e ficar com o dinheiro da venda de meses e meses de "A Luta".

Evidentemente que "A Luta", que não tem outros meios de sobrevivência senão os seus leitores e anunciantes, não pode suportar rimbombos desses. Daí que nos seja impossível continuar a publicação. Temos a consciência tranquila de termos cumprido o nosso dever; não sabemos é como se di-

zem democratas os governos e governantes que perpetram injustiças dessas e favoritismos desses.

Até hoje "A Luta" travou o seu combate pela democracia e pela liberdade. Ao grupo que a fundou, outros se vieram juntar, obreiros sinceros de uma informação democrática. Destaqueamos o último grupo de jornalistas que entraram no Verão passado, com Nuno Brederode Santos e José Pedro Castanheira, trazendo o seu talento e boa vontade a esta causa da informação isenta e digna. Mas não basta a boa vontade dos jornalistas, quando se torna impossível competir com o sector público, a classe privilegiada da Imprensa numa democracia que deveria ter a igualdade por norma.

"Luta" suspende a sua publicação. Por muito tempo? Por pouco? Até que os governantes do nosso país se convençam que não há sinceridade em apregoar a liberdade de expressão ao mesmo tempo que se tratam os jornais como filhos uns, como enteados os outros. A uns dá-se o dinheiro do contribuinte; à "Luta" tirou-se até aquele que lhe pertence.

É uma bem triste ironia da nossa vida pública que se veja obrigado a suspender a publicação o jornal diário que tem o menor passivo da Imprensa portuguesa. Com efeito, "A Luta" tem um défice de 27 000 contos. Sabendo-se que há passivos, na Imprensa portuguesa, de 80 mil contos, de 120 mil contos, de 140 000 contos e de centenas de milhares de contos e que o Estado, directamente ou através da banca que do Estado é, vai alimentando todos esses jornais, podemos perguntar onde está a igualdade entre os portugueses? Como "República", também "A Luta" suspende a sua publicação por injustiça e violência contra ela perpetradas.

"A Luta" tem sido um jornal de homens livres e que não perderam nunca a esperança, até quando vítimas das mais gritantes injustiças. Livres e de consciência tranquila ficam quantos lhe deram o seu esforço e suspendemos na esperança de encontrarmos os meios que nos permitam sentirmo-nos cidadãos e jornalistas iguais a todos os outros.

Como dizia a voz de Miguel Torga, nas nossas páginas, quando "A Luta" começou, repetimos hoje: **Liberdade que estais em mim, Santificado seja o vosso nome.**

RAUL RÉGO

INFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DE «A LUTA»

Reunidos em plenário e após palavras de despedida de Raul Régo e uma mensagem de "pesar pela situação a que se chegou" produzida por Gustavo Soromenho, os trabalhadores de "A Luta" tomaram conhecimento de uma carta, datada de 8 de Janeiro e subscrita por aqueles dois administradores, dizendo o seguinte:

"Como é já do seu conhecimento "A Luta" publica o seu último número no próximo dia 9. As razões são o encontrar-se a cooperativa com graves problemas financeiros e por isso a partir daquela data somos forçados a prescindir dos seus serviços."

Tal carta é dirigida, individualmente, a cada um dos trabalhadores.

Face à situação assim criada, os trabalhadores decidiram:

- 1 — Não aceitar o despedimento implícito, que consideram ilegal.
- 2 — Manter presença nos seus postos de trabalho.
- 3 — Denunciar, através das instâncias competentes, a decisão ilegal assumida pela Direcção da Cooperativa.

A COMISSÃO DE TRABALHADORES

TRABALHADORES SOLIDÁRIOS COM O NOSSO JORNAL

Os jornalistas de serviço no período da manhã do "Jornal Novo", membros de um órgão da imprensa privada vivendo igualmente em dificuldades, exprimiram hoje a sua solidariedade aos profissionais que hoje cessam, neste jornal, a sua actividade de vários anos. "Não podemos deixar de recordar — escrevem os nossos camaradas do "JN", numa atitude que muito nos sensibiliza — que muitos dos profissionais de A LUTA, com o exemplo dado em 1975, mantiveram a tradição do "República" e deram um louvável exemplo de firmeza no combate pela democra-

cia". Até às 10 e 30 m. da manhã de hoje, o documento havia sido subscrito pela totalidade dos jornalistas em serviço na redacção daquele matutino.

Entretanto, registamos que no III Encontro dos Trabalhadores Socialistas da Função Pública, que se realizou em Tróia no passado mês de Dezembro, circulou um abaixo-assinado de apoio ao jornal A LUTA, que foi assinado por cerca de 150 participantes. Aqueles trabalhadores fazem votos "para que seja possível em Portugal a existência de uma imprensa democrática e socialista".

PR EM FÉRIAS

O Presidente da República estará ausente de Lisboa a partir de hoje, e durante alguns dias, para umas curtas férias,

que interromperá, no entanto, por motivo de exercício de funções nos próximos dias 12 e 13.

«HITLER» PROCURADO PELA PJ

A Polícia Judiciária Portuguesa procura activamente "Hitler", um individuo de extraordinária semelhança fisionómica com o "further", que é acusado de centenas de burles, em casos relacionados com as chamadas "carreiras irregulares".

Com efeito, este individuo — que deve a sua alcunha a uma notável semelhança de estatura e traços (a que não falta o "bigode-escova") com o ditador — é um dos que, especialmente nos fins-de-semana, possuindo uma camioneta, se põe à porta das estações, em Lisboa e Porto, oferecendo "transporte" aos passageiros, mediante um pagamento a combinar.

Assim, os diferentes angariadores, particularmente ao fim-de-semana, colocam-se à porta das estações — no Porto, na Praça de Lisboa, e na capital, no Campo das Cebolas — esperando os clientes que, devido ao modo como circulam os comboios sempre cheios e sem condições, os vão procurar, tentando obter um transporte mais rápido e cómodo.

Sucedem, porém, que, em muitos casos — e o "Hitler" é perito nisso — os passageiros nunca chegam a seguir viagem, vendo-se, sim, privados das quantias que dispenderam para tal.

Ou os bilhetes são "falsos", ou a "lotação do carro não encheu" e a viagem ia fazer "perder dinheiro" e o transporte não chega a partir para o seu destino.

O "Hitler", principal angariador deste género de "viagens", é procurado pela PJ — bem como um tal "David" com quem colabora — porque, em Lisboa e Porto, já burlou centenas de pessoas, que pagaram para ir e ficaram em terra.

HOTELARIA: PROVÁVEL GREVE AINDA ESTE MÊS

A indústria hoteleira poderá entrar em greve a partir do próximo dia 20. De facto, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria deu um prazo até 20 de Janeiro ao Ministério do Trabalho para convocar as associações patronais que não subscreveram o contrato colectivo de trabalho vertical.

Em comunicado agora divulgado, aquela Federação anuncia que findo o referido prazo irá desencadear formas de luta que poderão ir até à paralisação, responsabilizando o Ministério do Trabalho e as entidades patronais pelas consequências dessa luta.

O documento informa ainda que na Madeira o Governo Regional convocou as partes para a conciliação obrigatória e que, tendo-se rompido as negociações na primeira reunião, foi nomeada uma comissão técnica que já entrou em funcionamento.

A Federação Sindical critica o Ministério do Trabalho, a quem acusa de não ter accionado os mecanismos de extensão do CCTV acordado com as associações do Sul, considerando isso como uma atitude de "cedência ao patronato".

JÁ POUÇOS TALHOS TÊM CARNE

Continuação da pág. 1

Dois quartos por semana são uma situação insustentável, agora que não se autoriza o abate de carne nacional. Nós gastávamos à média de 700 quilos por semana e a Junta manda-nos 80, afirmou-nos, a meio da manhã, perante um talho de ganchos vazios, Manuel da Silva Tinoco, em Algés, que acrescentou: "E no fim-de-semana, com o aumento da procura, vai ser pior!".

Pos sua vez, Silvério Francisco Pereira, estabelecido no Dafundo, afirmou-nos: "Não recebi nada. Não tenho carne nenhuma, porque a que dá a Junta não chega nem por sombras. A semana passada só recebi um quarto dianteiro, com 45 quilos". E terminando: "Só vai

aparecendo borrego, mas a 248\$00 o quilo. Como é que o povo lhe chega?".

Noutro lado, num talho em Alcântara, disse-nos o proprietário Manuel Baptista: "Hoje já houve muitas pessoas à procura de carne e vai ser pior no fim-de-semana. Pelo menos se for como no passado sábado, em que não tive nenhuma. A Junta dá-me 47 quilos de carne e na semana passada só recebi 103 quilos dela. Se continuarmos na mesma vai ser uma miséria. Olhe, eu de carne de vaca tenho isto" (e mostrou uma pequena porção). "Não chega a meio quilo".

Finalmente, em contacto com o secretário da Associação dos Comerciantes de Car-

ne do Distrito de Lisboa, foi-nos confirmada a falta de carne generalizada, ao mesmo tempo que Jacinto Bento nos afirmava: "Continuamos com a paralisação, lutando dentro da legalidade. Conseguimos uma poupança de 18 mil bois — não abatendo — e que deveriam ter tornado a oferta maior do que a procura, não fora o contrabando de gado que começou a ser feito. A Junta distribuiu uma quantidade de carne de vaca que não chega. Em relação ao porco, foram os industriais que paralisaram. Nós, como último elo da cadeia, tivemos que parar também."

E a terminar: "A situação é de falta generalizada e vai ficar mais no fim-de-semana."

COMANDO ATACA RÁDIO EM ROMA

Um comando entrou subitamente nas instalações de uma estação de rádio privada, em Roma a Rádio Civitta Futura, de extrema-esquerda, e abriu fogo contra as pessoas que ali se encontravam, causando vários feridos, segundo as primeiras informações. Os membros do comando atiraram ainda "cocktails Molotov" e fugiram.

O atentado foi praticado no momento em que se realizava a emissão "Radio Donna" (Rádio Mulher), dedicada aos problemas da emancipação da mulher em Itália. São mulheres a maioria das pessoas feridas, uma delas em estado grave.

TERRORISTAS ASSASSINAM JUIZ NUMA RUA DO CENTRO DE MADRID

Terroristas assassinaram hoje a tiro o juiz do Supremo Tribunal Miguel Cruz Cuenca no centro de Madrid — anunciou a polícia espanhola, acrescentando que o crime ocorreu na rua Felipe II, tendo sido perpetrado por dois indivíduos que se puseram em fuga num automóvel branco.

Presume-se que o assassinio — sexto do género este ano — tenha sido obra de separatistas bascos. O rei Juan Carlos e o primeiro-ministro Adolfo Suárez, foram imediatamente informados do sucedido, enquanto a Polícia organizava controlos rodoviários para tentar deter os terroristas.

O atentado faz lembrar o cometido no passado dia 16 de Novembro em condições idênticas, quando um comando do movimento terrorista basco ETA abateu em Madrid o juiz Francisco Mateu Canovas, ex-presidente do Tribunal da Ordem Pública.

Os observadores políticos consideram entretanto que o Conselho Geral Basco "pós termo às ambiguidades" ao condenar energeticamente, há dias, os mais recentes atentados terroristas em Espanha. Tal condenação foi interpretada como um "bom sintoma" nos meios políticos espanhóis.

a Luta

JORNAL SOCIALISTA PLURALISTA E INDEPENDENTE

PROPRIEDADE EDITORIAL: A LUTA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LDA PRESIDENTE DA DIRECÇÃO: Gustavo Soromenho

CHEFE DE REDACÇÃO: José Pedro Castanheira; CHEFE DE REDACÇÃO ADJUNTO: João Grego Esteves; SUBCHEFE DE REDACÇÃO: Martinho de Castro; REDACTORES: Agostinho de Azevedo, Alcides Vieira, Antónia de Sousa, António Marcelino Mesquita, António Ramos Gomes, António Ribeiro, Artur Alpedrinha, Carlos Soares, Fernando Melo, Fernando Nogueira, Fernando Peres, Francisco Belard, Francisco José Oliveira, F. Sales Lopes, Ilídio Trindade, João Agular, J.

Cândido de Azevedo, José Cruz (Porto), José Gabriel Viegas, José Luis Macedo, José Nunes Pereira, José Ramos e Ramos, Júlio Valente, Manuel Arons de Carvalho, Manuel Giraldes, Maria Augusta Silva, Miguel Reis, Norberto Santos, Nuno Godinho, Nuno Vieira, Pedro Vieira, Rogério Petinga, Rui Cartaxana, Silas Oliveira, Vasco A. Fernandes, Vasco Valdez, Vítor Dimas, Vítor Leitão; REPÓRTERES FOTOGRÁFICOS: Álvaro Tavares, Lobo Pimentel, Marques Valentim.

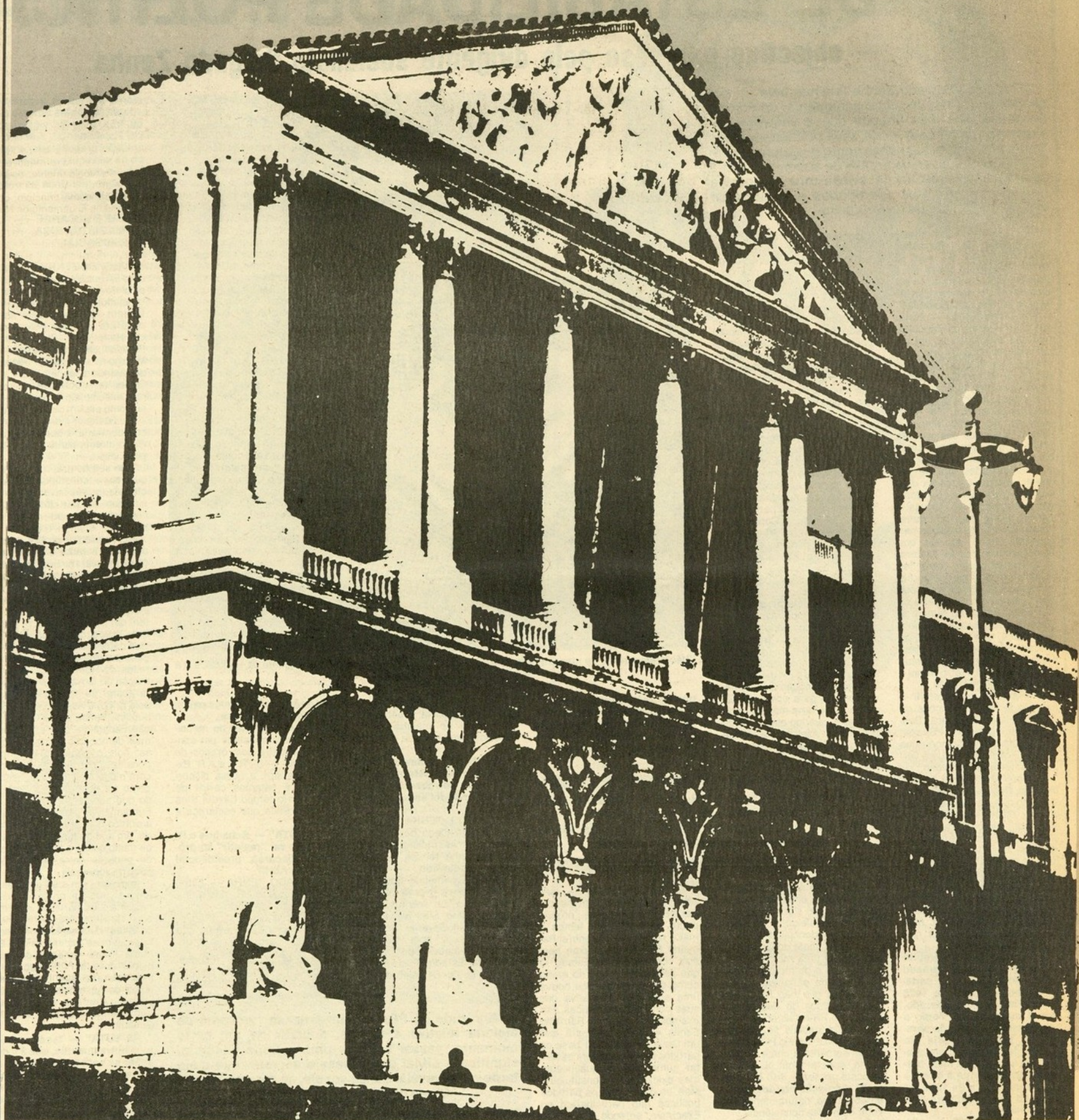
DELEGAÇÕES

LISBOA — Rua do Loreto, 43-1.º Telefone: 32 23 83
PORTO — Rua do Bomjardim, 229-2.º Telefone 31 59 65
COIMBRA — Rua Nicolau Chantrenne, 392 3/c Telefone 26415

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO C.E.I.G. -- Sociedade Cooperativa de Edições e Impressão Gráfica, S.C.A.R.L. Rua Sacadura Cabral, 26 — DAFUNDO Telefone: 21 15 186
DISTRIBUIÇÃO: Renascença Gráfica, SARL. Rua Luz Soriano, 44 — LISBOA Telefones: 65 45 31 / 2 / 3

TIRAGEM — 40 019 Média do mês anterior

A PALAVRA AO PARLAMENTO



O Parlamento é (ou, pelo menos, será inevitavelmente) um dos polos da grande polémica institucional que aí está (ou, pelo menos, que aí vem).

O que é, o que tem sido e o que tende a vir a ser o parlamento na democracia portuguesa é, assim, um tema já hoje fundamental para os portugueses, nesta fase em que o sistema constitucional português é também uma "praxis" que to-

dos os dias burila detalhes ou imprime contornos novos.

A cabeça dos quatro grupos parlamentares presentes em S. Bento, Carlos Brito, Rui Pena, Magalhães Mota e Francisco Salgado Zenha são quatro filosofias diferentes, quatro estratégias diferentes, mas todos eles com o traço comum de uma visão a partir de dentro da vida e do futuro da Assembleia da República.

O PS PRETENDE CRIAR UM CLIMA DE ESTABILIDADE POLÍTICA EM PORTUGAL

— objectivo expresso pelo dirigente socialista Salgado Zenha

Francisco Salgado Zenha fala-nos hoje na sua qualidade de líder do grupo parlamentar do Partido Socialista. Isso não impede que a entrevista se afaste do Parlamento e dos seus problemas e que Zenha nos diga o que pensa sobre o posicionamento relativo dos diversos órgãos de soberania, sobre determinados aspectos da revisão constitucional, a vigência de governos apartidários e o modo de eleição do Presidente da República.



"Não pretendemos de maneira nenhuma constituir um contencioso entre o Presidente da República e a Assembleia da República"

"A LUTA" — Como vai a Assembleia da República neste princípio do ano de 1979? Que papel tende ela a desempenhar, ao nível do posicionamento relativo dos diversos órgãos de soberania?

SALGADO ZENHA — Penso que a Assembleia da República tem que desempenhar um papel cada vez mais importante. É natural que haja dificuldades, depois de 50 anos de ditadura antiparlamentar, que reservava ao Parlamento uma função puramente decorativa. Por outro lado, ao fim deste tempo, a própria actividade dos quadros políticos, que trabalham como deputados, tem também as suas dificuldades, porque enquanto noutros países as ditaduras tiveram uma menor duração que a nossa, em Portugal o período foi tão longo que representou o corte da tradição parlamentar. Pode dizer-se que Portugal é o único País da Europa Ocidental nestas condições em que na nova vida democrática não existe nenhuma pessoa que tivesse participado na vida democrática do tempo da primeira República. É diferente dos casos, por exemplo, de Konrad Adenauer e de Schumacher, na Alemanha Federal, e de De Gasperi, Pietro Nenni e Palmiro Togliati, em Itália.

representarem a consolidação da democracia constitucional em Portugal e um avanço na resolução dos problemas que afectam o povo português. De qualquer maneira, temos de considerar neste momento que o presidencialismo tem sido utilizado por grupos de pressão política, sem expressão popular significativa, para se introduzirem na esfera do Poder, através de uma porta esconçada, sem que tenha sido esclarecido qual é o projecto político, económico e social dos presidencialistas, ou a que o presidencialismo serve de instrumento.

O presidencialismo puro é indefensável face à Constituição de 1976 e estou convencido de que o mesmo acontecerá após a revisão constitucional. O mesmo se passa com o parlamentarismo puro: se a Constituição determina que o PR seja eleito por sufrágio popular, então ele terá sempre que ter poderes superiores àqueles que são próprios de regimes puramente parlamentares.

É preciso determinar qual o significado democrático da eleição do PR e dos deputados para a Assembleia da República. Esse é o problema fundamental. Em meu entender, o PR quando elegeu o PR (neste caso o general Ramalho Eanes) não escolheu para chefe do Governo ou de uma maioria parlamentar e, quando elegeu os deputados à Assembleia da República, elegeu-os numa perspectiva de Governo.

que no actual quadro político e parlamentar se desenham as condições para que essa tal maioria liderada pelo PR se possa eventualmente formar?

ca um Governo apartidário, o de Nobre da Costa, já não foi interpretado do mesmo modo. Ora esta variabilidade é confusa.

"A LUTA" — Mas o Governo Nobre da Costa não chegou a ser derrubado, porque em rigor não foi sequer investido...

SALGADO ZENHA — Sim, mas o significado político é o mesmo, ou até mais grave. Isto significa uma recusa de grau ainda mais elevado.

Os dois primeiros governos constitucionais tiveram naturalmente os seus méritos e os seus defeitos. Mas é evidente que nenhum Governo, por melhor que seja, pode subsistir contra a vontade do próprio Chefe do Estado. E, de facto, através dos seus célebres discursos dos seus representantes na Assembleia da República.

"A atitude do PR, para investir um I governo de maioria relativa e depois, a partir de um certo momento, passar a exigir uma maioria absoluta, significava afinal o seu desejo secreto (que mais tarde veio a revelar-se) de ser ele, ao mesmo tempo, Chefe do Estado e do governo"

SALGADO ZENHA — Isso não me compete a mim responder-lhe. O PS tem o seu próprio ponto de vista. Nós temos o maior respeito pelo general Ramalho Eanes tanto como pessoa, como Chefe do Estado. O que pensamos é que no modo como ele se comportou houve uma alteração qualitativa das suas concepções políticas. Por exemplo, o general Ramalho Eanes entende que para que um Governo tenha por base os partidos políticos deverá assentar numa maioria qualificada, mas exigida pela Constituição. Mas, se porventura os partidos políticos não participarem no Executivo, entendo que o Governo pode então substituir em condições menos pesadas que são, no fundo, as que a própria Constituição determina. O facto de o I Governo de Mário Soares ter sido derrubado pela Assembleia da República foi interpretado pelo PR no sentido de como ele poderia repetir a mesma fórmula política. No entanto, o facto de ter sido derrubado na Assembleia da República

o de um Chefe de Estado que é, ao mesmo tempo, oposição ao seu próprio Governo. Isso não se repetirá!

"A LUTA" — Talvez não, mas convirá ter presente, que foram mesmo dois os discursos desse tipo, em anos consecutivos: 1977 e 1978. Se fosse agora chegado o momento da revisão constitu-

cional e à luz da experiência adquirida nestes últimos dois ou três anos de vigência da Lei Fundamental, que tipo de solução preconizaria: o reforço da vertente parlamentar do regime democrático, ou, pelo contrário, manteria as coisas tal como estão?

SOBRE O ALCANCE DA MAGISTRATURA PRESIDENCIAL

SALGADO ZENHA — O facto de o PR ser eleito directamente pelo Povo foi um facto que os legisladores constituintes não tiveram liberdade para apreciar. Era um dos pontos que constava do Pacto MFA-Partidos, em ambas as versões. Mesmo na segunda, já negociada quando o general Ramalho Eanes se encontrava presente no Conselho da Revolução. Esse ponto era um dado de facto.

De qualquer maneira, eu não sou contrário a que o PR seja eleito directamente pelo sufrágio popular.

Não sou contrário também a que, em circunstâncias excepcionais, possa haver governos em que os partidos políticos não participem, por razões várias.

No entanto, o problema fundamental é saber qual o alcance da magistratura do Presidente e qual o alcance do mandato dos deputados à Assembleia da República. Em meu entender, a eleição para a chefia do Estado tem um certo significado, que é o de assegurar o respeito pela vida democrática, pelas instituições parlamentares e pelos direitos do Homem. Mas na formação do Governo, o PR deverá acatar as indicações dadas pela própria Assembleia da República. Penso que a Constituição Espanhola é, a este nível, mais democrática do que a nossa, pois o papel do monarca constitucional está ali definido com muito mais clareza, assim como os poderes das Cortes, do que acontece na actual Lei Fundamental portuguesa, com a prática que se tem consolidado, em que no fundo não se sabe muito qual é a linha divisória de poderes entre os dois órgãos de soberania.

Impõe-se, em meu entender, uma atitude de prudência democrática da parte da Assembleia da República, para evitar conflitos desnecessários nessas querelas institucionais. E, numa futura revisão constitucional deve ser definido com mais clareza que o Governo surge da Assembleia da República e o Chefe de Estado será isso mesmo, e não um Chefe de Governo.

"A LUTA" — Isso levanta uma outra questão, que é a de saber se será vantajoso que a Constituição facilite a formação de maiorias parlamentares, através da introdução de determinados mecanismos nesse sentido.

SALGADO ZENHA — Esse tem sido um ponto de vista errado, em meu entender. Não há nenhuma democracia europeia de que eu tenha conhecimento que exija para a formação do Governo o apoio de um partido ou coligação de partidos que possua dentro do Parlamento 51 por cento de mandatos. Isso não existe. A maioria pode ser absoluta, ou simples, portanto,

se não é possível a formação de uma maioria absoluta, então basta haver uma maioria simples. É o que se prevê na Constituição espanhola. E quando se derruba um governo, deve-se ao mesmo tempo indicar quem é que se propõe como alternativa a esse governo.

A atitude do PR, ao investir um I Governo de maioria simples e depois, a partir de um certo momento, passar a exigir uma maioria absoluta, significava afinal o seu desejo secreto (que mais tarde veio a revelar-se) de ser ele, ao mesmo tempo, o Chefe do Estado e o do Governo.

"A LUTA" — Então o PR, em vez de actuar no âmbito daquilo a que se costuma chamar de um quarto Poder, ou Poder moderador, tem-se assimulado, de forma excessiva, ao segundo Poder, ao Executivo...

SALGADO ZENHA — Insisto com a Constituição Espanhola, porque ela foi discutida tão recentemente. Ali, o monarca indica como primeiro-ministro a pessoa que provavelmente terá um maior apoio parlamentar e seguem-se as votações: à primeira, para obter a investidura, é necessária uma maioria absoluta; se assim não for investido o Governo, seguir-se-á uma nova votação, sendo o Governo investido se obtiver maioria simples. É assim investido o Governo que for menos minoritário de entre os vários governos possíveis.

Entre nós, o governo de mediação presidencial parece violar o próprio princípio constitucional da separação de poderes, ao obrigar a AR a pronunciar-se sobre um governo da confiança pessoal do PR. Dessa forma, a Assembleia é compelida a pronunciar-se sobre o

gislativas, como nas do poder local?

SALGADO ZENHA — Em primeiro lugar, é preciso referir que a Constituição de 1976 não é perfeita e por isso são admissíveis todas as críticas que se lhe pretendam fazer.

No entanto, não deixo de sorrir com certas críticas que se fazem à Constituição de 1976 porque, nessa altura, a sua aprovação e entrada em vigor, foi um grande triunfo da democracia em Portugal. Muitos daqueles que a criticam hoje em dia desejavam então que ela fosse aprovada, para se iniciar uma nova vida democrática no nosso País.

Desde o princípio que se tem verificado existir uma dualidade na vida democrática portuguesa, entre o poder militar (o MFA, ou as FA's), como instância revolucionária responsável pelo derrubamento do fascismo e, por outro lado, as forças civis, que tiveram também um papel muito importante na Revolução. Hoje em dia, essa dualidade ainda não está totalmente resolvida, pois existe em Portugal um poder militar (o PR é o vértice máximo das FA's) e ao mesmo tempo existe um poder civil. O grande poder que o PR tem no nosso País não deriva de uma ou outra dessas circunstâncias, mas de ambas, ao mesmo tempo. Ele é o elo de ligação entre os dois poderes que existem em Portugal.

Os partidos políticos, em meu entender, devem ser uma instância fundamental na vida democrática. Se deverão ser admitidas personalidades a título individual ou associações cívicas a concorrer às eleições — bom, esse é um problema que num momento oportuno poderá ser discutido. Mas não se me afiguera admissível é que

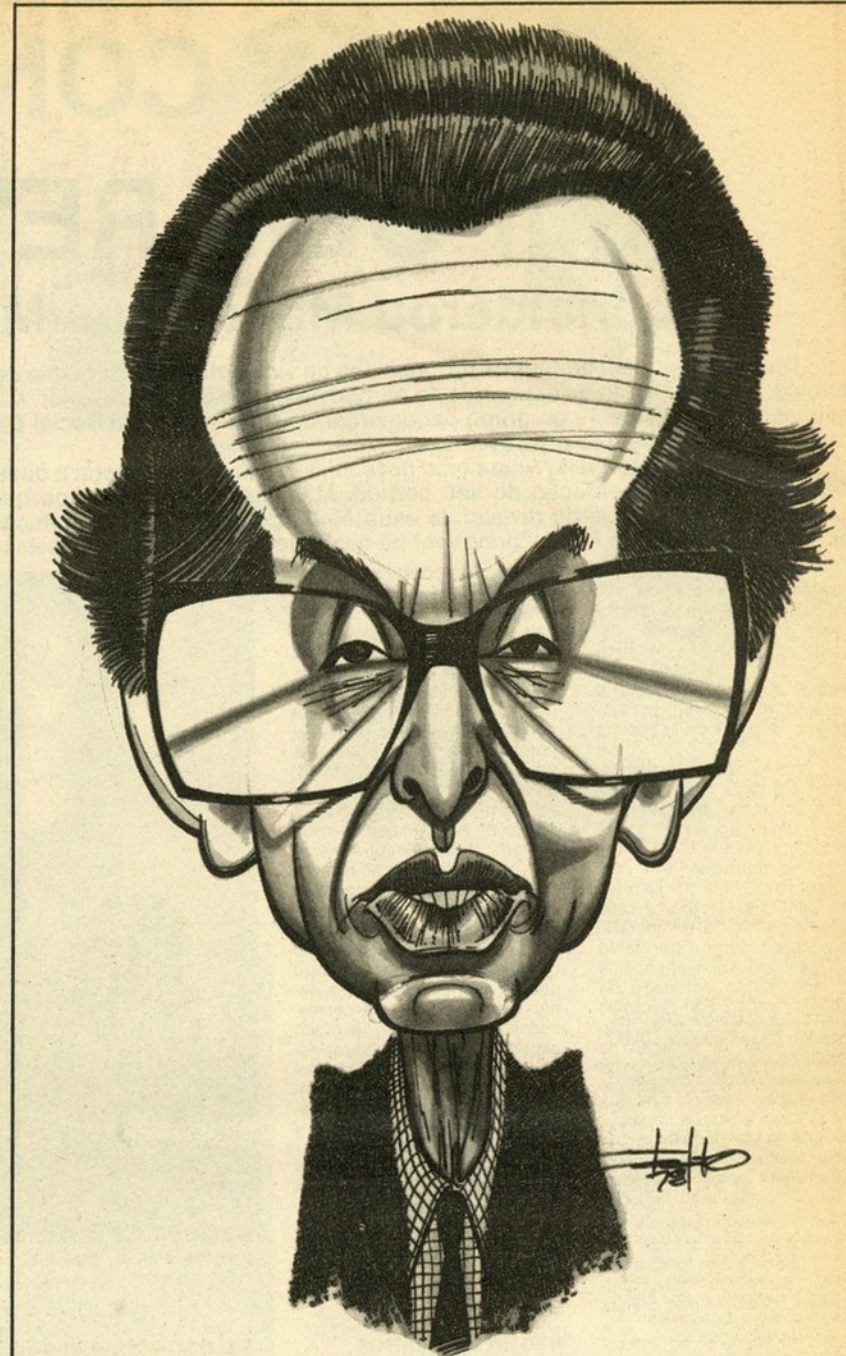
parlamentar socialista?

SALGADO ZENHA — Eu não pertenço a nenhuma comissão, porque na minha condição de presidente do grupo parlamentar não posso dividir o meu trabalho pelas comissões especializadas. Mas, tenho perfeita consciência de que as condições materiais de trabalho e de apoio técnico na Assembleia da República são péssimas. Por vezes, as comissões não se reúnem, porque não têm onde o fazer...

"A LUTA" — ... e outras vezes reúnem-se duas na mesma sala, simultaneamente...

SALGADO ZENHA — ... sim, é a mesma coisa! E se porventura é necessário fazer qualquer coisa que implique investigação técnica, são os partidos ou os deputados que têm de a realizar. Por exemplo, como presidente do grupo parlamentar socialista, só a partir de Maio do ano passado é que passei a ter um compartimento onde posso receber as pessoas que querem falar comigo. Antes disso, se um jornalista, por hipótese, queria falar comigo, pois era no meio dos corredores que, a passear, o fazíamos. Isto mostra a resistência que existe em considerar a Assembleia da República como uma instância normal na vida democrática e que deve possuir as necessárias condições de trabalho, para poder produzir aquilo que dela se espera.

"A LUTA" — Talvez a esse nível se possa dizer que a pequena "vingança" do III terá consistido na anulação da decisão de adquirir o Palácio de Valle Flor, onde se pensava instalar a presidência do Conselho de Ministros, para poder entregar o palácio de São Bento à Assembleia da República...



"Presidencialismo puro e parlamentarismo puro são indefensáveis"

próprio Presidente e cria uma situação bastante difícil.

PODER MILITAR E PODER CIVIL

"A LUTA" — Acha que os partidos devem manter o monopólio da representação popular, tanto nas eleições le-

personalidades, ou associações políticas, sem expressão popular, possam pretender ter expressão ao nível da representação popular, ou uma representação que não seja proporcionada ao seu próprio peso.

"A LUTA" — Na Assembleia da República, como tem decorrido o trabalho do grupo

SALGADO ZENHA — O Partido Socialista vai impugnar esse acto dentro da Assembleia da República, porque o consideramos como puramente demagógico. Trata-se de um acto político sem justificação, anti-económico e contrário aos interesses do Estado português. Não o consideramos como um

acto politicamente legítimo.

Aliás, o modo como o governo Nobre da Costa procedeu revela a mentalidade antidemocrática dos seus dirigentes, porque ninguém pôe em dúvida que um governo, ao ver recusada a sua investidura na Assembleia da República, possa evidentemente praticar os actos de natureza urgente, ou de rotina administrativa, necessários à não paralisação do Estado. Mas, o que não se pode é equiparar um governo investido parlamentarmente a um governo que o não foi, como se a investidura parlamentar fosse um acto supérfluo. O governo Nobre da Costa continuou a proceder como se nada tivesse acontecido, o que significa que a mentalidade dos governantes era ainda a que vigorara no tempo de Salazar ou de Marcelo Caetano, em que o governo não respondia perante a instância parlamentar e considerava o Parlamento como um mal que se tem de suportar. Ora isso não pode acontecer num regime democrático. Em meu entender, um governo só pode funcionar legítima e democraticamente depois de investido pela Assembleia da República.

AS COMPETÊNCIAS DO GOVERNO NÃO INVESTIDO

"A LUTA" — Aliás, o governo Nobre da Costa autodefiniu os seus próprios limites de actuação. Mas também não é menos verdade que o PR, ao me-

• "O PS vai impugnar o acto de anulação da compra do Palácio de Valle Flor, que é um acto político sem justificação, demagógico, anti-económico e contrário aos interesses do Estado português"

nos por omissão, acabou por abençoar a amplitude de intervenção decidida pelo próprio governo demitido.

SALGADO ZENHA — Esse é um ponto que na próxima revisão constitucional terá de ser objecto de uma delimitação mais precisa.

"A LUTA" — Muitas vezes a opinião pública tem uma visão distorcida do que é a Assembleia da República através daquilo que é divulgado pelos meios de comunicação social. Que lhe parece isso?

SALGADO ZENHA — A Assembleia da República tem os seus aspectos positivos e também as suas deficiências. Mas na ligação entre o trabalho parlamentar e a opinião pública há um elemento importante a considerar: é que não existe salvo raras excepções, em Portugal um jornalismo político verdadeiro. Isto é, existe um jornalismo de âmbito geral, mas o jornalismo político, que faça a dissecação dos problemas e os apresente a opinião pública — esse, ainda não existe em grau suficiente.

"A LUTA" — Tem razão,

mas sempre gostava de referir que o novo Estado democrático nada fez para evitar a destruição do pouco de bom que existia ao nível de um jornalismo responsável e de nível, digamos, europeu. A proletarianização material e intelectual do jornalista é uma realidade infelizmente e nenhum governo fez grande coisa contra isso...

SALGADO ZENHA — Certo, certo. Mas, retomando o raciocínio, a democracia não é representada por nenhum órgão de soberania especificamente, mas pelo próprio povo português, e aqui a imprensa escrita e a comunicação audiovisual jogam o seu papel. Muitas vezes, o que se passa na Assembleia da República é interpretado de um modo que não é suficientemente esclarecedor. Aparece-se, talvez, a parte espectacular da Assembleia da República, em prejuízo do fundo dos problemas, que não chega a vir à superfície.

Dou-lhe um exemplo concreto: agora existe a Lei das Bases do Ensino Cooperativo e Parti-

NOVOS CONDICIONAMENTOS POLÍTICOS IMPÕEM REVISÃO DA ESTRATÉGIA DO PSD

— considerou Magalhães Mota, líder parlamentar do PSD, falado à «Luta» em «nome pessoal»

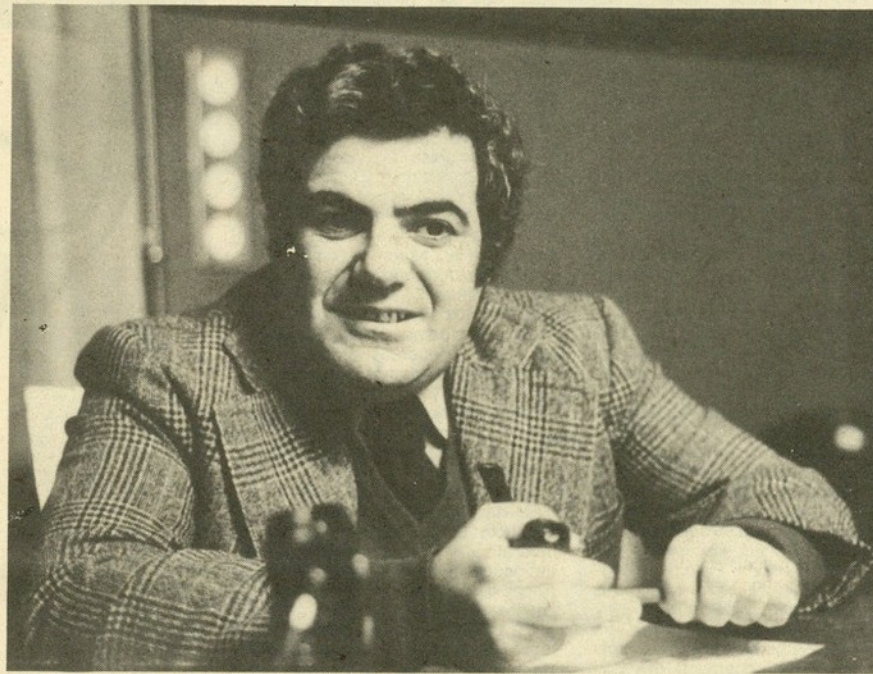
Os novos condicionamentos introduzidos na vida política portuguesa determinarão uma revisão da estratégia do partido, segundo considerou o dr. Magalhães Mota, presidente do grupo parlamentar do PSD — Partido Social Democrata, em entrevista ao nosso jornal.

Insistindo em que falava em nome pessoal, sempre que se referia a questões de fundo da orientação do seu partido, Magalhães Mota precisou que apontava a necessidade de revisão da estratégia do partido "sem satisfação nenhuma", embora tal fosse "previsível há bastante mais tempo". "A revisão

constitucional, disse a dado passo da entrevista, não pode ser feita como uma revisão aos solavancos, (...) porque uma Constituição é acima de tudo um projecto colectivo".

Referindo-se à actividade da Comissão de Defesa Nacional, de que é presidente, declarou que ela "neste momento está preparada para se pronunciar sobre uma proposta ou um projecto" nessa matéria.

Apresentamos a seguir, praticamente na íntegra, e mantendo o tom coloquial da versão gravada, a entrevista com o dr. Magalhães Mota.



Magalhães Mota, presidente da Comissão de Defesa Nacional: foi necessário "quebrar a distância existente entre militares e parlamentares"

O PSD tem-se afirmado sucessivamente socialista, social-democrata, tendo ultimamente adoptado formas que, justificadamente, se consideram de teor populista. Neste dealbar de 79 qual é afinal o projecto que o seu partido oferece à sociedade portuguesa?

— Bom eu penso que aí estamos em larga vantagem sobre qualquer partido português, talvez com excepção ao Partido Comunista porque, temos um programa aprovado, em congresso, em 1974, e que se mantém inalterado, programa esse claramente social-democrata. Os nossos programas portanto não sofreram qualquer espécie de modificação ao longo do tempo e também não deixamos de ter programa. Portanto, não estamos nem na situação de quem se viu ultrapassado pelos acontecimentos e ficou sem base programática nem na situação de quem tivesse um programa suficientemente irrealista ou desfasado na realidade, se quiser, para ter que se sujeitar a progressivas adaptações. Portanto nós mantivemo-nos e mantemo-nos fiéis a esse programa, ele tem sido constantemente reafirmado, designadamente no decorrer das últimas Jornadas Parlamentares, portanto o programa do partido social-democrata não está em nenhuma gaveta, não está arquivado em nenhuma parte, é um programa que continuamos a considerar válido e corresponde à nossa proposta.

mas rectificações. Em primeiro lugar, aquilo que o PSD fez, foi votar contra a moção de rejeição apresentada por outro partido. Votar contra uma moção de rejeição é algo de substancialmente diferente de propor por exemplo uma moção de confiança. Isso não foi feito, portanto, por parte do meu grupo parlamentar. Fica, portanto, pura e simplesmente que não estávamos de acordo com a moção de rejeição que foi apresentada. Isso foi efectivamente não só a nossa posição como a posição do CDS que também votou contra, e também a posição do próprio Partido Socialista que não apoiou essa moção de rejeição. Portanto, dentro desses termos não houve senão uma decisão que corresponde à posição de há muito expressa de não inviabilizar este governo. Também foi dito logo de entrada, logo na intervenção inicial do nosso grupo parlamentar, que não haveria lugar a uma responsabilização por parte dos partidos senão acto a acto do governo e portanto é através da prática governamental, é através das acções concretas que o Governo venha a propor que ele merecerá ou não o apoio parlamentar do grupo do PSD.

NÃO INVIABILIZAMOS O IV GOVERNO COMO NÃO INVIABILIZAMOS O I

— Não considera viável que haja, contudo, um salto qualitativo na situação actual, traduzido na passagem para um apoio a que eu chamei orgânico?

— Neste momento nem sequer a hipótese me parece em condições de ser formulada, até em face do esclarecimento dado pelo Primeiro-Ministro na sua intervenção final em que anunciou que não considerava dever ele promover esse acordo. Como a nossa posição também é clara, portanto, não nos poderemos acobertar em iniciativas alheias.

— Quer dizer que neste momento o PSD está na disposição de não inviabilizar um Governo que é tão minoritário como o I Governo Constitucional?

— Bom, aí, como sabe, e recordando a fase do primeiro

mente na prática. Em relação ao programa económico, em relação ao sector da segurança social. Aí sim, houve críticas bem fundadas como depois poderia verificar-se, mas a nossa posição não foi de inviabilização e só houve uma mudança de posição da nossa parte quando a prática do I Governo confirmou que esse Governo, em nossa opinião, não resolvia os problemas com que nos deparávamos. Deste modo, logo que foi apresentada uma proposta de Plano para o ano seguinte nós tivemos que votar contra esse Plano, visto que ele nos parecia completamente desfasado da realidade, o que, aliás, veio a confirmar-se. Portanto, a posição em relação ao I Governo não foi, à partida, de rejeição.

Quanto ao Governo ser minoritário ou não também creio que há alguma diferença na situação visto que o que se passa neste momento não é sequer a existência de um Governo que possa ser quantificado num governo com representação partidária, chamá-lo minoritário ou não não tem sentido visto que o Governo não tem expressão numérica em termos de apoio parlamentar.

— O dr. Magalhães Mota referiu a boa vontade do PSD em relação ao I Governo Constitucional. Considera

“Não estamos na situação de quem se viu ultrapassado pelos acontecimentos e ficou sem base programática.”

Governo Constitucional, também nós na entrada em funções do I Governo não o inviabilizamos, pelo contrário, durante a discussão desse programa do Governo foi até aquela que teve da nossa parte uma posição mais receptiva. As críticas formuladas foram-no exclusiva-

mente na prática. Em relação ao programa económico, em relação ao sector da segurança social. Aí sim, houve críticas bem fundadas como depois poderia verificar-se, mas a nossa posição não foi de inviabilização e só houve uma mudança de posição da nossa parte quando a prática do I Governo confirmou que esse Governo, em nossa opinião, não resolvia os problemas com que nos deparávamos. Deste modo, logo que foi apresentada uma proposta de Plano para o ano seguinte nós tivemos que votar contra esse Plano, visto que ele nos parecia completamente desfasado da realidade, o que, aliás, veio a confirmar-se. Portanto, a posição em relação ao I Governo não foi, à partida, de rejeição.

Quanto ao Governo ser minoritário ou não também creio que há alguma diferença na situação visto que o que se passa neste momento não é sequer a existência de um Governo que possa ser quantificado num governo com representação partidária, chamá-lo minoritário ou não não tem sentido visto que o Governo não tem expressão numérica em termos de apoio parlamentar.

— O dr. Magalhães Mota referiu a boa vontade do PSD em relação ao I Governo Constitucional. Considera

acerto prévio de posições. Penso que a situação presente do País e da própria democracia portuguesa e do próprio prestígio da instituição parlamentar levarão naturalmente e necessariamente que todos os esforços sejam feitos para procurar as vias de diálogo. Simplesmente, tal não significa que ele seja conseguido sempre e em todos os casos, nem significa que haja qualquer espécie de negociação em perspectiva neste momento.

TEMPO DE CONGRESSOS

— Considera que o facto do CDS ter abandonado o governo, ser agora um partido extragoverno, como é aliás o PSD, está a criar condições para uma reaproximação entre o PS e aquele partido?

“A revisão constitucional não pode ser feita como uma revisão aos solavancos.”

— É outro ponto que ultrapassa necessariamente uma estratégia parlamentar. A estratégia dum grupo parlamentar depende essencialmente da própria estratégia partidária, não há estratégias autónomas, um grupo parlamentar não tem a sua estratégia própria. Eu diria que a saída do CDS do governo se traduz numa modificação dum situação política que como tal deve ser analisada por todas as forças partidárias, mas não só a saída. Penso que mais importante que a saída será por exemplo a própria modificação da orientação estratégica e tática que o último Congres-

so do CDS definiu. Estamos em tempos de Congressos. O Partido Socialista também terá o seu Congresso em Março e também aí poderá haver modificações quer estratégicas quer táticas. O Partido Social-Democrata também terá o seu Congresso ordinário no fim de 79 e portanto há aí, muita coisa, que poderá naturalmente ser objecto de análise e aprofundamento.

— Como é que entrou a possibilidade de estabelecimento de acordos para a revisão constitucional? Por outro lado, acha que é possível afectar uma revisão constitucional sem uma prática antecedente de entendimentos políticos importantes?

— Bom, penso que a pergunta é difícil porque ela implica toda uma série de problemas. Em primeiro lugar quais são os projectos de revisão constitucional dos vários partidos? Neste momento eles são pelo menos pouco conhecidos e só se poderá saber se existe ou não uma margem de acordo depois de verificado se existe ou não uma concordância generalizada em relação a esses projectos de revisão. De qualquer modo nós podemos racionar em abstracto e eu não me excuso a isso. Direi pois que se conhece que a revisão constitucional precisa de ter uma maioria que é de dois terços dos deputados. Que não será previsível que qualquer partido por si só, consiga obter essa maioria, portanto que a necessidade de ter acordos quase que surge naturalmente, mas direi que este é um raciocínio em abstracto e para ter o tal raciocínio concreto era preciso conhecer os projectos e eu, pelo menos, não os conheço. Penso ainda que haverá que ponderar uma outra circunstância, uma outra condição, o que me parece igualmente importante. É que a revisão constitucional, o que me parece que não pode ser feita é como uma revisão aos solavancos, quer dizer em que se procurassem acordos pontuais pa-

— Posso com todo o à vontade, porque como sabe as comissões não têm iniciativa e isto por uma razão simples. Porque elas têm que elaborar o seu parecer crítico e portanto, se lhes fossem direitos à iniciativa, estavam no fundo criticar-se a si próprios e naturalmente concordariam com o pensamento que tinham expresso. O que se passa é que não existe nem proposta nem projecto de lei de defesa nacional, o Governo não apresentou nenhuma proposta de lei, nenhum partido também apresentou nenhum projecto. Houve um documento, um documento de trabalho, como tal considerado que foi apresentado há já bastante tempo, pelo anterior ministro da Defesa, co-

com enquadramento preconizado pelo Presidente da República?

— Em que sentido, desculpe?

— O Presidente da República fez diversas intervenções políticas importantes nos últimos tempos, designadamente a mensagem de Ano Novo. Nessas intervenções definiu determinadas linhas da política externa, política económica, política social, manifestou-se optimista quanto ao ano que começa. É esse o sentido.

— Em termos de linhas essenciais pois é evidente que o Presidente da República apresenta sempre grandes linhas de orientação e portanto não é um projecto concreto que se possa identificar com o projecto concreto do partido de A, B ou C. Para fazer referência específica à mensagem de Ano Novo, eu direi que grandes pontos que ali são salientados têm necessariamente o nosso acordo. Falar-se por exemplo na importância dos direitos do homem, um ponto de vista sempre por nós expresso; falar-se na importância e no relevo nacional que é de largo consenso que tem a integração na Europa, sempre nos pronunciamos a favor da integração europeia. Portanto quando o Presidente da República diz que esse projecto tem o apoio de larga maioria dos portugueses, pois tem, visto que pelo menos três partidos, e a maioria da Assembleia da República manifestou o seu apoio a esse projecto. Quando se fala por exemplo no sector económico, na existência do sector público importante, mas capaz de ser tecnicamente competente e concorrencial porque de outra forma não merece sobreviver, nós estamos de acordo. Quando se diz que o sector privado deve habituar-se a viver sem os protecçõesismos a que esteve habituado, essa ideia tem o nosso acordo e sempre a manifestamos. Trata-se portanto de grandes linhas e penso que essas grandes linhas têm de facto uma ampla base de consenso da parte de muitos dos portugueses.

— Entre as iniciativas do PSD já programadas inclui-se a apresentação de um projecto de lei de defesa?

— Bom, em relação a iniciativas programadas diria que como compreenderá eu só em relação àqueles projectos que estão mesmo preparados para entrar na mesa é que gostaria de dizer que já estão prontos. No caso do projecto sobre a defesa nacional de há muito vem sendo dito que o Partido dispõe de um projecto, ponderando se o apresenta, se não o apresenta, até à data tem entendido não o dever apresentar. Mas essa ponderação evidentemente vai ser feita, pois houve um consenso geral que explica o facto de não existir nenhum projecto e que revela as próprias dificuldades que a matéria oferecia e ainda oferece.

ESTABELECEU FONTES ENTRE MILITARES E PARLAMENTARES

— A Comissão Parlamentar de Defesa vai este ano ter um papel de peso na elaboração da lei de defesa nacional. Pode dizer-nos em que ponto é que está o projecto dessa lei?

— Posso com todo o à vontade, porque como sabe as comissões não têm iniciativa e isto por uma razão simples. Porque elas têm que elaborar o seu parecer crítico e portanto, se lhes fossem direitos à iniciativa, estavam no fundo criticar-se a si próprios e naturalmente concordariam com o pensamento que tinham expresso. O que se passa é que não existe nem proposta nem projecto de lei de defesa nacional, o Governo não apresentou nenhuma proposta de lei, nenhum partido também apresentou nenhum projecto. Houve um documento, um documento de trabalho, como tal considerado que foi apresentado há já bastante tempo, pelo anterior ministro da Defesa, co-

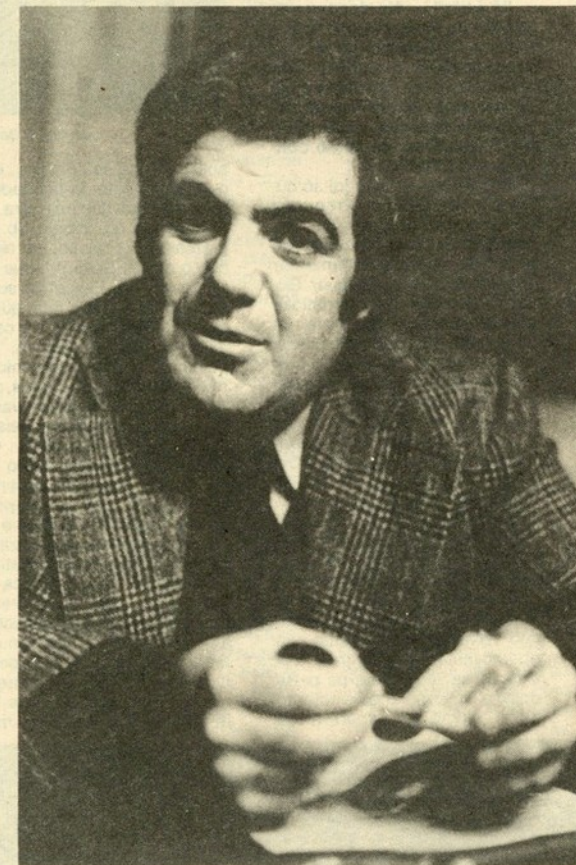
FORÇAS ARMADAS AO NÍVEL DA SUBSISTÊNCIA

— Como é que lhe parece conciliável o aprofundamento das relações de Portugal com a NATO, nomeadamente o aumento de despesas militares, com a necessária austeridade económica?

— Bom, aí está um caso em que por exemplo a Comissão Parlamentar da Defesa tem tido alguma função considerada útil, porque o facto é que as nossas despesas militares têm vindo francamente a diminuir, e neste momento o problema que

se coloca é um problema diferente pois que põe em causa necessariamente também a austeridade, mas põe em causa também, e é o nosso ponto de vista, a própria existência de umas forças armadas modernas e bem equipadas em Portugal.

As restrições orçamentais nos últimos anos têm conduzido a que o peso das despesas militares seja praticamente absorvido por despesas com pessoal. As despesas de equipamento são portanto extremamente reduzidas e direi mesmo que insuficientes. E o que acontece é que esta não é uma situação fácil de corrigir ou de resolver. Em primeiro lugar, porque como se compreende, se não é solução em qualquer sistema económico, também não é solução em termos militares por pessoas que estão ao serviço, pura e simplesmente no desemprego. Ainda por cima com problemas particulares que is-

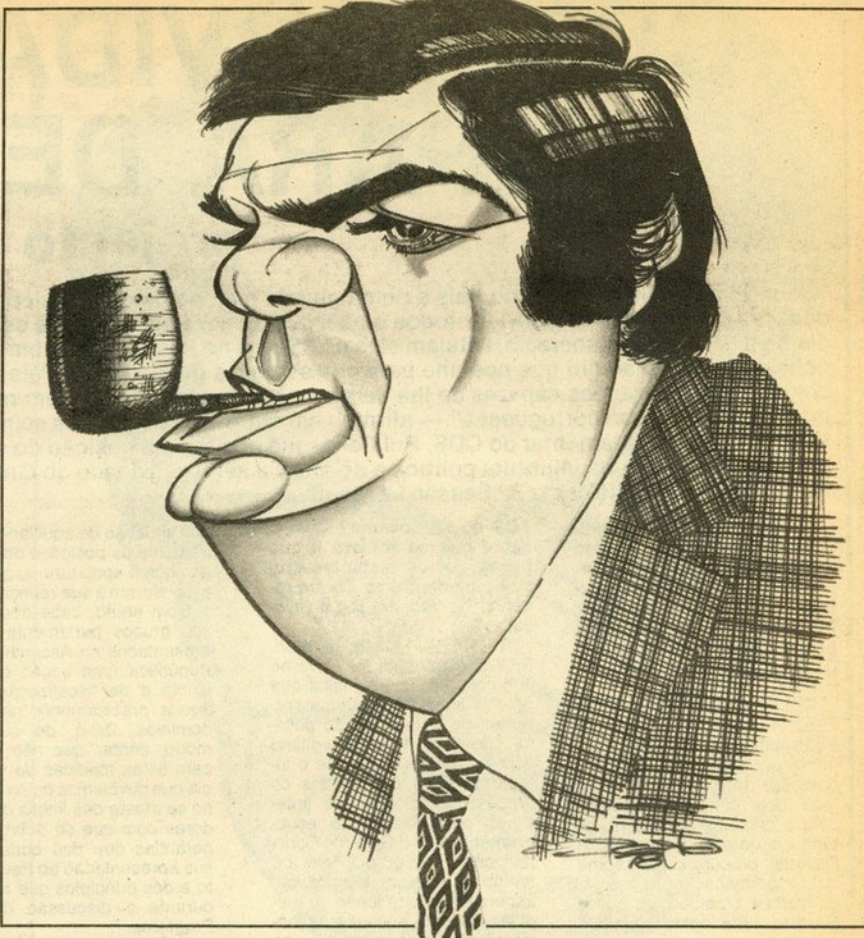


Magalhães Mota: "o programa do Governo não é social-democrata"

so envolvia. E depois há um largo peso que envolve despesas militares mas que talvez incorretamente mas que é o conjunto de pensões, de reforma, de pensões de reserva e tudo isso tem um peso orçamental bastante grande. Depois acontece ainda que boa parte dessas despesas em termos comparativos equivalem ainda mais do que ao próprio processo de inflação, equivalem a uma coisa que para nós é extremamente importante, que é a melhoria das condições em que é prestado o serviço militar obrigatório. As remunerações dos soldados hoje são completamente diferentes e substancialmente melhoradas em relação às que eram por exemplo em 1973, e a própria alimentação é também

substancialmente diferente e também melhor. O preço do fardamento é também completamente diferente e isto traduz-se logo em números que numa in-

corporação são números extremamente altos. Apesar disso, e especialmente se fizermos as contas em termos relativos, não só o valor das despesas militares tem crescentemente diminuído como tem diminuído em relação ao seu peso no orçamento nacional e em relação



ao produto nacional bruto e é por exemplo em relação aos países da NATO, despesas que está nos limites inferiores dessa escala. Creio que aí seria extremamente útil (e, por exemplo os pareceres da Comissão de Defesa têm alguns esclarecimentos que julgo importantes) fazer-se uma divulgação do que tem sido feito em matéria de contenção de despesa, mas por parte das forças armadas que efectivamente tem sido um esforço muito grande e que as temos colocado digamos, ao nível da subsistência como forças armadas.

FIXAR CRITÉRIOS PARA ELEVAÇÃO A CIDADE

— Voltando às iniciativas do PSD, gostaria de saber quais são aquelas que julga mais importantes. Será que tem dez projectos de lei de elevação de vilas a cidades?

— Eu penso que aí o projecto importante por exemplo seria o da fixação de critérios objectivos e racionais e até em termos de ordenamento do território, que tomasse em conta quais são os critérios para elevação a cidades para a constituição de freguesias ou para coisas do género.

— O PSD vai apresentar algum projecto nesse sentido?

— É natural que sim, mas eu aí terei de ser extremamente reservado e não vou de facto enunciar projectos para apresentar.

— Daqueles que já foram apresentados quer destacar alguns?

— Dos últimos projectos apresentados por nós eu consideraria com particular importância um projecto de Lei da Te-

“Fanhões é só fanhões e não é mais do que isso, com todo o respeito por Fanhões que até não sei onde é...”

revisão, outro projecto sobre controlo de informática. São dois projectos que consideramos de muito grande importância. Há um projecto que sendo menor também tem implica-

ções culturais importantes: é o que prevê a revisão do regime fiscal, dos discos e dos livros.

A QUALIDADE LEGISLATIVA NÃO NOS ENVERGONHA

— Estamos praticamente a meio do caminho desta legislação. O que pensa ser necessário fazer para dar ao Parlamento as condições para que as suas potencialidades se afirmem plenamente?

— Houve também um certo progresso nas próprias condições de funcionamento da Assembleia. Penso no entanto que as condições são ainda muito más, e que esse é um problema crucial para o nosso Parlamento. Nós ainda não temos todos os serviços de apoio instalados, temos más instalações em geral para o trabalho dos deputados e para o trabalho dos grupos parlamentares e para os trabalhos das comissões. Dos meios da comunicação social não falo, você sabe melhor que eu as condições em que estão instalados ou não estão instalados. Eu creio que tudo isso é extremamente importante a nosso ver. Por exemplo a biblioteca do Parlamento português é neste momento uma boa biblioteca histórica. Até ao século XIX tem praticamente tudo que se publicava. Neste momento está muito desfada, pois com muita boa vontade também não é uma biblioteca, uma documentalista que serve 250 pessoas a verem documentos. De algum modo diz-se que a melhor biblioteca do Mundo é a do Congresso Americano. Nós não temos sequer nem a melhor biblioteca nem o melhor serviço de informação portugueses. Todos os funcionários de que a Assembleia dispõe também têm péssimas instalações e más condições de trabalho em geral. Basta dizer por exemplo que o Parlamento alemão tem um gabinete de apoio para cada comissão, um subchefe de gabinete com o seu staff, nós aqui temos para todas as comissões uma secção de apoio. Isso dá ideia das condições em que se trabalha. Penso que aí há muita coisa a fazer. Penso que a própria programação dos

— O PSD vai apresentar algum projecto nesse sentido?

— É natural que sim, mas eu aí terei de ser extremamente reservado e não vou de facto enunciar projectos para apresentar.

— Daqueles que já foram apresentados quer destacar alguns?

— Dos últimos projectos apresentados por nós eu consideraria com particular importância um projecto de Lei da Te-

revisão, outro projecto sobre controlo de informática. São dois projectos que consideramos de muito grande importância. Há um projecto que sendo menor também tem implica-

ções culturais importantes: é o que prevê a revisão do regime fiscal, dos discos e dos livros.

Entrevista de PEDRO VIEIRA/Fotos de MARQUES VALENTIM

CDS CONVIDA TODOS OS SOCIAIS-DEMOCRATAS PARA DEBATER AQUILO QUE OS UNE

— projecto anunciado por Rui Pena, líder parlamentar centrista

“Com os olhos postos no País e numa grande maioria dos nossos concidadãos iremos procurar convidar todos os sociais-democratas e os que se reclamam da social-democracia, estejam eles no PSD ou no PS, para, em comum, debatermos tudo aquilo que nos une para que se possa dar ao nosso País um conjunto de realizações capazes de lhe darem novas forças e de fazerem retomar a esperança aos portugueses” — afirmou em entrevista concedida ao nosso jornal o líder parlamentar do CDS, Rui Pena, que nos fala da posição do seu partido face à actual conjuntura política e do que vai ser a actividade do Grupo Parlamentar centrista nesta 3.ª Sessão Legislativa.

“A Luta” — Novas condições políticas estão criadas com a confirmação pelo Parlamento do IV Governo Constitucional chefiado por Mota Pinto. Que significado tem para o Grupo Parlamentar do CDS a confirmação desse Governo?

RUI PENA — Como foi oportunamente referido, a nossa posição justificou-se fundamentalmente por três ordens de considerações: ter o Governo resultado dos contactos havidos com o primeiro-ministro indigitado e a garantia de que esse Governo procuraria ser como que uma emanção da chamada maioria presidencial; que o Governo teria como objectivo principal promover o que foi chamado de encurtamento de distâncias entre os partidos situados na área dessa maioria, procurando, deste modo, um apoio parlamentar com um mínimo de estabilidade; e, finalmente, o ideário programático traçado e as pessoas encarregadas de o executar davam garantias de não colidirem frontalmente com o programa político do CDS.

São estas razões principais, além de outros aspectos oportunamente referidos no debate, que fizeram com que o meu grupo parlamentar votasse contra a rejeição do actual Governo. Consequentemente, embora não o deixemos de considerar como excepcional num regime democrático, devido à sua falta de base partidária, entendemos então, como hoje, estar no melhor caminho que era o de o encontrar adequado para governar o nosso País até 1980.

“A Luta” — O CDS apontou no decorrer do debate do Programa do Governo grande número de indefinições e até de contradições nos objectivos que o Executivo de Mota Pinto se propõe atingir. O mesmo aconteceu com os outros partidos. Que espera

CDS do IV Governo? Qual o papel que se reserva e que pensa que os restantes grupos parlamentares devem reservar na fiscalização do Governo?

RUI PENA — Como já referi, o CDS espera do IV Governo que governe. Isto significa que resolva todos os assuntos correntes de administração pública, com o mérito que é legítimo esperar das pessoas que o integram, que finalize todos os processos iniciados nos anteriores governos, muito especialmente pelo II Governo Constitucional, e que por falta de tempo não foram terminados. Espera ainda que lance as medidas políticas, sociais e económicas que o País carece, no sentido de permitir aos portugueses sustar a desconfiança, em alguns casos até a angústia, que deles se apossou, dando-lhes perspectivas de um horizonte mais claro, com certeza e segurança. Isso terá que ser feito, sem dúvida, com sacrifício para todos nós, mas esperamos que esse sacrifício seja justa e devidamente repartido, pois só assim é que ele pode ser compreendido e seguido.

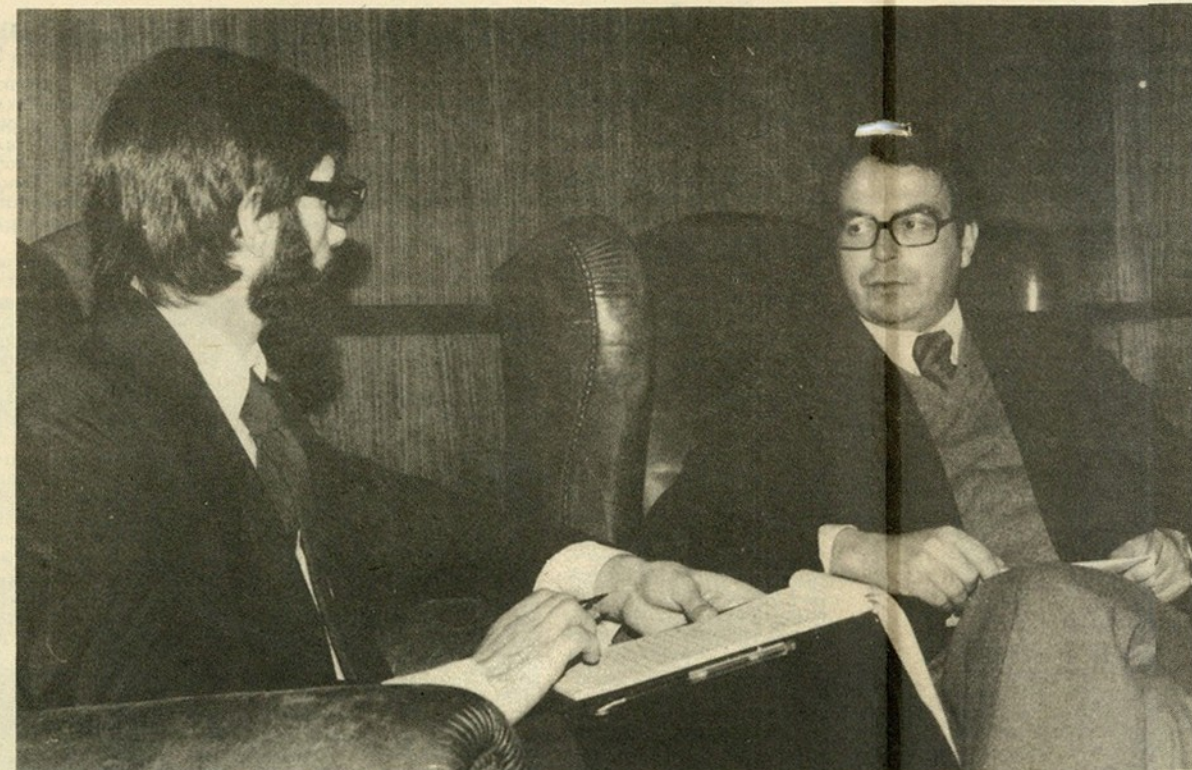
A circunstância do actual Governo se declarar apertado e não acentar directamente em personalidades que por pertencerem a partidos políticos mereceram uma designação expressa pelo Povo, leva-me ao entendimento de que cabe, mais do que nunca, à Assembleia da República, essa sim expressão directa da vontade colectiva, uma tarefa particularmente activa na fiscalização dos actos do Governo, não só quanto ao mérito das mesmas, como sucederia com qualquer Executivo, mas, neste caso, muito particularmente quanto à sua conformação não apenas com o espírito democrático de defesa dos direitos e liberdades do cidadão como também pela

sua situação de equilíbrio relativamente às posições dos partidos que o apoiaram ou que não propuseram a sua rejeição.

Com efeito, cabe aos diversos grupos parlamentares representados na Assembleia da República uma acção de vigilância e de fiscalização mais aguda precisamente naqueles domínios. Devo, de qualquer modo, anotar que não significam estas medidas de vigilância que duvidemos que o Governo se afaste das linhas orientadoras com que se definiu, das garantias que deu quando da sua apresentação ao Parlamento e dos princípios que revelou durante a discussão do seu Programa.

“A Luta” — No decorrer do debate do Programa do IV Governo o CDS demonstrou uma preocupação constante em que o Governo definisse a base de apoio sobre a qual desenvolveria a sua acção. Porquê? Que base de apoio consideraria ideal?

RUI PENA — Não foi só durante a discussão do Programa do Governo que o CDS demonstrou a sua preocupação pela falta de apoio parlamentar que permitisse a qualquer Governo com as características que apresenta o IV executar de uma forma eficiente todos os diversos pontos do seu programa. Ela já havia sido manifestada anteriormente junto do sr. Presidente da República e nas conversas havidas com o primeiro-ministro indigitado. Com efeito, é sabido que um Governo para poder aplicar a sua política necessita de ter não apenas o apoio do Presidente da República, mas também o da Assembleia da República. Um e outro necessitam de ser constantemente reafirmados. Ora, não havendo previamente um acordo institucional entre o Presidente da República, os partidos e o Governo, todo o esforço deste último na tentativa de



Já disse que o CDS fez bem em rejeitar o III Governo e que hoje voltaria a fazê-lo se idêntica situação se repetisse

aplicação da sua política, independentemente da bondade da mesma, pode cair por terra.

Aquando do debate do Programa tive ocasião de referir que o actual Governo, que pretende ser um Executivo suporte, se afirma como tal e que dá mostras de que pode e é capaz de o ser, tem, no entanto, “pés de barro”.

De um momento para o outro pode ruir. Basta, para tanto, que não seja aprovado o Orçamento ou o Plano, pela Assembleia da República. Ora, porque entendemos que o País não pode aguentar continuas crises políticas e que os portugueses estão fartos delas é que nós procurámos sensibilizar os demais partidos democráticos, o Presidente da República e o Governo, para se tentar construir um acordo político de amplo espectro e com um conteúdo não demasiado exigente, diria mesmo com um conteúdo mínimo que penso poderia neste momento congregar a maioria

que se convencionou chamar presidencial.

“A Luta” — Todos os partidos, independentemente do seu voto na moção de rejeição, declaram-se não solidários com o IV Governo. Como interpreta esta conjuntura? Que futuro vê para o Governo face a esta situação?

RUI PENA — Resulta do já anteriormente por mim dito que o IV Governo não é um Governo de algum partido, pelo que, e falo do CDS, não nos solidarizamos com ele. Isso não significa, todavia, que não apoiemos o que entendemos devemos apoiar, mas sim que não lhe damos o nosso apoio. Portanto, isto implica para o Governo, naturalmente, uma grande correcção no seu comportamento político face aos partidos e, não nego, mesmo uma certa habilidade.

Depende destas condições a sua sobrevivência dia-a-dia. Devo dizer-lhe que até este momento, e com uma ou outra acção menos correcta ou menos feliz, se tem desempenhado, no nosso entender, a melhor parte. Mantém um diálogo permanente com as personalidades do meu partido para o efeito designadas e com o Grupo Parlamentar. E isto são princípios que nos compete realçar e enaltecer como definidores de uma linha política de acção que reparamos adequada para esta conjuntura. Se assim continuar, como esperamos, certamente que arredará uma parte muito importante dos obstáculos que à primeira vista se opõem à sua actividade.

“A Luta” — O Parlamento é uma instituição fundamental em Democracia. O Parlamento tem sido alvo de uma forte campanha tendente a retirar-lhe toda ou parte da sua dignidade. Como vê o CDS a ac-

tução do III Governo de Nobre da Costa face à Assembleia da República? Que pensa o CDS possa ser feito para aumentar a dignidade do Parlamento? Qual o papel do Parlamento na actual conjuntura?

RUI PENA — Tudo quanto referi no que respeita ao actual Governo pode, em grande parte e infelizmente, aplicar-se por oposição relativamente à acção do III Governo Constitucional. O CDS apresentou então uma moção de rejeição, o CDS rejeitou-o e posso afirmar-lhe que hoje está ainda mais seguro que procedeu correctamente. O III Governo pura e simplesmente ignorou a Assembleia da República. Simplesmente, a democracia vive da harmonização permanente entre os diversos órgãos de soberania. Nenhum deles pode sobrepor-se aos outros. Nem ignorá-los. O Parlamento, entre todos, é o que é mais sensível à

própria ideia de democracia e aquele em que esta diariamente se realiza. Isso é bastante para garantir a sua dignidade. Todavia, porque, quer queiramos quer não, ainda não adquirimos uma vivência plenamente democrática, considero que esta dignidade, que resulta do livre jogo das próprias instituições democráticas, não jogou ainda a favor da Assembleia da República.

Por isso, torna-se necessário um esforço dos deputados e de todas as forças políticas no sentido de reforçarem através de iniciativas políticas o prestígio da Assembleia da República. E compete também aos demais órgãos de soberania e particularmente ao Presidente da República e ao Governo tomarem iniciativas no sentido de, através de um diálogo mais apurado, promoverem com o Parlamento contactos mais estreitos.

Já referi que hoje, mais do que nunca, perante um Governo apertado, o papel do Parlamento é o de guardião e, em conjugação com o Presidente da República, o de supremo depositário dos valores democráticos constitucionalmente acentes.

“A Luta” — Do III para o IV Governo o CDS mudou o seu voto. Entretanto mudaram os seus dirigentes parlamentares. Que esteve na base de tão radicais posições? Têm elas relação entre si?

RUI PENA — De modo nenhum. Já disse que o CDS fez bem em rejeitar o III Governo e que hoje voltaria a fazê-lo, se porventura idêntica situação se repetisse. A mudança de dirigentes, seja na Direcção do Partido, seja no Grupo Parlamentar, não teve qualquer ligação com o voto do CDS, quer no III quer no IV Governos. Simplesmente correu, entretanto, o nosso III Congresso que, a par de alterações sensíveis na estratégia global do Partido, alterou profundamente as suas estruturas e, naturalmente, também alguns dos seus dirigentes.

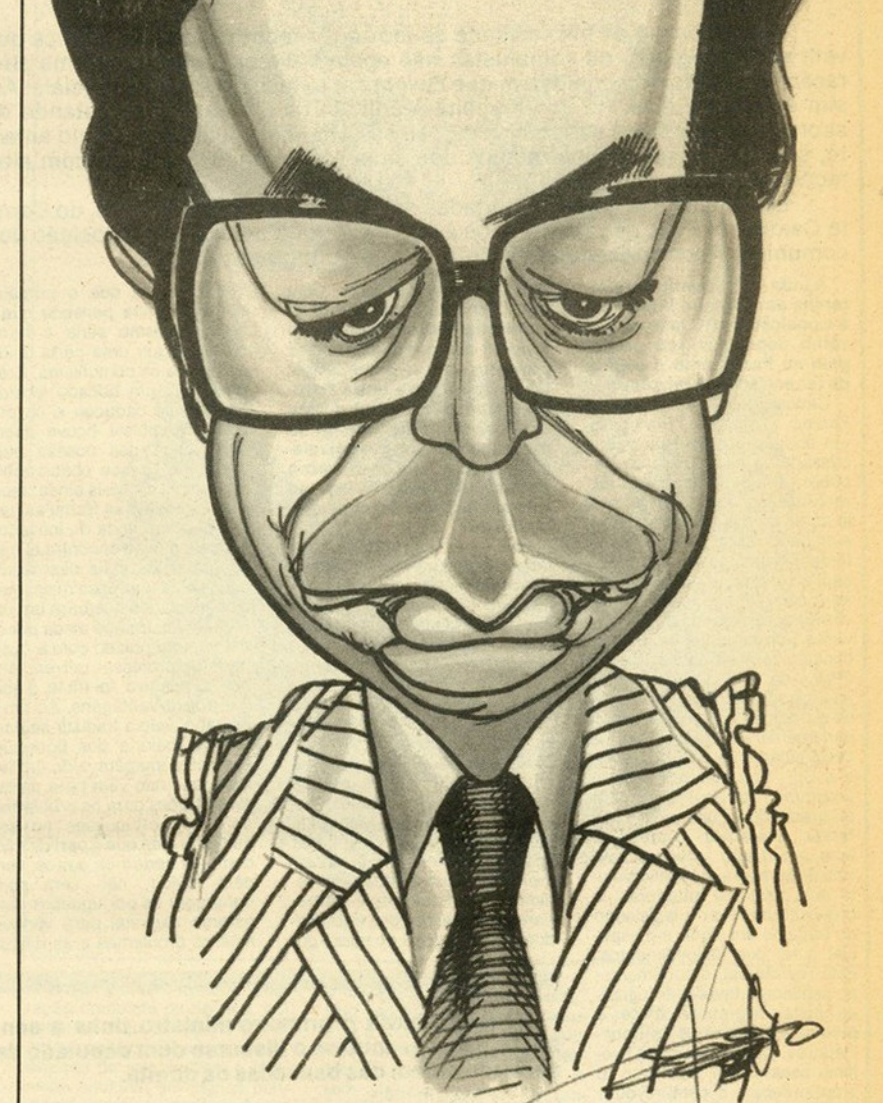
“A Luta” — Importantes projectos de lei vão estar a debate nos próximos meses ou brevemente vão ser postos à votação em plenário. Matérias como o Ensino, Reforma Agrária, Arrendamento

Rural, Saúde, vão ter especial destaque, assim como outras relacionadas com o mundo laboral. Como encara o CDS os diplomas em questão? Que iniciativas legislativas vai tomar?

RUI PENA — Estou há poucas semanas à frente do Grupo Parlamentar. Aquilo em que, com certeza, não serei capaz de substituir a argúcia, a inteligência e o brilhantismo do Adelinho Amaro da Costa, irei procurar fazê-lo em cooperação com todos os membros do Grupo Parlamentar, tentando, através de um trabalho de equipa, suprir as minhas conhecidas deficiências. Esse trabalho já começa a dar resultado e pensamos apresentar nas próximas eleições uma série de iniciativas não só quanto às matérias que indica, como ainda relativamente a muitas outras. Permita-me que cite como principais o conjunto de medidas respeitantes à protecção da família e um outro conjunto de medidas económicas virado fundamentalmente à protecção da empresa e da iniciativa privadas. Irei, além disso, aproveitar todas as potencialidades do Regimento da Assembleia para dar a esta 3.ª Sessão Legislativa uma maior vivacidade que permita realizar convenientemente a função de fiscalização que atrás aludi: a par de debates de política geral, um dos quais quanto à função pública e administração, promoveremos reuniões com perguntas ao Governo, campanhas sobre problemas e sectores específicos da actividade nacional, inquéritos parlamentares, etc.

Creio não ser este momento oportuno para divulgar mais em pormenor as posições que iremos tomar a respeito das matérias que apontou. A par e passo a Imprensa será informada das nossas posições, das nossas iniciativas e dos projectos alternativos que concebemos relativamente a cada um dos sectores referidos, como sucedeu ainda recentemente com o projecto de lei do Serviço Nacional de Saúde.

“A Luta” — O CDS não se mostra favorável a eleições intercalares. O CDS ocupava um espaço político. O PDC e o MIRN “invadiram” parte desse espaço político. O PSD também viu aumentada a sua



“clientela” na mesma área. Como se situa agora o CDS?

RUI PENA — Sinceramente, a sua pergunta envolve questões bastante pertinentes e que procurarei resumir numa síntese. Devo dizer-lhe, antes, que o CDS entende que as eleições intercalares não são convenientes. E não o são, não para o CDS, mas para o País, porquanto o respectivo custo seria demasiado elevado para as es-

cassas vantagens que delas se poderiam retirar e sobretudo face ao período em que os respectivos resultados se projectariam sobre a nossa conjuntura política. O CDS, tem-o afirmado várias vezes, não teme eleições e, sobretudo, não as evita sempre que elas devam ter lugar.

Não creio que o CDS alguma vez pudesse discutir com o MIRN questões de espaço político, como não vejo o CDS susceptível de fazer outro tanto com o PCP. Não há, portanto, “invasão” quanto ao MIRN. Relativamente ao PDC, confesso que alguma coisa deveria ser feita para uma clarificação do nosso leque político. Com efeito, não é cómodo existir um partido que se reclama no nome da Democracia Cristã a par de um partido que, quer nos princípios quer na acção, defende e pratica aquela doutrina. Nesse sentido, deveria ter sido interpretada a nota de boas intenções que o nosso Presidente, Diogo Freitas do Amaral, deixou cair numa das suas últimas intervenções públicas relativamente ao PDC. A resposta, porém, que julgávamos ser sem reservas, apareceu parda e pueril, pelo que mais uma vez os nossos bons oficiais caíram em saco roto. Caberá aos portugueses que aderem ao ideal democrata-cristão decidir em definitivo sobre aquilo que não

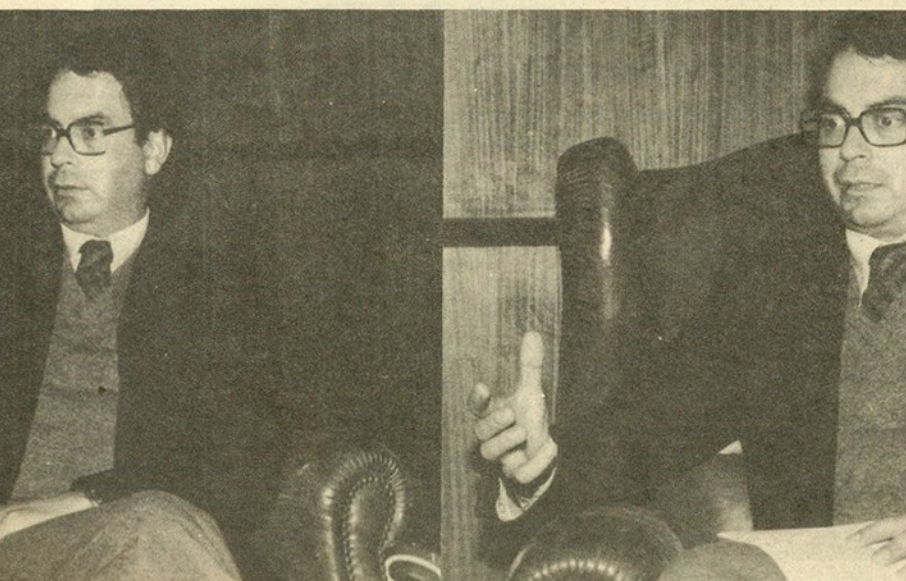
é verdadeiramente uma invasão de espaço político, mas de uma invasão de título que poderia e deveria ser derimida num mero contencioso do tipo de “defesa do consumidor”. Com efeito, relativamente ao PDC o rótulo não condiz com o produto. Relativamente ao PSD, creio que o nosso Congresso é a noção de estratégia de política geral que ali foi aprovada falam bem e com clareza sobre qual a nossa posição face àquele partido. Temos muito de comum quanto ao nosso programa de realizações a curto e médio prazo que desejamos para o País. Todavia, há diferenças e essas situam-se no futuro longínquo em que nós rejeitamos a realização socialista do bem-estar para todos em que a social-democracia parece acreditar, em prejuízo do nosso conceito personalista para alcançar o mesmo fim. Por isso, com os olhos postos no País e numa grande maioria dos nossos concidadãos, iremos procurar convidar todos os sociais-democratas e os que se reclamam da social-democracia, estejam eles no PSD ou no PS, para em comum debatermos tudo aquilo que nos une, e que não é tão pouco, para que se possa dar ao nosso País um conjunto de realizações capazes de lhe darem novas forças e de fazerem retomar a esperança aos portugueses.



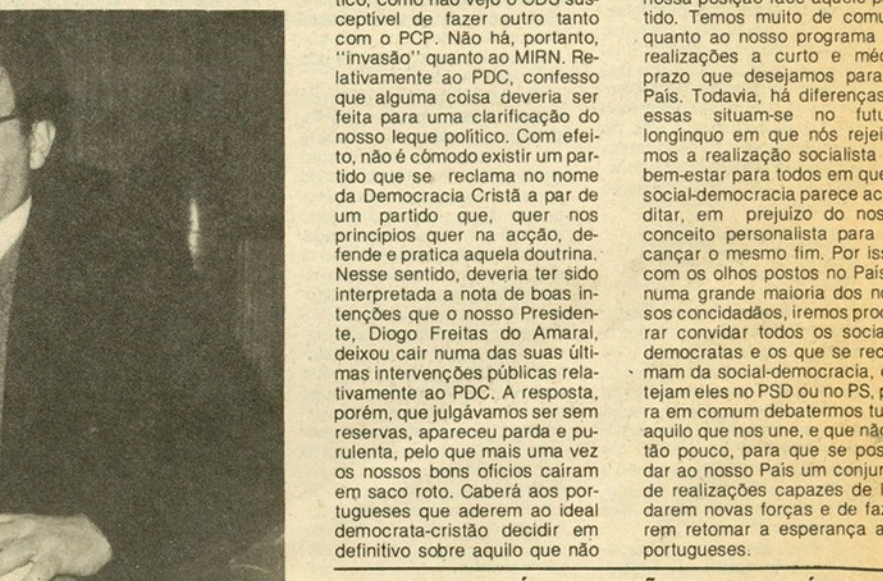
O actual Governo, que pretende ser um Executivo suporte,



se afirma como tal



e que dá mostras de que pode e é capaz de o ser,



tem, no entanto, “pés de barro”

«QUANDO FALAMOS DE RECTIFICAÇÕES ENTENDEMOS QUE DEVEM TOCAR-SE PONTOS ESSENCIAIS»

— afirma Carlos Brito, Presidente do Grupo Parlamentar e membro do Comité Central do PCP

Quando falam da necessidade de introduzir rectificações na política que vem sendo seguida, os comunistas não apelam directamente para uma alteração de fundo mas consideram que devem ser tocados pontos essenciais. Assim é; por exemplo, no que respeita à política de emprego: não estando de acordo com a política económica global, os comunistas consideram, no entanto, que é possível eliminar alguns dos seus efeitos mais gravosos com alterações pontuais.

Esta é uma das questões tratadas na conversa com Carlos Brito, do Comité Central do PCP, que hoje damos à página. Outros pontos são a posição dos comunistas face ao Governo de Mota Pinto e à integração na CEE.

A Luta — Eu queria perguntar-lhe em primeiro lugar qual é a posição do PC face ao Governo depois da sua passagem no Parlamento e depois de ter entrado em funções?

Carlos Brito — A posição do Partido Comunista Português em relação ao Governo agora passado na Assembleia da República é a que decorre da caracterização que dele fizemos já antes do debate parlamentar e no decorrer do mesmo. Manifestamos uma atitude de oposição à fórmula, à composição, ao programa e ao estilo do Governo considerando-o um governo abertamente de direita, constituído na área política do PPD e do CDS, fortemente influenciado pelo PPD, participando e apoiado por grupos extraparlamentares reacçãoários, designadamente o PPM, a CAP e a CIP. Consideramos que o programa do Governo é um programa de recuperação capitalista acelerada. Apresenta uma orientação inovadora extremamente grave relativamente aos governos anteriores: o propósito de rever a legislação do trabalho em vigor, em especial a lei dos despedimentos. Esta revisão vai, naturalmente, no sentido de favorecer o grande capital, os grandes patrões e prejudicar mais ainda os trabalhadores. Quanto ao estilo tivemos ocasião de assinalar, o próprio debate o comprovou e factos posteriores vêm em apoio da ideia de que se trata de um governo de estilo autoritário, queilento, e de confrontação. Portanto, em face desta caracterização a nossa atitude não pode ser outra senão a oposição, clara e firme. Evidentemente que, como temos dito muitas vezes, não somos ditos insensíveis a propostas e projectos justos, independentemente da sua origem e se se viesse a dar a circunstância pouco provável deste governo apresentar medidas, propostas ou projectos justos, em qualquer domínio da vida nacional consideraríamos em face do conteúdo das medidas propostas ou projectos e nos determinaríamos pelo seu significado para a vida do povo, e do país. Isto é: a nossa oposição é uma oposição generalizada, não é uma oposição cega.

Quando ouvia o primeiro-ministro tinha a sensação de que escutava o discurso dum deputado de segunda ordem das bancadas da direita.

Procuramos sim, é aprofundar, mais e mais, as razões da crítica e da denúncia que fazemos dessas orientações, pondo-as mais e mais a nu, demonstrando quanto elas contradizem interesses dos portugueses e de Portugal. Fazemos esses esforços de racionalização da crítica, do aprofundamento da crítica, porque seguramente essa é a melhor forma de atingirmos o objectivo de consciencialização da grande massa dos portugueses, que entendemos como um dos deveres que se coloca ao nosso partido. Quanto à agressividade do actual primeiro-ministro, revela-se sobretudo durante o debate do Programa do Governo, eu queria dizer-lhe que ao ouvi-lo tinha a sensação de que escutava o discurso dum deputado de segunda ordem das bancadas da direita e não a palavra de um político investido das responsabilidades de primeiro-ministro. Creio que ficou patente que o anticomunismo primário, rasteiro, de que o primeiro-ministro fez uso, tinha em vista esconder a fragilidade das suas posições e das suas orientações políticas. Creio que se tornou muito transparente que o primeiro-ministro fez uso do anticomunismo quando colocado em dificuldades para responder a questões concretas que da parte dos deputados comunistas lhe foram colocadas a respeito de problemas nacionais.

«FAZEMOS ESFORÇOS DE RACIONALIZAÇÃO DA CRÍTICA»

L. — É notória uma maior tolerância no discurso político do Partido Comunista de há uns tempos a esta parte, coisa que é considerada por alguns observadores como uma manifestação de realismo político e por outros como manobra táctica visando a destruição do slogan de "duroza estalinista" usado nas críticas aos comunistas.

O Prof. Mota Pinto recusa de certo modo um anticomunismo feroz e frontal que

estava sepultado por uma certa "coexistência pacífica" verificada em momentos anteriores designadamente nos governos que o precederam. Que significado é que o Partido Comunista atribui a esta atitude? O endurecimento da crítica a este governo em relação anterior do eng. Nobre da Costa, tem conexão com esta realidade?

C.B. — A sua pergunta contém alguns pressupostos que importa esclarecer, antes de responder às interrogações que me coloca. Quanto ao pressuposto de que o nosso discurso é actualmente mais tolerante, bem isso é uma impressão um tanto subjectiva. De facto, no nosso discurso crítico, na nossa contestação relativamente, por exemplo à política de recuperação capitalista, à política de submissão aos ditames e às exigências do Fundo Monetário Internacional, não há nenhuma espécie de tolerância. E o mesmo no que toca a todas as medidas e orientações que contra os interesses dos trabalhadores e da maioria do nosso po-

provável que o primeiro-ministro tenha pensado que o anticomunismo seria a forma de conseguir uma certa unidade contra os comunistas. Creio que ficou um bocado isolado. Esse estilo caducou e na própria Assembleia houve quem, bem longe das nossas posições, lhe fizesse observações depreciativas. Mais ainda: repare que mesmo as fórmulas usadas não têm nada de inovador. É aquilo que se encontra aí nesses pasquins mais desclassificados e na imprensa mais reacçãoária. Creio que para um primeiro-ministro que ainda por cima vem aureolado com a qualidade de professor universitário não foi positivo, foi triste, e nem lhe trouxe vantagens. Ao fim e ao cabo, veio a traduzir-se para grande maioria dos portugueses nesta imagem: a de um homem que não vem para procurar soluções para os problemas com os portugueses no seu conjunto mas que a partida vem com uns contra os outros; vem para dividir, não vem para congregar os portugueses num esforço nacional para vencer os seus problemas e as dificuldades.



Carlos Brito: «Ficou patente o anticomunismo primário do primeiro-ministro»

refere à fórmula e no que se refere à actuação de alguns departamentos) de carrear elementos e motivos de preocupação que não podem deixar de estar presentes quando se aprecia um governo de fórmula semelhante. Você repare por outro lado que, não é questão que mereça dúvidas que este governo é mais abertamente à direita que o governo de Nobre da Costa, repare que até o Partido Socialista que foi tão crítico em relação ao governo Nobre da Costa, afirma que este governo é o mais conservador depois do 25 de Abril. Creio que isso é bastante para que a nossa oposição de crítica seja mais severa em relação ao Governo Mota Pinto. Este governo mantém no plano económico e financeiro a mesma orientação, quicá num ou noutro ponto até agravada relativamente ao Governo Nobre da Costa, traz uma proposta de maior agressividade contra os interesses e os direitos dos trabalhadores. Tudo isso está na raiz da nossa oposição. Por último, nós criticamos na composição do governo Nobre da Costa, com muita vivacidade, a equipa do MAP mas essa equipa nessa altura ainda não tinha actuado. Essa equipa actuou depois e notabilizou-se por um estendal de arbitrariedades, ilegalidades e violências contra a Reforma Agrária, os

C.B. — Bem, sem dúvida que a atitude do Partido Socialista relativamente a este governo, é profundamente diferente da atitude do Partido Comunista. O Partido Socialista, deu luz verde a este governo com a sua abstenção. A abstenção neste caso não tem o significado que tem noutras situações. A abstenção neste caso foi na condição para que este governo pudesse passar e governar na plenitude das suas competências constitucionais. Portanto é o Partido Socialista que de alguma maneira garantiu a passagem do governo e nesse sentido assumiu uma enorme responsabilidade pela sua actuação futura. Creio que não se tratou duma atitude circunstanciosa.

A abstenção do Partido Socialista foi a condição para que este governo pudesse passar e governar.

trabalhadores e os agricultores na zona de intervenção. Essa equipa foi toda reduzida. Ora isso não podia deixar de ser um elemento mais e neste caso um elemento fundamental para que se acentuasse a severidade da nossa crítica e da nossa oposição.

O PS VAI GOVERNAR O COM O NOSSO

L. — As posições do Partido Socialista e do Partido Comunista são divergentes no que respecta a este governo. Para o PC é um governo que nunca deveria ter nascido. Pa-

ra o PS este governo apesar da anormalidade na fórmula é politicamente expressão do rotativismo, no caso concreto de uma subida ao poder da anterior oposição, de uma subida ao poder que responsabiliza directamente o PSD. A pergunta que eu lhe queria fazer, partindo destes pressupostos, é de que até que ponto é possível fazer funcionar no Parlamento uma maioria correctiva dos desvios mais notórios que o gabinete pretende operar, designadamente nos sectores geralmente classificados de mais quentes?

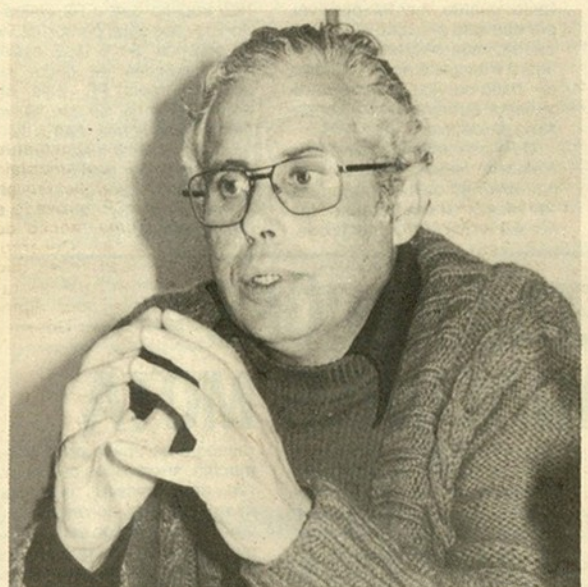
C.B. — Eu diria que a questão do OGE até pode ser considerada um pouco independentemente da atitude que já vinculamos quanto à política global do Governo. E isto porque nós temos condenado toda a política económica e financeira e as orientações orçamentais que têm vigorado nestes últimos anos. Relativamente ao governo Mota Pinto, não há nenhuma razão para admitir que essa política económica financeira e orçamental sofra qualquer inibição substancial. Há em Portugal um único grande partido que está em oposição à submissão às exigências do Fundo Monetário Internacional e que apresenta em relação a essa política de submissão ao imperialismo uma proposta alternativa: esse partido é o Partido Comunista Português. É de esperar que a proposta de OGE que o Governo Mota Pinto vai apresentar tenha bastante semelhança com os que foram apresentados pelos dois governos de Mário Soares. Por tudo o que se conhece do Programa do Governo e da sua actuação, o que é natural é que o PCP esteja contra as propostas do Orçamento Geral do Estado e do Plano para 1979, a não ser que se produzisse o milagre de este governo fazer as rectificações ou uma boa parte delas, que nós temos reclamado. Rectificações no sentido de uma política de pleno aproveitamento dos recursos e capacidades nacionais e assente nas realidades que se criaram depois do 25 de Abril, como as nacionalizações à Reforma Agrária, o controle de gestão e outras conquistas dos trabalhadores e do povo. Rectificações que

compreendam a ideia fundamental de que é com os trabalhadores, com o Povo português, que podemos vencer as dificuldades.

A DERROTA DO PLANO E DO OGE SERIAM UMA DERROTA POLITICA

L. — Se o Orçamento e o Plano não forem aprovados aceita o PC que o Governo possa continuar a governar com o regime dos duodécimos?

C.B. — Eu começo por duvidar da possibilidade das propostas do OGE e do Plano correrem o risco de não serem aprovadas. A atitude tomada pelo Partido Socialista em relação à Lei de alterações do OGE para 1978 deixou a impressão de que o PS não irá contrariar a proposta da OGE para 79. Mas se o Governo vir recusada a sua proposta de Orçamento e do Plano para 1979, não é obri-



Carlos Brito: o PCP manifesta aberta oposição ao Governo

gado a demitir-se. Isso representaria sem dúvida, uma grande derrota política para o Governo mas que não o forçava à demissão nos termos constitucionais. Em todo o caso, o Governo devia tomar a rejeição como uma manifestação de facto de confiança por parte da Assembleia da República.

Observe-se no entanto que, a rejeição das propostas de lei do Plano e do OGE, acarretando ou não a demissão do Governo, está prevista no nosso quadro legal e a verificar-se poria em funcionamento o regime dos duodécimos. Será, aliás, neste regime que o País viverá no primeiro trimestre de 1979, uma vez que o Governo Mota Pinto só a 15 de Fevereiro apresentará à Assembleia da República as propostas de lei do Plano e do OGE.

UMA OUTRA ORIENTAÇÃO ECONÓMICA

L. — O problema do emprego é um dos mais delicados da política portuguesa. O PCP tem manifestado as suas discordâncias quanto à política seguida. Mas que soluções de alternativa propõe?

C.B. — Sobre o assunto, temos as maiores preocupações de que a política económica e

financeira que tem vindo a ser seguida e que este Governo se propõe continuar, designadamente com a restrição do crédito, as altas taxas de juro e a desvalorização do escudo venha a agravar consideravelmente o problema do desemprego. É sabido que em consequência dessa orientação económica, financeira e monetária, numerosas pequenas e médias empresas estão a ver agravados os seus problemas, entram em grandes dificuldades e algumas delas encaminham-se para a falência. Isso significa que pela via da falência podemos ver aumentada consideravelmente a massa dos desempregados. Por outro lado como já tivemos ocasião de assinalar o Governo ao anunciar o propósito de rever a Lei dos despedimentos visa facilitar os despedimentos. Visa facilitar a ruína número considerável de trabalhadores. Como sabe, mesmo com a lei em vigor que dificulta os despedi-

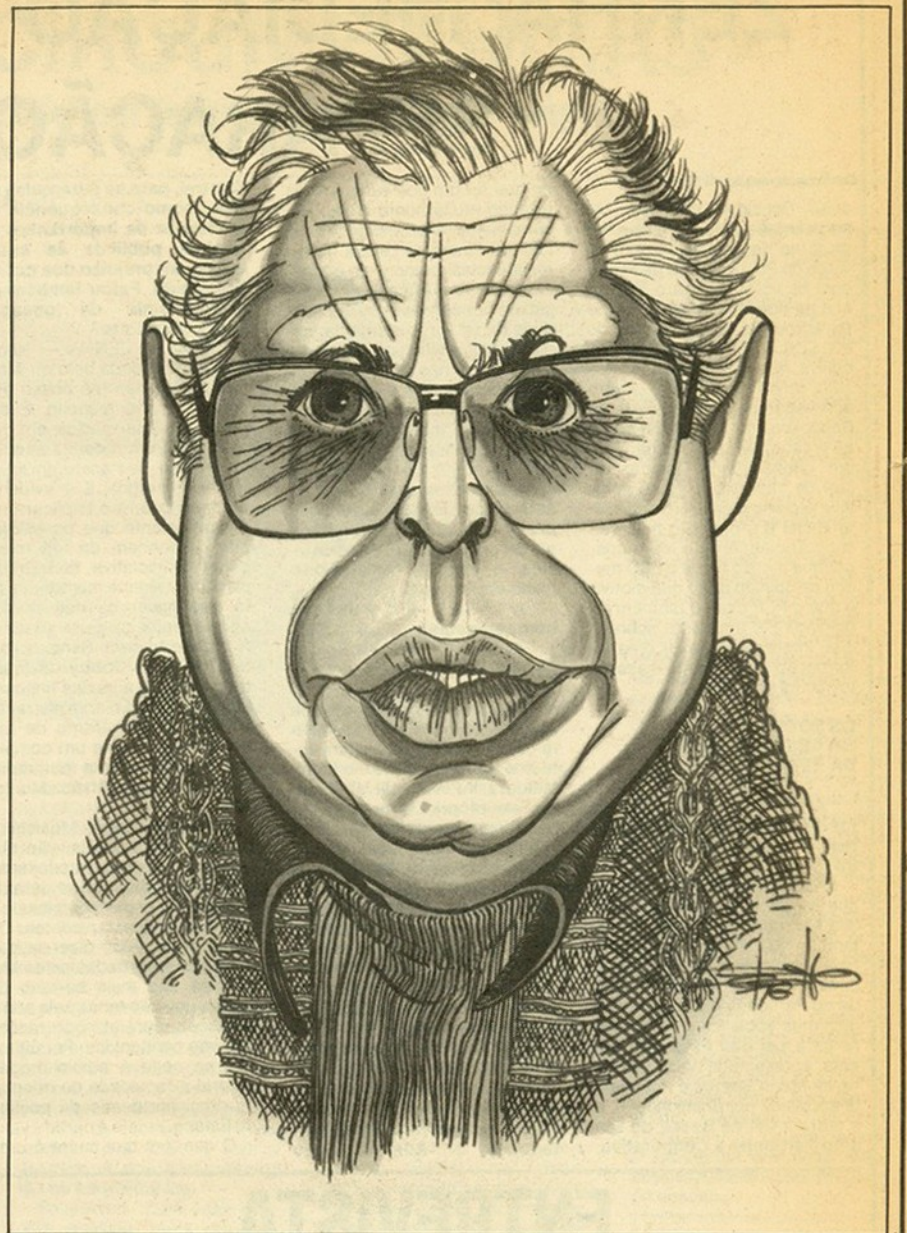
redução mas o aumento da produção, utilizando toda a nossa capacidade instalada — que está longe de o ser — utilizando todos os nossos recursos, conseguindo o empenhamento generalizado dos trabalhadores e do povo português, diminuindo as importações de produtos não apenas de luxo mas de produtos mais facilmente dispensáveis, substituindo importações, produzindo cá no país muitas coisas que estamos a importar, apoiando seriamente a agricultura e as pescas. Entendemos designadamente que toda a política de agressão à Reforma Agrária contraria os interesses da economia nacional, contraria o combate do desemprego. Também pensamos que aqui o sector público pode ter um papel extremamente importante. Isso pode ser atingido não com uma política de segregação no sector público mas ao contrário com uma política de mais firme apoio ao sector público. E com medidas económicas, com uma nova orientação económica que a nosso ver é possível melhorar a situação no plano do emprego e reduzir a massa dos desempregados que neste momento constitui uma das grandes calamidades com que o País se defronta e que a nosso ver, com uma política que vem a ser seguida e que este Governo se propõe continuar, tende a agravar-se e não a atenuar-se a curto prazo.

L. — A questão mais concretamente seria esta: não pensa que com esta política financeira global (que já me disse que o Partido Comunista contesta com argumentos que são por demais conhecidos) seria possível encontrar no plano da gestão das empresas, ou da gestão dos recursos dentro deste grande plano, soluções que não só minorem o desemprego como aumentem os postos de trabalho?

C.B. — Observei-lhe já que se se rectificasse a política que tem sido seguida nos domínios da redução do crédito, das altas taxas de juros e da desvalorização do escudo, isso poderia ter uma influência benéfica sobre a situação de emprego. E digo-lhe uma coisa: isto não são questões de natureza ideológica, são coisas práticas, concretas...

L. — A questão muito concreta é esta: os empreendedores fazem exigências. O que eu queria saber era se mesmo com os compromissos assumidos em resposta que são compromissos para obter determinados financiamentos não seria possível aproveitar de forma mais racional esses capitais, de maneira a garantir o emprego e a organizar as empresas existentes mantendo os postos de trabalho e eventualmente aumentando-os. As elevadas taxas de juros são sem dúvida de desvalorização do escudo e sem dúvida uma dificuldade, mas há pontos de rotura noutros domínios, exactamente no que respeita já à gestão das próprias empresas...

C.B. — Bem, você repare que nós usamos a expressão de que "são urgentes, são necessárias rectificações", isto significa que admitimos que, muito



embora não havendo uma alteração completa da política, poderiam atingir-se alguns resultados positivos se ela fosse modificada de acordo com o interesse nacional em alguns pontos capitais. "Rectificações", implica tocar alguns pontos essenciais. Você desce na escala para medidas que podem ser, digamos, importantes a nível sectorial. Quando nós defendemos as rectificações, pensamos nalgumas grandes rectificações. Fazer pequenas rectificações ao nível de gestão, do processo produtivo, é sem dúvida importante mas não

Há em Portugal apenas um partido que se opõe à submissão ao Fundo Monetário Internacional: trata-se do PCP.

modifica a situação no seu conjunto. A nossa posição quando falamos de rectificações, é na verdade, a de corrigir aquilo que está errado, e isto sem pressupostos ideológicos.

A REVISÃO CONSTITUCIONAL

L. — Hoje há uma campanha e fala-se já com uma certa insistência na revisão constitucional em 1980, sobretudo no campo da direita que é objectivamente quem mais interesse tem nessa revisão. Parece ser no entanto um facto que a prática política do período constitucional se tem mostrado ela própria inadequada em muitos pontos ou no texto constitucional. E que o controlo da constitucionalidade tem sido também muito mais formal do que substancial, contribuindo de algum modo para esta situação. Até que ponto é que

o carácter de "letra morta" que em muitos pontos assumiu a Constituição não importa a sua revisão? Outra questão é a de saber se o PC já tem algumas ideias no que respeita ao problema do controlo da constitucionalidade para momento exterior?

C.B. — A nossa posição é a de que a questão da revisão constitucional tem um tempo e tem um lugar e que a própria problemática da revisão tem limites.

Tudo isto está estabelecido pela própria Constituição. A revisão só poderá ser feita depois

e situações de facto que distorçam o regime democrático constitucional. E o que temos feito.

São as forças reacçãoárias que apelam e pressionam à violação da Constituição. Não podemos aceitar que as violações à Constituição provocadas por essas forças se tornem depois num argumento que justifique a revisão constitucional e que justifique as campanhas que essas forças dirigem contra a Constituição.

Estariam, se o permitissemos, caídos naquela situação que se tornou premente na 1.ª República.

Antes do 28 de Maio os fascistas e as forças reacçãoárias desestabilizavam a situação e paralisavam o país, arvoravam depois as suas próprias práticas em argumentos a favor da liquidação das liberdades e da democracia.

O povo português tem esta experiência. A desestabilização provocada pelas forças reacçãoárias não pode legitimar os objectivos reacçãoários.

As tentativas, as manobras, as pressões das forças reacçãoárias para a violação da Constituição devem levar as forças democráticas a reagir e tomar medidas para conter as campanhas contra o regime, contra as instituições e contra a Constituição.

A LÉI BARRETO É INCONSTITUCIONAL

L. — Não lhe parece que há uma certa fragilidade no controlo da constitucionalidade?

Continua na pag. X

ZENHA: MEDIAÇÃO PRESIDENCIAL VIOLA SEPARAÇÃO DE PODERES

Continuação da pág. III

cular. Considero que essa Lei apresentada pelo PS e aprovada já na generalidade, com os votos do PS, do CDS e do PCP e com os votos contra o PSD; e que na comissão especializada foi aprovada com os votos do PS, CDS e PSD e com os votos contra o PCP, é uma lei das mais importantes que foram aprovadas pela Assembleia da República, no ano passado. E no entanto, as pessoas não têm um conhecimento exacto do que de importante ali se aprovou; e como o projecto socialista inicial e o projecto final são substancialmente idênticos, por que motivo é que o PSD mudou de opinião e por que motivo é que o PCP mudou também de opinião? Eis um ponto sobre o qual interessava haver uma informação e no entanto o assunto não foi abordado.

OS SOCIALISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"A LUTA" — Que balanço faz da actividade dos socialistas na Assembleia da República?

SALGADO ZENHA — Note que no ano transacto as duas leis que considero mais importantes, que foram aprovadas pela Assembleia da República, ambas eram da responsabilidade do Partido Socialista, ou dos governos socialistas. A primeira foi a Lei das Finanças Locais, apresentada pelo I Governo de Mário Soares e finalmente aprovada por unanimidade; e a outra a Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo,

de que fui um dos subscritores e tenho muita honra nisso. Relativamente à promulgação da Lei das Finanças Locais houve resistências, como é do conhecimento geral e a sua ultrapassagem ficou a dever-se à actividade de esclarecimento da opinião pública feita pelo PS. É um ponto que nós consideramos fundamental para o reforço da vida municipal portuguesa e o PS está na intenção de apresentar na Assembleia da República projectos de leis que complementem esse passo, no sentido da descentralização e designadamente pensa apresentar um projecto de lei que visará a criação das regiões-plano em Portugal.

"A LUTA" — E a lei das competências?

SALGADO ZENHA — Bom, a lei das competências deveria ter sido revista até ao fim do ano. Mas, por acordo entre os partidos políticos, resolveu diferir-se a sua apreciação para este ano, porque o governo manifestou a intenção de apresentar, ele próprio, uma proposta de lei nesse sentido. Não faria sentido, por outro lado, discutir na Assembleia da República a revisão da lei das competências sem que a lei das finanças locais tivesse sido promulgada pelo Chefe do Estado. Essa seria uma situação de indefinição, que esvaziaria de qualquer alcance concreto a própria discussão parlamentar.

"A LUTA" — Numa entrevista publicada há dias, o primeiro-ministro Mota Pinto falou da transferência de encargos, que habitualmente pertenciam à Administração

Central, para as autarquias locais, como consequência da afectação de importantes dinheiros públicos às autarquias, em prejuízo dos cofres do Estado. Falou também na transferência de pessoal. Que pensa disto?

SALGADO ZENHA — Não li a entrevista dada pelo dr. Mota Pinto, logo não me posso pronunciar a seu respeito. É evidente que, na medida em que se transferem receitas para os Municípios, se transferem igualmente encargos. E é evidente também que isso implicará necessariamente que os Municípios disponham de um maior poder de iniciativa, de que não dispõem até este momento e terá que haver os necessários ajustamentos da parte da administração central. Simplesmente, o principal lobby de resistência contra a lei das finanças locais tem sido a administração central, o centralismo de Lisboa, porque existe um complexo de superioridade (ou inferioridade!) em relação aos Municípios.

É evidente que os Municípios não são todos iguais, não têm todas a mesma capacidade, mas respondem todos perante as próprias populações locais e irão a elas prestar contas. De modo geral, pode dizer-se que as obras executadas pelos Municípios são mais baratas do que as que são feitas pela administração central, por razões que são conhecidas. Por último não se nega à administração central a faculdade de orientar os domínios gerais da política do Estado.

O que tem que haver é uma

definição entre qual é a esfera de competência da Assembleia da República, como fiscalizadora do Governo e a esfera equivalente das assembleias municipais, ao controlarem os executivos municipais. O que não é legítimo é que o Governo, que é controlado pela Assembleia da República possa exercer actividades que são do domínio próprio do Poder Local. É uma nova vida local que se está a criar em Portugal, que tem as suas dificuldades e levanta resistências, mas a descentralização é um elemento fundamental para a consolidação da democracia no nosso País.

"A LUTA" — E a Lei de Bases Gerais do Ensino Particular e Cooperativo?

SALGADO ZENHA — A Lei foi aprovada já pela comissão especializada e subirá ao plenário da Assembleia da República dentro de alguns dias. Representa uma nova etapa do ensino em Portugal, porque o ensino, como sabe, no tempo da monarquia absoluta, era um monopólio da Igreja Católica e das instituições religiosas; depois, com a I República, houve uma concepção laica, que pretendeu substituir esse monopólio eclesiástico por um monopólio estatal (a chamada escola única e laica); existe agora uma concepção em que, embora o Estado tenha a obrigação de satisfazer todas as necessidades públicas em matéria de ensino, se reconhece ao ensino particular e ao cooperativo um lugar tendente a garantir o pluralismo educativo e ideológico, que é necessário a uma verdadeira vida democrática em Por-

tugal. Creio que essa Lei, que é uma das mais importantes, virá a exercer a médio e longo prazo uma influência muito importante na vida portuguesa.

"A LUTA" — Sobre a Lei do Orçamento Geral do Estado, que deverá ser em breve submetida à apreciação da Assembleia da República, ela constituirá uma etapa fundamental para a acção do IV Governo Constitucional. Caso este Governo veja o seu OGE "chumbado" na A.R., que se passaria então? Caso se demitisse, que faria o PS? Note que o dr. Mota Pinto deu a entender na referida entrevista que, caso a Assembleia espartilhasse a acção do Governo a que preside, a demissão seria o caminho mais provável.

SALGADO ZENHA — Apesar de não ter lido a entrevista, penso que a dificuldade principal é que este Governo se não apresenta como um Governo apartidário, mas como um Governo presidencial. Isto é, a Assembleia da República é chamada a apreciar actos e um Governo que recolhe a sua valorização democrática originária da vontade do PR.

Naturalmente que o PS lutou, tanto quanto lhe foi possível, por que esta situação não fosse criada, mas naturalmente que agora é levado a aceitá-la como um dado da vida política portuguesa e actuará com a necessária prudência.

O PS não tem medo de novas eleições, mesmo que se diga que amanhã o Povo português vai reduzir a sua votação nas nossas listas. Pois, paciência,

se assim acontecer, nós somos democratas.

"A LUTA" — Mas considere a quebra eleitoral do PS um dado certo?

SALGADO ZENHA — Não, de forma alguma, estou a referir-me à ameaça que se faz disso acontecer. Estou convencido de que as coisas se não vão passar assim e lutaremos para que isso não aconteça. De qualquer forma, não são pessoas que nunca lutaram por eleições livres antes do 25 de Abril que nos vêm agora dar lições de democracia!

Mas temos que ter consciência de que se vive no mundo inteiro, e em Portugal, uma crise económica prolongada e difícil, que não pode ser escamoteada através de uma actividade superficial e sem um aperfeiçoamento necessário. Isso implica uma actividade de solidariedade a nível nacional, no quadro do pluralismo democrático. E o PS está numa posição em que não irá vetar esforços de outros, mesmo que eles se exerçam através de uma fórmula política com a qual não concordamos. O PS tenderá a criar um clima de estabilidade política e democrática em Portugal. Isso não implica que o PS venha a abdicar dos seus pontos de vista próprios. Se o OGE estiver em condições de poder ser aprovado pelo PS, pois nós aprová-lo-emos. Se não estiver nessas condições, não o faremos. O problema fundamental é pois o de saber qual é o OGE e qual o Plano que o governo tenciona apresentar e que nós ainda não conhecemos.

ENTREVISTA COM CARLOS BRITO

Continuação da pág. IX

C.B. — Podemos ter os nossos desacordos e considerar que neste ou naquele caso, o controlo da constitucionalidade não foi feito da forma que entendemos por adequada. Consideramos que a lei Barreto é inconstitucional. Não o entendeu assim o órgão a quem compete fazer o controlo prévio da constitucionalidade dessa lei. Em relação a outras temos também opinião diferente.

Mas daí até chegarmos ao ponto de que não há controlo da constitucionalidade ou de considerar que há uma imensa fragilidade desse controlo vai grande distância.

Creio que se compararmos a nossa realidade com a realidade de outros países que vivem em regime democrático, as coisas não são substancialmente diferentes e é esta noção realista das coisas que nós portugueses temos de ter. Que de maneira nenhuma isso se possa transformar num argumento contra a Constituição e contra o regime constitucional. Agora foi considerada inconstitucional a lei eleitoral. A nossa posição, não é fazer disso uma questão política. A nossa posição é de que as forças democráticas devem tomar uma iniciativa muito pronta, muito rápida no sentido de reiniciarem o processo legislativo e aprovarem uma lei eleitoral que tenha em conta as objecções de constitucionalidade feitas pelo Conselho da Revolução. Não me parece que isso seja complexo, nem moroso.

Não se pode manter o vazio legislativo em matéria de lei eleitoral para a Assembleia da

República. Isso é perigoso, pode alimentar hábitos e situações de facto desfiguradoras do regime democrático. Pensamos por isso mesmo que é à Assembleia da República que cabe e compete actuar muito prontamente para preencher esse vazio. O Grupo Parlamentar do PCP apresentou em 21 de Dezembro um projecto de lei com este objectivo.

OS COMUNISTAS SÃO CONTRÁRIOS CEE

L. — Uma última questão: a maioria das forças políticas portuguesas é favorável à integração de Portugal na CEE. O Partido Comunista manifestou a sua oposição absoluta numa primeira fase e ultimamente têm posto algumas reservas à integração. Neste momento em que se desenvolvem negociações para a adesão às Comunidades Europeias, gostava que me dissesse quais são as condições mínimas que não entender dos comunistas devem ser consideradas.

C.B. — As condições mínimas que nós desejaríamos são tantas que levariam à atitude exacta que nós temos: à atitude de sermos contrários à integração. Defenderíamos que a integração não pudesse de maneira nenhuma brigar, ofender, violar os termos da nossa Constituição. Defenderíamos que a integração não pudesse de maneira nenhuma afectar a agricultura, o sector das pescas, e a indústria portuguesas. Defenderíamos que a integração não tocasse minimamente nas conquistas democráticas do nosso

povo. Defenderíamos que a integração não pudesse prejudicar a necessária e urgente diversificação das nossas relações externas. Defenderíamos que a integração não afectasse de maneira nenhuma o reforço dos laços de cooperação com os Estados independentes que se constituíram nas antigas colónias portuguesas. Defenderíamos que a integração de maneira nenhuma pudesse pôr em causa a independência nacional e sujeitar o país a instituições supra-nacionais e a decisões supra-nacionais.

L. — Não lhe parece que havendo o pressuposto de que a maioria das forças políticas são favoráveis à integração europeia há um papel importante a desempenhar pelas forças da esquerda numa modificação da Europa dentro desse contexto?

C.B. — No que nos toca a nós, participaremos em todas as estruturas onde tivermos lugar pela confiança que nos é dada pelo povo português, pela nossa força eleitoral, pela nossa representação nos órgãos de soberania. Participaremos em todas as estruturas precisamente para atenuar os efeitos nefastos que a integração representa para Portugal. Participando estaremos sempre com as demais forças democráticas na luta pelos ideais comuns da paz, da liberdade e da democracia, do progresso social, de liquidação da exploração do homem pelo homem, do socialismo.

Nota — Esta entrevista foi recolhida há cerca de três semanas.

DECLARAÇÕES DE MAGALHÃES MOTA

Continuação da pág. V

trabalhos também poderá ser melhorada e se as comissões tiverem também melhores condições de trabalho que é possível obter maior rendimento dos trabalhos do plenário. Em todo o caso eu direi que a eficácia do trabalho parlamentar, a eficácia e a qualidade não são de modo nenhum capazes de deslustrar o Parlamento português antes pelo contrário. Nós temos aprovado, discutido, votado propostas em número superior ao de outros Paramentos e a própria qualidade legislativa não é de modo a envergonharmos. Se nós compararmos as condições de trabalho, por exemplo, de um membro do Governo, com as de qualquer deputado que apresenta o projecto, verificamos que nenhum de nós dispõe de serviços nem de direcções-gerais nem sequer dum gabinete de apoio pessoal.

ESTRATÉGIA TEM DE SER REVISTA

— Finalmente eu gostaria de lhe perguntar como é que os "inadiváveis" que estão à frente do grupo parlamentar conciliam a direcção do grupo parlamentar com a direcção política de partido e também com o Governo sombra, onde, segundo informações que pelo menos até à data não foram desmentidas predominarão elementos que não se podem considerar afectos ao grupo conhecido por "opções inadiváveis"?

— Bom, eu direi que em ter-

mos de estratégia de partido como eu disse há pouco, a estratégia é uma só. Não é definida pelo grupo parlamentar, portanto aí o grupo parlamentar tem a sua missão digamos que facilitada. Por outro lado eu direi que, repetindo um tema que tive ocasião de dizer nas primeiras Jornadas Parlamentares que as Jornadas também constituíram um teste democrático, pois houve um congresso do partido, houve uma proposta de moção apresentada por um grupo, é daí que vem a designação de "inadiváveis", essa proposta foi derrotada, a partir daí entendemos pessoas que tinham sido subscritoras dessa opção que a moção votada maioritariamente era a que correspondia à estratégia que o Partido actuaria. Por outro lado, houve a eleição do grupo parlamentar, também aí houve uma maioria que se definiu. Isso é um teste normal em democracia e portanto eu creio que tudo isso traduz pura e simplesmente que as pessoas sejam capazes de se respeitar dentro das maiorias que respectivamente os designaram. Pela parte do grupo parlamentar direi com toda a tranquilidade de espírito que não tem havido nenhuma dificuldade que tenha sido colocada em relação à comissão política nacional e em relação aos seus defensores. Quanto ao julgamento da política parlamentar compete à comissão política fazê-lo. Eu direi por último que em relação a aquilo que penso, a estratégia do partido na sua actuação táctica, natu-

ralmente os novos condicionamentos introduzidos determinarão uma revisão, mas isso quanto a mim corresponde a uma coisa que digo sem nenhuma satisfação mas que era previsível há bastante mais tempo. Penso que a estratégia e a táctica do partido têm de ser necessariamente revistas e a curto prazo visto que muitos dos condicionamentos foram concentrados maioritariamente na altura do Congresso.

NÃO SEI ONDE SEI FANHÕES

— Pensa que o resultado nas eleições em Fanhões, reflectem de algum modo a alteração dos consciencialismos a que se refere?

— Não, esse é um ponto em que eu estou particularmente à vontade, porque em relação a qualquer eleição local eu tive ocasião de dizer que não me parecia nem útil nem conveniente nem sequer certo que se fizesse uma inflação dos seus resultados. É evidente que as eleições locais têm importância, têm significado, são uma radiografia exacta da situação dos partidos mas naquele local. Extrapolar daí resultados para todo o País ou para todas as zonas do País parece-me excessivo. Tanto em relação a Miranda e a Évora como em relação a Fanhões. Penso que Fanhões tem as suas circunstâncias próprias, mas Fanhões é só Fanhões e não é mais do que isso, com todo o respeito por Fanhões que até nem sei onde é...

A POMPA E AS CIRCUNSTÂNCIAS

(e estas considerações, caro leitor, poderiam levar-nos muito mais longe)

MARIA HELENA RALHA (*)

N.R. — "A pompa e as circunstâncias", escrito assim a frio, para titular uma peça, merece uma explicação, dada em estilo de convite para que o leitor não se assuste com a prosa e vá até ao fim, depois de tomar um pouco de fôlego e de coragem, já que o texto o merece. A explicação resume-se a uma palavra: a peça é uma montagem interpretativa, a partir de frases retiradas das palavras dos jornalistas da "Luta", saídas no suplemento do fim de ano (30 de Dezembro de 1978), feita por um psicólogo. Não quis ele elaborar um estudo exaustivo, limitou-se, tão só, partindo de uma selecção de frases das crónicas de cada redactor (transcritas no texto a negro), a traçar um panorama do estado de espírito daqueles que fazem este jornal, e que à altura sabiam com um certo grau de certeza o destino que os esperava. A interpretação do texto, que tem um cunho pessoal de quem o elaborou (ainda que cunho de psicólogo), deixamo-la ao leitor.

Pedem-me para eu escrever e eu obedeco. No entanto, se me é permitido, falarei um pouco pelas palavras dos outros, não para evitar o risco de qualquer avaliação, porque, como disse Nietzsche, "ninguém pode viver sem avaliar. Avaliar é criar", mas sobretudo porque a ideia é grande de mais para poder ser responsabilizada pelo que nós fazemos em nome dela. Pedem-me para avaliar e eu arrisco não obedecer porque "não arriscar é perder o nosso próprio eu" (Kierkegaard), o que para o destino individual de um psicólogo, mesmo que se socorra da filosofia, representa o fim de um ciclo de ilusões. Mas os sonhos morrem, e os sonhos nascem, e o psicólogo, tal como o jornalista, muitas vezes faz de uma vocação um destino. É por esse destino que o jornalista sofre, que o jornalista sofre as dores próprias e alheias. Ver, ouvir, descobrir, conhecer o drama dos outros

no seu próprio drama.

O jornalista precisa desse tempo que escorre fora do tempo diurno para se sentir vivo, para recompor as células do eu, porque a esperança, essa, ocupou-lhe o lugar o destino.

Pedem-me para ver, ouvir, descobrir, conhecer, mas, decididamente desta vez não colaboro. Desta vez, vou apenas escrever (ter a possibilidade de fazer aquilo que se gosta é bom).

Escrever — e percorro em vão a memória ao encontro do autor da frase — com a seriedade com que uma criança brinca. Vou dispensar-me das palavras enrugadas sob a constância do Tempo, até porque a linguagem — comércio objectivo de sons e sinais — é subjectiva, propicia à contradição (a liberdade não é. É).

O jornalista sofre porque acreditar no Homem é o seu dever, ou será mais do que isso? Não procurará ele o signifi-



cado da vida, o para onde vou, o que sou eu (olhei o teu retrato no jornal e vi-te muito triste)? Eu sei que não me vales ler, mas de qualquer modo nós acabamos sempre por ouvir as vozes dos outros no nosso silêncio. De facto, a resposta está apenas em ti. Tu estás em crise, quer queiras quer não! Mas não desanimes. Porque, mesmo que acredites que quem conta divide, não deixes de contar a ti próprio que o destino será o que for mais aquilo que nós formos capazes de fazer dele. E só uma coisa é certa: todos temos os dias contados. E repito, acreditem-me: isto, contado, não é nada. O jornalista sofre e na sua solidão é uma "ilha", talvez não de exemplar contentamento (vocês por aí todos

bem?), mas de qualquer modo uma ilha. Mas acontece que na sua diferença o jornalista não é diferente dos outros homens. Acontece que, por vezes, também é capaz de esquecer a voz de uma criança ou de viver mais das palavras que dos actos. É nesses dias que o psicólogo, que na sua diferença é semelhante, resolve gritar, porque também é seu dever acreditar no Homem (quem pena, forçado lhe é gritar se a dor é grande). É nesses dias que o jornalista não é diferente do psicólogo e salvo o devido respeito também o jornalista — qual raposa da realidade, diz ao lobo da fábula: Amigo, enquanto uns sobem outros descem. A nós compete-nos tão só identificá-los.

Pedem-me para escrever, para analisar, para dissecar.

Pedem-me para usar a técnica. A técnica não é tudo. A técnica é aquilo que é (mais aquilo que nós fazemos dela). Pedem-me para escrever e eu ainda obedeco. Mas uma análise parcial fica necessariamente pelo parcial. Para quem procura dar-se a um projecto de esperança, as palavras nem sempre são letra morta. As palavras são Exemplo. Que o projecto seja de todos!

Pedem-me para escrever sobre o que outros escrevem e nesse deambular pelas palavras, pelos desejos, pelos sentimentos que emergem em cada linha, a realidade abate-se sobre mim como pedras afiadas. As interrogações repetem-se e as certezas organizam-se. No entanto, a razão repele para quaisquer

profundidades sentimentos tão inconsequentes e regressa à normalidade. Normalidade que me limita, pois é óbvio (será possível?) que classificar é limitar, mesmo que o início de uma nova divisão: honestidade e desonestidade procure provar-me que um qualquer "deus ex-machina" avulso e cruel me persegue.

Pedem-me para obedecer e eu escrevo. E mesmo que me provem que Deus também não tem a culpa, não posso esquecer, até porque não vejo razão para ser hipócrita, que são mais os sonhos que morrem do que os sonhos que nascem. E sonhar, por vezes, até não tem razão de ser, quando se perde, ou se está a perder, o que poderia ter sido possível. Mas, amigos, "a verdade só existe para o indivíduo na medida em que ele a transforma em acção" (Kierkegaard) e é, por natureza, subversiva. Subversiva como uma simples palavra de estímulo, como sonhar que em 1999 uma criança é laureada com o Prémio Nobel da Paz ou afirmar que três quartos da humanidade vivem como párias, enquanto o homem — animal social — continua a destruir por destruir. (... E as crianças...)?

Pedem-me para obedecer, escrever, esmiuçar os recônditos dos egos vestidos de palavras. Mas eu só vos digo mais uma coisa: Hoje é o dia da minha vingança. Não mais análises! Hoje é o dia de levar a esperança nas duas mãos abertas e as dúvidas no bolso do casaco.

* Psicóloga



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

OBRIGAÇÕES DO TESOURO
E DO FOMENTO ULTRAMARINO
(ANGOLA E MOÇAMBIQUE)

Comunica-se aos obrigacionistas dos empréstimos do TESOURO e FOMENTO ULTRAMARINO, de ANGOLA e MOÇAMBIQUE, que devem depositar os correspondentes títulos na sede do BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, no prazo de 60 dias, a fim de se estabelecerem as normas conducentes à regularização do esquema de sorteio destas obrigações.

Lisboa, 3 de Janeiro de 1979

O DIRECTOR-GERAL
a) M. Raminhos Alves de Melo



Serviço diário de encomendas expresso nas estações de LISBOA, PORTO, FARO, ABRANTES e CASTELO BRANCO.

Só o tempo de viagem de um comboio de passageiros

Caminhos de Ferro Portugueses

Informações:
Lisboa — Sta. Apolónia 86 4181
Porto — 92 27 22

OS COLABORADORES TAMBÉM FIZERAM ESTE JORNAL

Uma palavra de apreço dedicamo-la hoje a todos os nossos amigos que nos quiseram dar alguma vez a sua colaboração.

Um jornal é sempre, em parte, o reflexo dos seus colaboradores. Este jornal não só não foi excepção, como até se reconhece que, nele, e em especial na sua última fase, os colaboradores tiveram um enorme papel. Não é difícil compreender porquê.

Em fins de Agosto último, encetava-se aqui uma remodelação que se projectava gradual e cujo verso viria a ser comprometido em princípios de Novembro por problemas empresariais que, à partida, se supunham sanados ou adiados por bom prazo.

Essa remodelação deveria obedecer a duas linhas de rumo fundamentais: a primeira consistia em "virar" o jornal para o elemento popular (vocação que seria paradoxal um jornal socialista enjeitar); a segunda traduzia-se em "abrir" a imagem do jornal.

O primeiro objectivo implicava a revalorização da grande reportagem, da fotografia, do grafismo, e a melhoria da informação noticiosa, orientada agora especialmente para as actividades económicas, associativas, sociais e culturais das camadas populares, das colectividades e associações.

O segundo pressupunha trazer para as páginas da "Luta" não apenas juízos pré-fabricados sobre os problemas políticos e culturais dos nossos dias, mas sim e essencialmente o próprio debate, que é, ou deve ser, o processo de fabrico de juízos válidos. Isto exigia fazer do jornal um cadinho onde viessem fermentar os contributos convergentes de gente diversa, caras novas e críveis no seu empenhamento renovador.

O primeiro objectivo era totalmente condicionado pelos meios, materiais e humanos, à disposição e pela própria capacidade das estruturas do jornal. Ninguém, sobre isso, acalentava ilusões. O por-fazer era apenas possível na medida dos meios — e é sabido que, mercê de circunstâncias várias, os meios vislumbrados acabaram por não surgir. Assim, o primeiro objectivo foi, em boa medida, falhado (mesmo durante o único período que vale a pena considerar e que é o que abarca Setembro e Outubro, pois a partir de princípios de Novembro "a Luta" entra em vida de estufa, é um milagre de todos os dias a consumir-se por entre o frenético pingue-pongue das notícias que toda a gente e todos os jornais revelam a seu respeito, boatos e contraboatos, confirmações, desmentidos, uma enorme confusão de que os jornalistas da casa tudo ignoram, mas retiram sempre a ideia de que talvez na semana seguinte o jornal já não exista). E se o objectivo não foi, durante Setembro e Outubro, falhado, como seria de esperar, a cem por cento, isso deveu-se apenas a dois factores: primeiro, à ilusão de que os meios acabariam por aparecer; segundo, ao brío de um punhado de profissionais empenhados, para além de todos os limites, em fazerem um jornal digno desse nome.

Já o segundo objectivo, muito mais dependente da imagem de sincera vontade de abertura que o jornal fosse capaz de transmitir, foi em boa parte conseguido. Conseguiu-se manter uma secção diária de "opinião", bastante

Imprensa (pelo menos diária) e uma variedade que alguns terão julgado excessiva, mas que só é pena não ter podido tornar maior.

Assim, o contributo dos colaboradores da "Luta" evidenciou-se ainda mais, na medida da incapacidade interna de levar por diante os demais objectivos da remodelação. Por outro lado, a eles se recorreu ainda mais nos últimos dois meses, pois o colaborador de fora é muito me-

nos sensível aos problemas internos da empresa e ia-se tornando cada vez mais necessário compensar o ambiente interno de compreensível desmoralização.

Por isso se afirma, sem qualquer exagero, que "a Luta" foi também, em grande medida, o que foram os seus colaboradores.

Seria incomportável nomeá-los todos aqui. Só desde Setembro para cá — data da remodelação encetada e não

prosseguida — colaboraram neste jornal:

a) Como columnistas ou sob qualquer forma de compromisso regular:

A. Ricardo — Alfredo Barroso — Artur — Artur Portela — Augusto M. Seabra — Beja Santos — Bento Domingues — Diego Pérez — Edgardo Xavier — Emídio Santana — Enrique Ruiz Garcia — Francisco Marcelo Curto — Hele-

na Vaz da Silva — Isabel Barreno — João Filipe Barbosa — João Lopes — João Soares — Jorge Listopad — José António Saraiva — José Luís Seruya — José Tropa — Luís Vieira — Mendes Silva — Miguel Ponces de Carvalho — Miguel Serras Pereira — Mota Carneiro — Orlando Neves — Pedro Matos — Regina Loura — Rui Silva — Toni — Vitor Botelho.

Os irmãos Pereira dos Santos e Joaquim Durão assecuraram, durante períodos mais ou menos prolongados, a sua colaboração especializada. J. Ponte Fernandes, Duarte Nuno Simões, João Fatela e Maria Belo revelaram a sua boa vontade, aceitando a colaboração regular que estava projectada e lhes foi pedida, mas a aceleração inesperada do processo interno de agonia da empresa não permitiu que tais projectos se concretizassem. Também a colaboração institucionalizada de Vasco da Graça Moura era de há muito esperada, mas circunstâncias da sua vida profissional foram obrigando a um atraso que se arrastou até agora — e agora é infelizmente tarde demais.

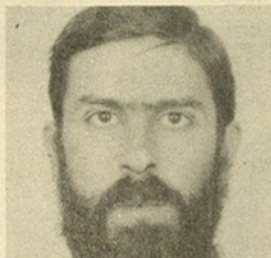
b) Sem compromisso de regularidade:

A. E. da Costa Lobo, A. Fernandes Amorim, A. M. Ramôa, A. Sousa Dias, Alberto Arons de Carvalho, António Baptista, António Campos, António José Teixeira, Armando Trigo de Abreu, Avelino Zenha, Cáceres Monteiro, Dieter Dellinger, Elina Guimarães, Etevlina Lopes de Almeida, Fernando Baeta Neves, Fernando Pereira Marques, Ferreira Lima, Francisco Salgado Zenha, Filipe Benjamin, Gomes Fernandes, Henrique de Barros, Jaime Gama, João Barroso Soares, João Bentes Pimenta, João Cravinho, J. Dias Agudo, J.M. Sêrvulo Correia, José Camacho Costa, José Cardoso da Silva, José Carlos Mège, José Dias, José Menezes, José Leitão, José Manuel Galvão Teles, João Bénard da Costa, José Augusto França, José Fernandes Fafe, José Magalhães Godinho, José Vera Jardim, Luís Marinho, M. Helena Carvalho dos Santos, M. Macaísta Malheiros, Manuel Alegre, Manuel Vitorino de Queiroz, Miguel Galvão Teles, Maria Belo, Meira Burguete, Nuno Portas, Peter Stilwell, Salgado de Matos, Salvador de Figueiredo, SAM (Samuel Torres de Carvalho), Sebastião Garcia, Rui Mateus, Teixeira Leite, V. Morais Cardoso, Vasco da Gama Fernandes, Zé Paulo.

(Esta lista abrange apenas textos — ou "cartoons", nos casos de SAM e Zé Paulo — de "opinião", não incluindo as colaborações especializadas publicadas nas secções respectivas do jornal).

Muitas colaborações ficaram por concretizar. Mas merecem especial menção aqueles que ainda se dispuseram a prestá-las, ignorando pruridos supostamente ideológicos e colaborando na ideia de que o debate é tanto mais fecundo quanto mais largo for: referimo-nos a homens como Basílio Horta e José Garibaldi; para quem, na estreira de Sêrvulo Correia, Artur Portela, Macaísta Malheiros, José António Saraiva, Fernando Pereira Marques, Salgado Matos, Miguel Soares Pereira e tantos outros, colaborar na "Luta" talvez não fosse, afinal, "o fim do mundo".

grande para as dimensões do jornal, uma qualidade média das colaborações exteriores que não é vulgar na nossa



José António Saraiva



Bento Domingues



Enrique Ruiz Garcia



Alfredo Barroso



Helena Vaz da Silva



Emídio Santana



Marcelo Curto



Nuno Portas



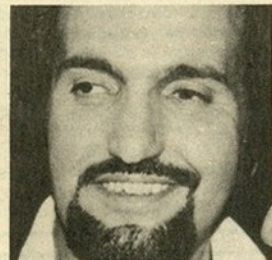
João Benard da Costa



Cáceres Monteiro



Maria Belo



Artur Portela



Sêrvulo Correia



Pereira Marques



Henrique de Barros



J. Magalhães Godinho

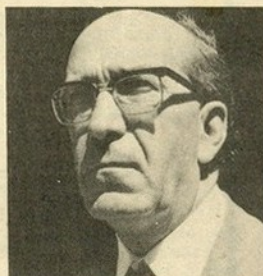
64 JORNALISTAS

Ao longo dos seus quase três anos e meio de publicação, "A Luta" foi servida por uma Redacção que contou com o esforço e a dedicação de 64 jornalistas, quatro fotógrafos, um desenhador, cinco grafistas e 10 funcionários dos diversos serviços de apoio.

Neste momento, aqui deixamos o registo dos seus nomes como subsídio para a história que algum dia venha a ser feita deste projecto nascido nos conturbados dias do Verão de 1975.

Os jornalistas

Agostinho de Azevedo, Alberto Arons de Carvalho, Alcides Vieira, Alda Mafra, Álvaro Guerra, Antónia de Sousa, António Marcelino Mesquita, António Ramos Gomes, António Ribeiro, Artur Alpedrinha,



Raul Régio

Carlos Soares, Dieter Dellinger, Eduardo Paz Ferreira, Fausto Correia, Fernando Dacosta, Fernando Lima, Fernando Melo, Fernando Nogueira, Fernando Peres, Fernando Sales Lopes, Francisco Bélar, Francisco José Oliveira, Helder de Sousa, Helena Marques, Ilídio Trindade, J. Cândido de Azevedo, João Aguiar, João Gomes, João

Grego Esteves, Jorge Morais, José Cruz, José Gabriel Viagas, José Luís Macedo, José Nunes Pereira, José Pedro Castanheira, José Ramos e Ramos, José Rocha Vieira, José Teles, Júlio Valente, Manuel Arons de Carvalho, Manuel Giraldes, Maria Antónia Palla, Maria Augusta Silva, Martinho de Castro, Miguel Reis, Miguel Sousa Tavares, Norberto Santos, Nunno Brederode Santos, Nuno Coutinho, Nuno Godinho, Nuno Vieira, Pedro Foyos, Pedro Vieira, Raul Régio, Rogério Petinga, Rui Camacho, Rui Cartaxana, Silas de Oliveira, Vasco A. Fernandes, Vasco Valdez, Vítor Baltazar, Vítor Dimas, Vítor Direito e Vítor Leitão.

Os fotógrafos

Álvaro Tavares, Jorge Tavares, Lobo Pimentel, Lobo Pi-

mentel Júnior e Marques Valentim.

O desenhador

Pedro Massano Santos.

Os grafistas

Duarte Ferreira, Frederico Marques, Isabel Lobinho, José Ralha e Mário Ribeiro.

e os seguintes elementos dos serviços de apoio

(Secretaria) António Xavier dos Santos, Paulo Costa, Rafaela Mendes, Teresa Moreso. (Sala de Comunicações) António Pinho. (Documentação e Arquivo) Fernando Carvalho, Joaquim Moreno, Maria del Carmen, Teresa Menezes e Vítor Martins.